

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ignacio Fornos Angues

**“MORRERAM? QUEM DISSE, SE VIVOS ESTÃO”: A MEMÓRIA DO  
MASSACRE DA LINHA DO PARQUE – RIO GRANDE/RS**

Porto Alegre

2018

Ignacio Fornos Angues

**“MORRERAM? QUEM DISSE, SE VIVOS ESTÃO”: A MEMÓRIA DO MASSACRE  
DA LINHA DO PARQUE – RIO GRANDE/RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientadora: Profa Dra. Clarice Gontarski Speranza

Porto Alegre

2018

## CIP - Catalogação na Publicação

Angues, Ignacio Fornos  
"MORRERAM? QUEM DISSE, SE VIVOS ESTÃO": A MEMÓRIA DO  
MASSACRE DA LINHA DO PARQUE - RIO GRANDE/RS / Ignacio  
Fornos Angues. -- 2018.  
130 f.  
Orientadora: Clarice Gontarski Speranza.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em  
História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Memória. 2. Partido político. 3. Sindicato. 4.  
Comunismo. 5. Rio Grande do Sul. I. Speranza,  
Clarice Gontarski, orient. II. Título.

Ignacio Fornos Angues

**“MORRERAM? QUEM DISSE, SE VIVOS ESTÃO”: A MEMÓRIA DO MASSACRE  
DA LINHA DO PARQUE**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**MARIO SAN SEGUNDO - IFRS**

---

**BENITO BISSO SCHMIDT - UFRGS**

---

**CLARICE GONTARSKI SPERANZA - UFRGS (orientadora)**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a mim mesmo. Afinal, fui eu que digitei (quase) todos esses milhares e milhares de caracteres durante quase cinco meses de escrita, e pesquisei inúmeras horas a procura de fontes para a minha pesquisa. Justifico minha megalomania inicial citando o professor Dr. Fernando Seffner que, em uma aula, disse a seguinte frase: “Nós da História temos que aprender a nos valorizar mais”. Portanto, fica aqui a minha singela tentativa de fazer algo em prol da minha “valorização”.

A respeito dos professores, agradeço a todas e a todos os docentes da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não importando se nossas experiências tenham sido boas ou ruins, todas, em certo nível, foram necessárias. Entretanto, desse grupo seleciono alguns que merecem um destaque especial: Caroline Bauer, Arthur de Ávila, Fábio Kühn, Natalia Pietra, Eduardo Neumann, Fernando Seffner, Caroline Pacievitch, José Rivair e Clarice Speranza. Clarice, aliás, que é a orientadora desse trabalho, e teve a arduosa tarefa de ler meus textos em suas concepções originais. Portanto, Clarice recebe agradecimentos duplos.

Agradeço aos membros da banca avaliadora, Benito Bisso Schmidt e Mario San Segundo, pelo compromisso e dedicação na leitura desse trabalho. Destaco que também são excelentes pesquisadores e escritores, e que esse trabalho fez uso de produções de ambos.

Agradeço a minha família para além das questões habituais de suporte financeiro e emocional. Agradeço, primordialmente, por serem tão diferentes das famílias que observei durante esse ano de 2018. Em tempos difíceis em nossa política nacional, foi sem dúvida reconfortante chegar em casa e ter no meu ambiente familiar uma sensação mútua de acolhimento. Fazem parte desse núcleo familiar minha mãe Ana Fornos, meu pai Iván Nelson, meu irmão Iván Andres, minha madrastra Maria Alessandra, minha cunhada Viviana Vigil, minha avó materna Iñez Maria, meu tio José Luís e minha sobrinha Aurora.

Entre os meus amigos e conhecidos, divido-os em dois grupos. O primeiro são meus amigos Felipe, Victor Radaelli e Leonardo, que são conhecidos de longa data, desde a minha época de colégio. Aproveito aqui esse espaço para adicionar um pedido de desculpas a eles, devido às noites que não pude dividir com eles, pois estava ocupado escrevendo o meu TCC (inclusive nesse exato momento que escrevo).

O segundo grupo são as pessoas que conheci durante os meus quatro anos na Licenciatura em História. Pessoas com que discuti sobre política, futebol ou bobagens aleatórias; tomei cervejas no Campus do Vale ou fora dele; dormi no chão de suas casas; pedi caronas às vezes oportunas outras não; joguei futebol; escrevi textos; briguei; entreguei panfletos ou trabalhei junto. São elas: Artur Maia; Pedro Osorio, Maïmouna Sene, Pedro Sant'anna (que transcreveu a entrevista que está nesse trabalho), Pedro Batistella, Carolina Monteiro, Matteo Ponso, Carlos Eduardo, Carlos Henrique, Sandro Santos, Lucas Delwing, Karlos Bruno, Bruno Grigoletti, João Camilo; Bruno Corrales; Ingrid Winter, Elise Fontoura, José Mendes (vulgo Zé) e aos amigos e camaradas da Banca do Futsal.

Agradeço também a Amanda (minha artista favorita), contudo os agradecimentos a Amanda serão feitos pessoalmente, e não de forma escrita.

Agradeço aos meus chefes nos estágios e bolsas por quais passei (foram muitos), principalmente pela paciência em relação a minha falta de atenção e autossuficiência. São eles: Jocelito Zalla (e todos os professores do Colégio Aplicação); Francisco Dutra; Andrea Delgado; Melissa e todos os professores e funcionários da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pepita de Leão.

Um agradecimento especial para Fernando Haddad por ter sido um dos idealizadores do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência, na qual foi bolsista por quase um ano, sendo um dos raros programas universitários a não tratar a docência e a pesquisa como antagônicos.

Também agradeço a todos os membros do Partido Comunista do Brasil da cidade de Rio Grande por terem me acolhido durante as minhas pesquisas na cidade. Principalmente ao Julio Martins, comunista de longa data, na qual conquistou a minha admiração ao longo da escrita desse trabalho. E espero que nossa parceria possa permanecer para projetos futuros.

Por fim, agradeço todos os leitores e leitoras que leram até aqui. Sintam-se agradecidos a cada final de capítulo, prometo que tudo no final fará sentido (ou não).

## RESUMO

A memória pode ser um meio no qual grupos sociais constroem suas identidades e legitimam seus atos. Dentre esses grupos sociais, encontram-se partidos políticos, em que, para além de suas plataformas e ideologias, há uma relação identitária intrínseca entre seus membros. Partindo dessa premissa, o objetivo dessa monografia é analisar a memória construída pelos membros do Partido Comunista do Brasil em relação ao movimento sindical do período da Quarta República, pautado, principalmente nas homenagens às vítimas do Massacre da Linha do Parque. No tocante a forma de pesquisa, foram utilizadas fontes primárias e bibliografia relacionada, assim como a escolha da etnografia enquanto método de coleta de dados e investigação. O trabalho propõe, portanto, observar o Massacre da Linha Parque em sua transformação de trauma a discurso político, analisando a construção de sua narrativa e manifestações de sua memória.

Palavras-chave: Memória. Partido político. Sindicato. Comunismo. Rio Grande do Sul.

## **ABSTRACT**

Memory can be a means in which social groups construct their identities and legitimize their actions. Among these social groups are political parties, in which, in addition to their platforms and ideologies, there is an intrinsic identity relationship between their members. According to this idea the purpose of this monograph is to analyze the memory constructed by the members of the Communist Party of Brazil in relation to the trade union movement of the Fourth Republic, based mainly on the homage to the victims of the Linha do Parque's Massacre. Regarding the form of research, it was used primary sources and related bibliography, as was the choice of ethnography as a method of data collection and investigation. The work proposes, therefore, to observe the Linha do Parque's Massacre in its transformation from trauma to political discourse, analyzing the construction of its narrative and manifestations of its memory.

**Keywords:** Memory. Political party. Trade union. Communism. Rio Grande do Sul.



## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1: Cortejo às vítimas do Massacre**25

**Figura 2: Programação do 1º de maio de 1950**38

**Figura 3: Grave o nome destes heróis que tombaram lutando**44

**Figura 4: Nomes que jamais se apagarão da memória de nosso povo**45

**Figura 5: Monumento em homenagem aos trabalhadores**60

**Figura 6: Placa em homenagem às vítimas do Massacre (entorno).**63

**Figura 7: Placa em homenagem às vítimas do Massacre (detalhe).**63

**Figura 8: Túmulo de Euclides Pinto.**66

**Figura 9: Túmulo de Angelina Gonçalves.**67

**Figura 10: O “terreiro”**69

**Figura 11: Fachada da Fábrica Rheingantz**71

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

PC DO B – Partido Comunista do Brasil

PCB (antigo) – Partido Comunista do Brasil

PCB (atual) – Partido Comunista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SUO – Sociedade União Operária

UDN – União Democrática Nacional

UNICAMP – Universidade de Campinas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 “FOI NUM PRIMEIRO DE MAIO EM RIO GRANDE”: O CENÁRIO E SEU CONTEXTO</b>	<b>20</b>
2.1 O MASSACRE DA LINHA DO PARQUE	20
2.2 CONTEXTO	26
2.2.1 PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS: PARTICULARIDADES DO CASO RIO-GRANDINO E O SURGIMENTO DA SUO: COMO QUE ESSES SINDICALISTAS SE ORGANIZAVAM?	26
2.2.2 CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO E RIO-GRANDINO NO FINAL DA DÉCADA DE 1940: A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA SOB A SOMBRA DO AUTORITARISMO	33
<b>3 “O NOME DE PRESTES, NUM RITMO EXATO, POR TODOS CANTADO, SONORO, SEM MANCHAS, NA TARDE A VIBRAR”: A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DO MASSACRE DA LINHA DO PARQUE</b>	<b>41</b>
3.1 LOCAL <i>VERSUS</i> NACIONAL: OS COMUNISTAS RIO-GRANDINOS FRENTE À DIREÇÃO NACIONAL	42
3.2 A CONSTRUÇÃO DO MASSACRE DA LINHA DO PARQUE NAS OBRAS DE LILA RIPOLL E DALCÍDIO JURANDIR	51
<b>4 “NÃO MORRE A SEMENTE LANÇADA NA TERRA. OS FRUTOS VIRÃO!”: ESQUECIMENTOS, ENQUADRAMENTOS E DISPUTAS NA MEMÓRIA OPERÁRIA RIO-GRANDINA ATUAL</b>	<b>57</b>
4.1 PRIMEIRO MOMENTO: O LOCAL	59
4.1.1 LOCAIS DE MEMÓRIA INSTITUCIONALIZADOS	59
4.1.1.1 MONUMENTO EM HOMENAGEM AOS TRABALHADORES E PARQUE DO TRABALHADOR	60
4.1.1.2 PLACA E MEMORIAL AOS OPERÁRIOS MORTOS	63
4.1.1.3 TÚMULO DE ANGELINA GONÇALVES E EUCLIDES PINTO:	66
4.1.2 LOCAIS DE MEMÓRIA NÃO-INSTITUCIONALIZADOS	68

**4.1.2.1 O “TERREIRO” DO CEMITÉRIO CATÓLICO DE RIO GRANDE69**

**4.1.2.2 FÁBRICA RHEINGANTZ71**

**4.2 SEGUNDO MOMENTO: O GRUPO73**

**4.3 TERCEIRO MOMENTO: O INDIVÍDUO78**

**4.4 O QUE FOGE DO ÂMBITO DOS COMUNISTAS RIO-GRANDINOS: A MULHER-MONUMENTO82**

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS85**

**6 LISTA DE FONTES PRIMÁRIAS87**

**7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS89**

**8 ANEXOS93**

## 1 INTRODUÇÃO

Quando a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980 acontecem os processos de redemocratização, ou transição democrática, da política brasileira, não é somente nesse ambiente político nacional que vemos surgir necessárias mudanças. A redemocratização política, pois, não é um processo descolado da redemocratização social. Além de correlacionadas, ambas são, conseqüentemente, movimentos influenciadores para a pesquisa científica no Brasil, sobretudo na área das humanidades.

Destaco, a cargo de pautar os assuntos pertinentes nessa monografia, o desenvolvimento do campo da História Social, surgida nos findos anos da Ditadura Civil-Militar, sob a influência de escritores como Edward Palmer Thompson, revolucionando os estudos a respeito do trabalho e dos trabalhadores na história nacional. Renovando as visões a respeito, tanto do trabalho escravizado, quanto do trabalho livre, e exerceu uma tensão sob as antigas bases teóricas definidas pela reificação do trabalhador (CHALHOUB; DA SILVA, 2009).

Obviamente que a transformação da noção do trabalho não ocorre somente na academia, na realidade ela ocorre paralelamente, e com intersecções, à agitação social do período. Durante a transição, grupos envolvendo categorias de trabalhadores como os metalúrgicos do ABC paulista e os bancários de Porto Alegre, pensavam (e agiam) a respeito de formas de revolucionar a maneira na qual os trabalhadores e as trabalhadoras lutavam por seus direitos em quanto cidadãos. Através disso, criaram a partir de sua experiência de trabalho, no final do período mais repressor de nossa história recente, o “Novo Sindicalismo”. Na luta política, se utilizavam inclusive de um uso do passado<sup>1</sup>, na qual afirmava que o sindicalismo anterior (ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro e ao Partido Comunista Brasileiro) teria sido marcado pelo adesismo e pela submissão às estruturas governamentais entendidas como autoritárias e/ou corporativas, e, portanto, não teria espaço enquanto forma de luta para esses “novos” homens e mulheres do meio sindical. Tal perspectiva fica evidente no trecho reproduzido abaixo de um discurso realizado por Luiz Inácio Lula da Silva (um dos mais importantes líderes sindicais do período) no ano de 2010 durante a inauguração do Centro de Referência ao Trabalhador Leonel Brizola:

---

1 Aqui o conceito será explorado sob o ponto de vista de uma manipulação, seleção e enquadramento realizado por grupos, do que sob a perspectiva de uma memória nacional. Então no que tange ao uso do passado por de meio de grupos, excluindo aqui políticas estatais sob o tema, temos em Pollack (1989) a noção dessas estratégias por parte da memória coletiva de grupos como forma da manutenção de uma “coesão” que define fronteiras entre o que é e o que não é parte de um grupo a partir da análise seletiva do passado.

(...) lá nas bandas de São Paulo, nós sindicalistas começamos a aprender as coisas no sindicato nos opondo a visão que Getúlio tinha do movimento sindical. E dizíamos em alto e bom som: "A estrutura sindical brasileira é cópia fiel da *Carta del Lavoro* de Musoslinni (sic)" e foi aquilo que balizou grande parte da atuação do movimento sindical de São Paulo. (DA SILVA, 2010)

Para esses sindicalistas, a experiência dos anos anteriores a 1964 não valia enquanto “verdadeira” luta dos trabalhadores. Pautavam então pela ruptura com aquilo que era considerado como amarras de um sindicalismo “populista”, denominado por eles como “pelego”. Através disso, esses sindicalistas afirmavam pela negação do passado sindical brasileiro, o que implicava a negação da construção sindical realizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no período anterior ao Golpe Civil-Militar.

E no meio acadêmico, não é mera coincidência que um dos epicentros das transformações dos estudos a respeito do trabalho no Brasil iniciadas a partir dos anos 90 no campo da historiografia tenha se desenvolvido na Universidade de Campinas (UNICAMP), um centro universitário justamente alocado no ABC paulista (FONTES; FORTES; MAYER, 2017)<sup>2</sup>. Como um dos grupos historiadores a rever a história do sindicalismo pré 1964, um dos primeiros pontos de crítica desses “novos historiadores” foi de encontro à discussão a respeito de uma reestruturação da forma de análise do sindicalismo do período populista. Portanto, questões antes vistas como “manipulação” (como é explicitado no discurso de Lula, mesmo que sob um contexto bastante diferente que é aquele do fim dos anos 70<sup>3</sup>), são então percebidas como sendo uma “via de mão dupla”, pois os trabalhadores se utilizavam dessas legislações, que teriam objetivo de controle, como ferramentas de sua luta (CHALHOUB; DA SILVA, 2009). Também são resgatadas posições sindicais, a grande parte do PCB, de cunho mais radical, as quais entraram muitas vezes em esquecimento, tanto pela via de não agressão tomada pelo partido durante a ditadura (PANDOLFI, 1995), quanto pelos processos iniciais de perseguição ao aparelho sindical realizado pelo regime em seus primeiros anos (FRIDERICHS, 2013).

---

2 É importante destacar que os pesquisadores da UNICAMP não eram os únicos e muito menos unânimes nesse processo de desenvolvimento do campo de estudos sobre classe operária, trabalhadores, sindicatos e trabalho no Brasil. Inclusive a formação do Grupo de Trabalho “Mundos do Trabalho” teve sua concepção durante “o XX Simpósio Nacional de História (Florianópolis, 1999), [em que] um grupo de pesquisadores do Rio Grande do Sul deliberou reunir-se para institucionalizar uma prática de debate que vinha ocorrendo corriqueiramente em diferentes instâncias acadêmicas”(GT MUNDOS DO TRABALHO).

3 Destaca-se aqui para o jogo temporal de três “Lulas”, pois Lula observa seu passado sindical a partir do ponto de vista de seu encontro com Leonel Brizola (o principal líder trabalhista após a morte de João Goulart) em 1998. Por sua vez, o discurso toma parte num período em que Lula assume a presidência nacional, na qual, entre outras alianças, os trabalhistas compunham um papel dentro de seu governo.

Em contraponto da revalorização acadêmica a respeito do sindicalismo pré-1964, no meio político e sindical esse processo de disputa dos “novos” *versus* os “velhos” perde sua força enquanto disputa no fim dos anos 80. Um dos pontos centrais é quando Lula supera Brizola (herdeiro do trabalhismo) e Roberto Freire (candidato pelo PCB) na corrida presidencial de 1989, iniciando uma hegemonia no campo da esquerda por parte do antigo líder sindical e o Partido dos Trabalhadores. A disputa que tinha pautado o movimento sindical na década de 1970 e 1980 encerrava-se, e nessa condição os “novos sindicalistas”, agora atores do meio político, se afastam de suas agendas mais radicais, e inclusive agora buscando alianças nesses antigos opositores no meio político e sindical (SANTANA, 1998).

Ressalvo, através das pesquisas nesse trabalho realizadas, que esse “velho” sindicalismo, no entanto, busca por diferentes tipos de permanência na esquerda nacional, mesmo tornando-se um ator coadjuvante na luta sindical brasileira. E nesse processo de se observar como “derrotado” frente ao projeto do novo sindicalismo, algumas parcelas desse sindicalismo iniciam um processo de revalorização de seu passado, apropriando-se dessa também revalorização acadêmica. Assim como, os novos sindicalistas gradualmente incorporam elementos políticos do antigo sindicalismo culminando na defesa pela manutenção de alguns aspectos sindicais previstos durante o período populista.

Com isso, a problemática a ser desenvolvida no presente trabalho vai ao encontro a resgatar algumas dessas perspectivas apresentadas pelos “velhos sindicalistas”, como ponto de determinar fronteiras entre os “novos sindicalistas”. Destaco que a expressão “velhos” não determina necessariamente uma questão de idade desses militantes, e sim uma questão ideológica, e primordialmente uma relação identitária, na qual fazem a partir de usos do passado. Em uma tentativa de pautar sobre esses novos atores do campo político uma diferença singular, que a negação do passado <sup>4</sup> carrega em si o problema de, conseqüentemente, não se ter um passado. Em contrapartida, vejo que aqueles que reivindicam para si os traumas e decepções de um projeto sindical que é duramente atacado por suas “falhas” na luta sindical, também dele adquirem os espólios de sua legitimidade, discurso e memória.

---

4 Essa noção dos novos sindicalistas em relação ao passado como uma falha, portanto só válido enquanto uma experiência negativa que deve ser usada como uma “lição” aos sindicalistas é algo predominante no início da emergência desse movimento, e será gradualmente diminuído. Essa ideia fica evidente em uma das falas do sindicalista do setor bancário Olívio Dutra, na qual os novos sindicalistas, segundo ele, não devem “reproduzir os erros do passado” (SANTANA, 1998, p. 107). Há dois fatores que entram em questão nessa fala, primeiro é uma ideia ideológica nos comparativos dos dois modelos sindicais. E segundo, uma própria ferramenta da disputa e legitimidade política dessa nova geração de sindicalistas.

Portanto, ao trabalhar com essas questões das disputas de sentido do sindicalismo, se preferiu por selecionar uma determinada porção dessas disputas, do que expandir para análise mais ampla dessas questões. De ponto de partida, ao mesmo tempo em que essa seleção implica que será possível aprofundar analiticamente, devido ao limite estabelecido, também apresenta o problema de se supor o objeto aqui investigado como uma resposta que se encaixa para toda análise dos sentidos do sindicalismo brasileiro. Tal ideia não foi almejada por esse trabalho, tanto, pois, isso seria muito reducionista visto a complexidade dessas disputas sindicais e variabilidade em que questões locais interferem sob esses sentidos.

Assim sendo, entende-se o papel dessa monografia mais alinhada na ideia de servir como uma contribuição a esses estudos a partir de um caso específico. E o objeto na qual busco analisar é a construção da memória promovida pela célula rio-grandina do PC do B a respeito do chamado Massacre da Linha Parque<sup>5</sup>, solidificada em suas homenagens anuais aos assassinados. Resume-se, então, na pergunta: **quem detém o poder de enquadrar a memória operária?** Portanto, já se implica que a memória do PC do B não constitui como a única apropriação do Massacre, na verdade, o que observamos é um emaranhado de recordações e usos desse passado. Por vezes essas outras memórias complementam a memória partidária, por outros são vozes dissonantes desses discursos.

Para tal, estabelecemos a presença de uma linha memorial primeiramente estabelecida no “calor” do ato, propagada pelo PCB (antigo<sup>6</sup>) em nível nacional por seu jornal *Voz Operária*, assim como em propostas artísticas, que são: o poema “1º de Maio” de Lila Ripoll, lançado em 1954, e o romance “Linha do Parque” de Dalcídio Jurandir, de 1959, ambos os escritores que tinham ligações com o comunismo brasileiro. Essa linha memorial tem objetivos claros em seu uso do massacre, que podem ser divididos como a construção de uma memória identitária entre as militâncias partidárias (assim como a classe operária brasileira como um todo) e a denúncia político-social que pode se extrair do fato em questão, principalmente de

---

5 O Massacre será propriamente “dissecado” no capítulo 1 dessa monografia, porém a cargo de aprimorar a leitura da introdução, resumo que o Massacre da Linha do Parque foi uma marcha de operários ocorrida na cidade de Rio Grande no dia primeiro de maio de 1950. A marcha foi posteriormente interrompida por policiais militares que alvejaram contra a passeata, matando 4 participantes.

6 Em 1958, o Partido Comunista do Brasil (sigla PCB) sofre uma mudança na direção partidária com a publicação da *Declaração de Março*. Anteriormente o partido era orientado pelo princípio revolucionário da Frente Democrática de Libertação Nacional (PANDOLFI, 1995), agora passaria a ingressar em uma corrente de pensamento que orientasse a coalizão dos comunistas com os setores trabalhistas da política nacional (FERREIRA, 2007). A partir disso, o partido altera seu nome para Partido Comunista Brasileiro em 1960, e em 1961 é aprovado pelo Comitê Central um novo estatuto excluindo pautas históricas como a “ditadura do proletariado”, em busca de sua legalização. Tal mudança gera uma cisão entre seus membros já no ano de 1958 que defendiam a manutenção da linha revolucionária, essencialmente gerando duas vertentes internas no partido. Eventualmente essas discussões levaram a fundação do Partido Comunista do Brasil (PC do B) em 1962 (PANDOLFI, 1995).



um processo de estrangulamento das organizações sindicais – sobretudo das congregadas ao viés comunista - pelo estado brasileiro, na época sob o governo de Eurico Gaspar Dutra (alinhado como “Ditador Dutra” nos folhetins de grupos ligados ao PCB). Nesse contexto, o PCB toma para si o papel de rememoração e louvação das vítimas, ao mesmo tempo que se servindo desse evento como catalisador de suas lutas, visto sua apropriação constante em textos do partido a respeito do direito dos operários, dos jovens e das mulheres.

Essa linha memorial sofre um duro rompimento com a repressão promovida pelo Golpe Civil-Militar de 1964, que entre outras coisas, reduziu drasticamente o campo de ação do PCB. Especificamente pela repressão feita pelo regime na própria cidade de Rio Grande com fechamento definitivo da Sociedade União Operária (SUO), organização de trabalhadores da cidade (que torna-se o principal polo de atuação dos comunistas rio-grandinos) e a cassação do prefeito Fraydo Salomão, do PTB, eleito com apoio de bases populares que iam além das trabalhistas (FRIDERICHS, 2013).

Uma segunda linha memorial, a que fará parte do cerne principal da pesquisa, emerge a partir da redemocratização do final da década de 70 e início dos anos 80 no Brasil. Uma memória iniciada pelos primeiros reorganizadores do PC do B na cidade, todavia num período nebuloso entre a derrocada da ditadura militar, porém sem as garantias legais de liberdade de expressão da Constituição Federal de 1988. Um movimento que se realiza através de uma busca constante por informações do Massacre e da (já mencionada) homenagem anual realizada no dia 1º de Maio no local onde se imagina que os manifestantes foram assassinados.

O partido (PC do B) observa seu ato como uma continuidade de uma tradição, vendo-o, portanto, não como uma diferente linha memorial e sim a mesma linha que foi silenciada pelo regime militar e ressurgida com a redemocratização. Contudo fará parte da problemática do trabalho observar essa linha memorial do PCdoB sob suas próprias características, através de dois aspectos de suas lutas em prol da memória das vítimas: o dever de que não seja (novamente) esquecido (através das homenagens anuais) e disputas que o partido enfrenta em tornos dessa memória.

Com isso, um dos objetivos definidos para essa monografia define-se na realização de uma análise sobre esses movimentos memoriais. Onde há elementos que se relacionam com o conceito de enquadrar um passado promulgado por uma organização política, que se enxerga e se legitima através desse passado. No caso, na relação entre PCB – movimento operário, PC do B – movimento operário e PC do B – PCB. Percebendo as relações (conflitantes ou complementares) das linhas memoriais surgidas a partir do Massacre. Logo, busco responder

ao problema de pesquisa centrado na indagação sobre as quais indivíduos ou grupos a memória operária “pertence” e como ela se desdobra ao longo dessa linha temporal que vai de 1950 até os dias atuais, e interagindo com questões referentes ao período de transição democrática brasileira, como a disputa de projetos de sindicalismo.

Nos outros caminhos propostos da monografia, que excedem, até certo ponto, o escopo temporal e local da pesquisa, está definido na ambição de explorar as relações da história com a memória discutindo maneiras sobre como os estudos sobre memória podem contribuir nas pesquisas a respeito de movimentos sociais, em específico no campo de trabalhos relacionados aos movimentos operários. Em outras palavras, vejo a correlação de diferentes caminhos na pesquisa histórica, e procuro esquadrihá-los em prol de conceber uma relação entre temáticas. Observo assim, que entender a maneira que os “herdeiros” representam e propagam “seu” passado como uma ferramenta na análise do passado sindical.

E para trabalhar essas questões de memória fiz uso dos seguintes autores: Fernando Catroga (2015), Paul Ricoeur (2007), Michael Pollak (1989), Pierre Nora (1993). Catroga (2015) explora em sua obra a relação do esquecimento como ferramenta necessária na tarefa do lembrar. Rompendo com a visão dicotômica dos termos, na qual um é “tarefa negativa” do outro. Na visão do autor, “ela (a memória) não pode ser encarada como um armazém inerte (...). Bem pelo contrário. Ela é retenção afectiva e ‘quente’ dos traços inscritos na tensão tridimensional do tempo” (CATROGA, 2001, p. 20). Em Ricoeur (2007), na qual muito dialoga com Catroga, foi utilizado principalmente a sua ideia entre uma memória que surge enquanto trauma, e como grupos conseguem transformar esse trauma em um projeto de memória, ressignificando o trauma, agora visto enquanto projeto memorialístico.

Entre os outros dois autores, há em Pollak (1989) uma contribuição geral de aos estudos de memória que é a respeito da expansão das categorias de memória. Principalmente, pois o pesquisador procurou observar como que diferentes memórias atuam em posições distintas nas sociedades, não vendo a memória coletiva como fechada em si. E entre essas categoriais de memória temos o conceito apresentado de uma “memória subterrânea” (POLLAK, 1989, p. 4) e o rompimento que ela representa à hegemonia da “memória oficial”. Assim como suas ponderações acerca do conceito de “enquadramento” e como a partir desse passado “manipulado” teríamos uma história regida pelo presente, na qual o passado torna-se referência como “coesão de grupos” (POLLAK, 1989, p. 9), definindo fronteiras entre quem está dentro e quem está fora do grupo. A respeito de Nora (1993), o uso está relacionado através de seu conceito de “lugares de memória”, na qual sua origem se daria, pois “não há

mais meios de memória" (NORA, 1993, p. 7), penso assim num uso correlacionado com as ideias de Ricoeur da memória enquanto projeto.

A partir disso, este trabalho se organiza da seguinte forma: no primeiro capítulo busco inicialmente apresentar o Massacre da Linha do Parque em si, apresentando uma noção geral a respeito do fato, assim como suas implicações no contexto da cidade de Rio Grande. Muitas das minhas discussões acerca do Massacre se inspiram na dissertação de mestrado "Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)" defendida por Mário Augusto Corrêa San Segundo no de 2009. Também discuto com fontes primárias, e entre elas destaco: reportagens dos jornais Voz Operária e Jornal do Dia, a certidão de óbito de Angelina Gonçalves (uma das vítimas do Massacre), o poema "O Primeiro de Maio" de Lila Ripoll, o relato em versos de Manoel Rechia (participante da passeata), entre outras.

Posteriormente, escrevo no capítulo sobre a questão operária na cidade de Rio Grande durante a primeira metade do século XX e um pouco do contexto político nacional da década de 40. Com o objetivo de destacar questões sociais específicas de Rio Grande, em perspectiva com o contexto nacional, como forma de se compreender as posteriores construções narrativa sobre o Massacre em contextos diferentes. Para isto, utilizo-me das obras "Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930" de Beatriz Ana Loner (2001); "Que a União Operária seja nossa pátria: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações" de Silva Regina Petersen e "Trabalhadores e sindicatos no Brasil" de Marcelo Badaró (2009), entre outras.

No segundo capítulo, exploro a questão dessa primeira linha memorial, trabalhando da ideia de uma construção da narrativa sobre o Massacre da Linha Parque. Analiso a insurgência de personagens, nas quais englobam dois grandes grupos: heróis e vilões. Aqui serão priorizadas as mesmas fontes que apareceram no capítulo anterior, contudo elas serão estudadas sob uma perspectiva lugares de memória, a partir das ideias de Pierre Nora. Portanto, essas fontes ajudarão a construir um "mapa" das perspectivas que desenharam todo um cenário do Massacre da Linha do Parque. Argumento então sobre uma perspectiva já consciente nesse curto período de atuação, por parte do PCB de conceber o Massacre como uma metamemória institucionalizada dentro da história do partido, uma construção de uma narrativa ainda num momento "quente" e recente ao ocorrido.

No terceiro capítulo é onde apresento uma série de proposições teóricas mais profundas, em diálogo com a pesquisa de campo. Aqui será desenvolvida uma análise da linha memorial atual, aquela referente ao PC do B, utilizando como meio de pesquisa a concepção de um historiador-etnográfico desenvolvida por Éder Silveira (2007). A falta de uma bibliografia

específica a respeito demandou um deslocamento até a própria cidade de Rio Grande para que aí fosse trabalhada a manifestação da memória do Massacre da Linha do Parque e do operariado rio-grandino, de modo “visceral”. Assim, abro espaço para questões teóricas pautadas em autores como Fernando Catroga, Pierre Nora e Paul Ricoeur. Tratando-se de uma experiência pessoal, optei, enquanto pesquisador, por uma escrita ajustada em um formato menos alinhado com os anteriores, em que alguns pontos do capítulo sigam uma lógica mais narrativa, pois um dos objetivos nesse segmento da monografia é retratar essa experiência de pesquisa.

Por fim, gostaria de afirmar que o momento de escrita desse trecho do meu trabalho de conclusão é (sem meias palavras) o momento mais grave de nossa jovem e esquelética democracia. Atores adormecidos aparecem num rompante, como aves de rapina, com o objetivo claro de surrupiar aquele mínimo estado democrático de direito que possuímos. No momento que eu terminar essa monografia, o destino de uma nação já terá sido decretado, porém mesmo que o menor dos males nos aflija muito que foi construído foi de certa forma perdido. Meu único conforto é minha questão pessoal que, não importando o resultado, eu estive do lado da democracia, eu estive do lado da vida digna, assim como daqueles mortos, na qual aqui eu escrevo sobre. E nessa hora de angústia nunca foi tão relevante a pergunta: para que e para quem escrevemos história? E nesse momento, eu sei para quem eu escrevo, para ela, a democracia.

## 2 “FOI NUM PRIMEIRO DE MAIO EM RIO GRANDE”: O CENÁRIO E SEU CONTEXTO

Nesta seção de meu trabalho faço um resumo sobre os acontecimentos do Massacre da Linha Parque, evitando trabalhar a respeito das construções de narrativa criadas através do Massacre, porém pautando toda a minha própria construção através de um trabalho de discernimento entre as fontes que foram selecionadas, as quais se dividem entre: notícias dos jornais *Jornal do Dia* e *Voz Operária*, o segundo ligado diretamente ao PCB; um poema escrito por Manoel Rechia, membro do PCB rio-grandino; por fim, os documentos recolhidos pela Comissão Nacional da Verdade, quando a mesma investigou a ação estatal a respeito do massacre. Ainda, será dado algum destaque para as obras literárias *O Primeiro de Maio* de Lila Ripoll e *Linha do Parque* de Dalcídio Jurandir, apesar de que a análise mais aprofundada da construção romântica do Massacre aparecerá no capítulo 2.

Posteriormente, dissertarei a respeito de questões contextuais sobre o movimento sindical rio-grandino, sob o ponto de vista de ponderar as questões apresentadas a respeito do Massacre. Será realizada uma contextualização de aspectos econômicos, sociais e culturais, priorizando mais as suas especificidades enquanto organização de trabalhadores. Em específico, busco observar a participação que os comunistas tiveram nesses espaços, e sob quais condições tinham que realizar suas ações, tanto como a participação desses espaços hegemônicos promoveu, a meu ver, diferentes estratégias das propostas pela linha nacional do partido.

### 2.1 O MASSACRE DA LINHA DO PARQUE

Em questões de bibliografia em nível acadêmico, não há uma grande quantidade de trabalhos a respeito do Massacre da Linha Parque. O que observamos são algumas citações que aparecem em alguns estudos, que sempre citam a importância e o impacto do fato, mesmo que o façam em poucas linhas de texto. Isto, de certa forma, é uma marca da “efervescência” do ato enquanto objeto da história da cidade, mesmo que poucos pesquisadores, pelo menos no escopo investigado nesse trabalho, aventurem-se em sobre ele investigar. Portanto, a maior referência que examina o acontecimento é a dissertação de mestrado de Mario San Segundo “Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)” defendido no ano de 2009. San Segundo tem como objetivo em sua escrita demonstrar como o Massacre da Linha do Parque pode ser entendido como um crime político planejado por parte

do estado, em especial pelas ações do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da cidade de Rio Grande.

O trabalho de San Segundo é compreendido, então, pelo seu caráter de denúncia dessa ação estatal, na qual o autor foi devidamente reconhecido pela comunidade acadêmica através do uso de sua dissertação, assim como outros trabalhos de sua autoria, pela Comissão Nacional da Verdade, quando a mesma iniciou suas investigações a respeito da responsabilidade estatal na morte da tecelã Angelina Gonçalves, participante da passeata. Contudo, cabe-se destacar que, apesar de San Segundo ser o trabalho mais completo a respeito da questão do Massacre da Linha do Parque em termos acadêmicos, ele não foca somente no Massacre, estendendo suas análises para outros dois momentos marcantes do movimento sindical da cidade nos anos de 1949 e 1952. Curiosamente, as datas de 1949 e 1952 são exploradas por Dalcídio Jurandir em seu romance, demonstrando que, embora os acontecimentos de 1950 sejam os mais marcantes no ponto de vista da relação entre memória e usos do passado, ele não se qualifica enquanto um ato isolado de repressão sobre o movimento operário comunista rio-grandino.

Colocadas essas ponderações, cabe agora constituir uma visão geral do Massacre da Linha do Parque a partir dessas fontes e bibliografia. No dia 1º de maio de 1950 foi organizada uma comemoração referente ao Dia Internacional do Trabalhador nas imediações do Parque Rio-grandense<sup>7</sup>, na atual entrada da malha urbana de Rio Grande, próximo ao pórtico. Estavam presentes no local as principais lideranças do movimento comunista da cidade, com destaque para o vereador Antonio Rechia, líder sindical dos estivadores, uma das muitas profissões ligadas a questão portuária; seu irmão, Manoel Rechia, ferroviário, que posteriormente narraria em forma de verso sua visão a respeito do massacre (ANEXO A); a vereadora suplente Guaraciaba, liderança sindical dos comerciantes; Angelina Gonçalves, tecelã da Fábrica Rheingantz e listada como uma das organizadoras (SAN SEGUNDO, 2009).

Havia representantes de várias associações, entre elas a “Associação dos Portuários, Núcleo da Coligação dos Ferroviários, Associação dos Trabalhadores do DASI (sigla não identificada), Sindicato da Construção Civil, Associação dos Trabalhadores na Indústria de Peixe e Conservas e União das Mulheres Riograndinas” (SAN SEGUNDO, 2009, p. 113). A

---

<sup>7</sup> Segundo Mario San Segundo (2009), o parque localizava-se próximo as imediações do Esporte Clube General Osório (p.123). Não foram encontradas informações acerca do clube. Contudo as narrativas escritas posteriormente ao Massacre levam a crer que o ato tenha se originado a partir do atual Parque do Trabalhador (ver capítulo 3), principalmente pelo uso da expressão “Parque Beira-Mar” no poema de Manoel Rechia (participante do ato) que aponta um indicativo, já que o Parque do Trabalhador atualmente localiza-se numa região litorânea.

partir desse quadro, as estimativas apontam para a presença de cerca de mil pessoas nas festividades do local (SAN SEGUNDO, 2009, p.123). Conforme os relatos, os comunistas predominavam, no entanto, alguns membros ligados ao PTB e operários independentes também participaram das comemorações, em menor número.

No momento do evento, a Sociedade União Operária (SUO), organização de referência aos trabalhadores rio-grandinos, estava com sua sede fechada desde 1949 por determinação da Justiça do Trabalho, devido aos grandes protestos organizados naquele ano pelos portuários. Segundo dados do ano de 1950, o porto e a Cia. Swift “representavam a maior fonte de empregos existentes em Rio Grande” (OLIVEIRA, 2010, p. 63) o que nos indica o forte impacto dessas greves. Apesar da intervenção estatal, as operações da SUO continuaram ocorrendo dentro do movimento sindical na cidade.

Após as festividades, aproximadamente às 16 horas, foi proposto aos participantes do evento que fosse realizado uma caminhada até a sede fechada da SUO. San Segundo (2009) mostra que existia uma certa pretensão por parte dos organizadores em marchar até a sede, mesmo que naquele momento a ideia fosse tomada como uma espontaneidade, que é inclusive ressaltado tanto no poema de Manoel Rechia<sup>8</sup>, quanto no poema de Lila Ripoll<sup>9</sup>.

A marcha então se inicia pela atualmente assim denominada Avenida Presidente Vargas, a qual possuía uma linha de bondes que conectavam a região do Pórtico com os bairros mais centrais. De fato, o nome de Massacre da Linha do Parque, atribuído dessa forma primordialmente pelos sindicalistas rio-grandinos e espalhado pelos periódicos operários, como *Gazeta Sindical*, *Voz Operária*, entre outros, refere-se ao fato que a marcha seguiu o caminho dos bondes, a Linha do Parque. O número de participantes varia de forma considerável dependendo da fonte consultada. O *Jornal do Dia* de 3 de maio de 1950 informa a respeito da presença de 300 manifestantes, e não discrimina quem seriam eles, destacando que se tratavam de “elementos vermelhos” (JORNAL DO DIA, 3 maio 1950, p. 18), em contrapartida o jornal *Voz Operária*, ligado ao PCB, que informa a presença de entre 600 e 800 pessoas, destacando a presença de famílias (VOZ OPERÁRIA, 20 maio 1950, p, 10).

Após cerca de dois quilômetros de caminhada, segundo informações trazidas pelo poema de Manoel Rechia e San Segundo (2009), nas proximidades da Fábrica Rheingantz a marcha é interrompida por um grupo de policias ligados ao DOPS sob a liderança do delegado

---

8 “E para dar mais brilhantismo//Processou uma passeata” (RECHIA, ANEXO A)

9 “Foi quando a voz calma e séria,// no velho parque vibrou,//e um convite alvissareiro// o povo unido escutou:// "Amigos, a rua é larga.// Unidos, vamos partir.// A nossa 'União Operária'// nós hoje vamos abrir." (RIPOLL, 1998, p. 114)



Ewaldo Miranda. O grupo de Miranda se uniu a outro grupo de policiais que se encontrava dentro do Estádio das Oliveiras (localizado na Avenida Buarque Macedo) pertencente ao Sport Club Rio Grande, onde estava sendo realizada uma partida do time contra o Clube de Regatas Vasco Gama (SAN SEGUNDO, 2009, p.124). A partir desse ponto há um conflito entre as histórias apresentadas, com os policiais alegando uma suposta “provocação” (JORNAL DO DIA, 03/05/1950). Porém o que fica claro é que após uma discussão com os manifestantes, os policiais iniciam disparos contra a marcha.

Com início dos disparos por parte das forças de repressão estatal, temos o registro da morte de 3 pessoas participantes da marcha: o pedreiro Euclides Pinto, o portuário Honório Alves de Couto e a tecelã Angelina Gonçalves. Também temos a morte de Osvaldino Correa, que estava no estádio e saiu para se juntar à marcha. Os manifestantes reagiram aos disparos efetuando eles também disparos contra o grupo de policiais, o que acarreta na morte do policial Francisco Reis. Todas as mortes tiveram a sua origem por disparo de armas de fogo. O vereador Antonio Rechia foi atingido pelos policiais e ficou paraplégico devido ao impacto da bala. Houve também um grande número de manifestantes feridos, contudo, teria sido preferível, por partes desses, o tratamento de suas feridas em suas residências (SAN SEGUNDO, 2009). Após o Massacre, o *Jornal do Dia* atesta quanto a presença de membros das Forças Armadas na cidade “a fim de evitarem que qualquer incidente venha perturbar a vida pacífica da cidade” (JORNAL DO DIA, 03/05/1950).

Devido ao impacto do Massacre frente a população rio-grandina – inclusive Rechia, em seu poema, cita que “Os comentários desse fato// Em todos os recintos se ouvia” (RECHIA, ANEXO A) – Logo após passado o dia 1º de maio o Massacre foi alvo de um confronto político e discursivo acerca de seus acontecimentos. Temos a emergência de versões dos fatos descritos pela ótica da força policial, outra pelos manifestantes.

A primeira sustenta-se na tese de uma legítima defesa por parte dos policiais, que reagiram dessa maneira devido às agressões promovidas ao grupo de manifestantes. Também há a acusação de que os manifestantes iniciaram os disparos, e de que os manifestantes mortos foram alvos “acidentais”. Concorre contra esta tese o fato que as pessoas assassinadas serem consideradas lideranças em seus círculos operários. Outro fator que vai contrário à versão das mortes acidentais, é próprio caso de Angelina, pois, segundo o seu atestado de óbito (ANEXO B), ela foi atingida por um projétil na região do crânio, e a disparo foi realizado de uma distância bastante curta. Todas as informações corroboram para imaginarmos que, pelo menos no caso de Angelina, houve uma ideia deliberada de assassinato.



No entanto, essa versão policial a respeito do teor accidental foi corroborada pela imprensa local. Ambos os jornais de maior circulação da cidade, *Rio Grande* e *O Tempo*, publicaram nos dias subsequentes reportagens sobre ocorrido focando na pequena quantidade de presentes, a violência dos manifestantes, a morte do policial Francisco Reis (o jornal *Rio Grande* anunciava no dia 3 de maio uma enorme comoção pela cidade pela morte do soldado) e de Oswaldino Correa, entendido pela imprensa como apenas alguém que estava passando pelo local do conflito (SAN SEGUNDO, 2009, p.151-153).

A tragédia também foi utilizada pelo PTB como forma de tentar incriminar os vereadores comunistas pela “confusão” ocorrida no 1º de maio. Destaca-se o pronunciamento do vereador Hipólito Cassemiro Leonini, que, ao criticar a ação dos comunistas, reivindica que seu partido defende um programa “social-cristão” que pauta-se que "somente com a ordem atingiremos o progresso e a bancada do PTB sempre agiu com esse objetivo e continuará a fazê-lo para o bem da coletividade" (SAN SEGUNDO, p. 118). Cabe aqui observar que a intenção dos membros do PTB, enquanto atuantes na política municipal, era de mitigar a presença dos comunistas no movimento operário local. Porém acredito que as críticas do PTB quanto ao PCB não provêm apenas de um teor oportunista, também está ligado a uma própria construção ideológica de um trabalhismo anticomunista, o mesmo é observado por San Segundo (2009). Com isso, abre-se processos de cassação dos mandatos dos vereadores comunistas, instalados institucionalmente no PSP.

Além da versão policial do Massacre da Linha do Parque, corroborada pela imprensa e outros atores políticos anticomunistas, as organizações sindicais estabeleceram suas próprias visões sobre aquele 1º de maio. Claro que há um exagero parte das lideranças sindicais dos fatos ocorridos (assim como a recíproca está também presente no discurso policial), contudo suas medidas nos fazem refletir e explorar mais sobre acerca o fato.

Num primeiro momento, temos a repercussão local sobre ocorrido. A vereadora comunista Guaraciaba Silva tenta ler no dia 11 de maio na Câmara de Vereadores uma carta da esposa de Euclides Pinto, porém é reprimida pelos demais vereadores (SAN SEGUNDO, 2009, p. 121). A mesma vereadora também pronuncia sobre uma “incalculável multidão” de quase “cinco mil pessoas” (SAN SEGUNDO, 2009, p. 152) para o cortejo às vítimas do massacre. O mesmo número é divulgado pelo *Voz Operária* na matéria citada anteriormente. Em contrapartida, o jornal *O Tempo*, por sua vez, declara que o cortejo teve um “pouquíssimo comparecimento”, o que é conflitante com um registro fotográfico da manifestação, que apesar de não nos fornecer com exatidão a quantidade de participantes, nos permite afirmar que o ato deve uma participação popular significativa.

**Figura 1:** Cortejo às vítimas do Massacre



Fonte: SEGUNDO, 2009 p. 153. Imagem disponível no Arquivo do Diretório Municipal do Partido Comunista do Brasil/Rio Grande-RS, cedida por Diego Luiz Vivian.

Claramente a fotografia demonstra uma participação expressiva da população rio-grandina ao cortejo às vítimas. Agregado isso ao fato que se encontravam presentes membros das Forças Armadas na cidade, o cenário para a realização de tal passeata seria bastante hostil aos participantes. Segundo Manoel Rechia em seu poema, havia uma forte ameaça que policiais fossem alvejar contra a marcha se ocorresse outra “provocação”:

Em cada esquina se via  
Um caminhão da brigada  
Com as metralhas apontando  
Pra multidão que passava  
(RECHIA, ANEXO A)

A presença do cortejo pode ser observada a partir do enraizamento do PCB na cidade, assim como várias outras questões que aqui se colocam. Por exemplo, se essas pessoas que aparecem ali no cortejo teriam ligações com PCB, ou a SUO? Ou teria sido um movimento aparentemente espontâneo dessas pessoas? Pois, foi observado que até o próprio PTB criticou a atitude do partido, inclusive acusando como responsável pelas mortes, então a única

organização partidária que mobilizaria seria o PCB. Logo, ou o fato teve uma repercussão que mobilizou uma parcela da população que não seria ligada ao movimento comunista, ou a força de mobilização dos comunistas rio-grandinos por meio de sua base era grande.

Por fim, isso seria de maneira geral e resumida o que foi o Massacre da Linha do Parque ocorrido no dia primeiro de maio de 1950 na cidade de Rio Grande e alguns aspectos de seus impactos posteriores. Então, a partir disso, discutiremos alguns aspectos do sindicalismo e comunismo rio-grandino a modo de elucidar alguns pontos do Massacre. Assim como, já trabalhar com algumas questões que vão ser depois apresentadas quando for discutida a questão da memória do Massacre.

## **2.2 CONTEXTO**

Como início da contextualização, abrimos inicialmente espaço para a origem do sindicalismo na cidade de Rio Grande. Observa-se que tal questão é necessária, sob o ponto de vista de expressar as características locais específicas, pois tais características dialogam com certos aspectos que foram observados no Massacre da Linha do Parque. Entre eles, algumas escolhas e atitudes tomadas pelos comunistas, tanto na organização do evento, como na própria ideia de se realizar uma caminhada.

Esses indicativos ajudam a compreender o cenário na qual atuavam esses sindicalistas. Como também nos permitem perceber uma série de elementos que abarcarão os sindicalistas rio-grandinos, nas seguintes questões: quem eram esses sindicalistas? Por quais organizações lutavam? Qual é a relação dos comunistas no movimento sindical rio-grandino? As três questões colocadas aqui, nos permitirão ter uma maior visão quanto ao impacto do Massacre da Linha do Parque, e sob quais pontos as construções memorialísticas, tanto na década de 50, quanto posteriormente, estão baseadas. Opta-se por uma perspectiva comparada com o cenário político nacional da segunda metade da década 40, visto que essas diferenças contextuais das particularidades locais balizaram a forma, na qual, o Massacre é entendido.

### **2.2.1 PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS: PARTICULARIDADES DO CASO RIO-GRANDINO E O SURGIMENTO DA SUO: COMO QUE ESSES SINDICALISTAS SE ORGANIZAVAM?**

Em termos historiográficos, trabalhar com a temática da formação do movimento operário rio-grandino apresenta uma dificuldade que é a falta de uma obra síntese da origem desse movimento. A publicação do ano de 2001, *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)* da historiadora Beatriz Loner é o que mais se aproxima de uma

tentativa de narrar o caso rio-grandino, ainda que o mesmo seja colocado em um segundo plano pela autora, em relação à cidade de Pelotas. Em Loner (2001), o movimento operário rio-grandino é entendido como uma extensão do caso pelotense, ou um aporte factual utilizável para analisar os operários de Pelotas. Um desses exemplos é a hipótese proposta pela autora na introdução do livro de que o movimento operário rio-grandino seria mais “radical” e “explosivo”, enquanto em Pelotas, “durante o período em exame, apresentou maior grau de organização material que o de Rio Grande” (LONER, 2001, p. 22). No desenvolvimento da obra, a questão pelotense recebe um substancialmente um número maior de páginas.

Essa persistência na aglomeração do caso rio-grandino agregado ao pelotense é algo recorrente na historiografia, percorre trabalhos como os de Maria Amélia Gonçalves da Silva (1996), Adhemar Lourenço da Silva Júnior (2005), Marcelo Badaró (2009), entre outros. O mesmo processo é visto inclusive em trabalhos mais específicos sobre a questão rio-grandina, como o mestrado de Mário San Segundo (2009), em que não existe uma fuga desse modelo de observar o operariado de Rio grande, pelo menos a sua origem, como correlacionado à Pelotas. A respeito disso, o tema escolhido pela monografia não se encerra na formação da classe operária rio-grandina, no entanto, vejo a necessidade de apontar aqui sobre o que considero uma lacuna da historiografia operária rio-grandense, pois a perspectiva de análise que vê o caso das duas cidades sempre em consonância apresenta, a meu ver, alguns problemas.

Primeiramente, há o aspecto díspare entre as duas cidades em relação as suas industrializações, na qual a junção de ambos os casos pode excluir alguns aspectos específicos<sup>10</sup>. Entre eles a participação econômica de Rio Grande enquanto polo de transporte de mercadorias através do Porto a das linhas férreas. Segundo Pedro Vasconcelos e Rogério Piva (2007), desde o início da produção econômica na região sul do Rio Grande do Sul, a cidade de Rio Grande se manteve como o principal centro escoadouro da região, devido, segundo aos autores, a sua posição geográfica privilegiada. Essa movimentação portuária em Rio Grande foi consolidada com o início da construção do Porto de Rio Grande em 1910.

E a partir do desenvolvimento da indústria portuária, há também naturalmente a presença desde cedo na região de ferrovias, que, conseqüentemente, demandaram um maior

---

10 Aqui não é percebido a questão econômica como aspecto determinante à condição do movimento operário, e sim uma ideia que tratavam-se de trabalhadores que viviam contextos diferentes. Portanto, apesar de uma rede comunicação estabelecida entre os diferentes grupos ao redor do estado (PETERSEN, 2001), eram ciclos econômicos distintos.

contingente de trabalhadores para a região. Os dados de antigos censos populacionais<sup>11</sup> divulgados pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do estado do Rio Grande do Sul mostram que, durante década de 1910, a população rio-grandina cresceu exponencialmente, a modo de ultrapassar a faixa dos 50.000 habitantes (o dobro do índice referente ao final do século XIX), como constatado pelo censo populacional realizado no ano de 1920. Essa predominância do Porto e da ferrovia na vida dos trabalhadores rio-grandinos é bastante evidente quando observamos as associações presentes no Massacre da Linha do Parque, muitas delas associadas a categorias de trabalhadores ligadas a esses setores.

No entanto, pondero que as duas cidades tinham alguns aspectos de industrialização similares, principalmente no que refere-se a Rio Grande além do porto e das linhas férreas. Ambas as cidades, segundo Pesavento (1985), se tornaram altamente especializadas em termos de sua produtividade, uma característica geral da industrialização rio-grandense. Para a cidade de Rio Grande, Pesavento (1985) destaca a presença da indústria alimentícia e, em menor escala, da indústria de tecelagem, e Loner (2001) a indústria do fumo.

Colocando em perspectiva, vemos em Rio Grande a presença de uma malha industrial e índice populacional menor em relação ao outro polo industrial sul-rio-grandense<sup>12</sup> (Pelotas), fruto de uma menor quantidade de investimentos de capital<sup>13</sup> daquela que observamos em Pelotas para o início do século XX. O que leva a suposição de que a cidade de Rio Grande apresentava uma constituição “menos diversificada e muito menos aristocrática” (LONER, 2001, p. 56), corroborada pela falta de um projeto de imigração tão presente. Os projetos migratórios rio-grandinos ocorreram como políticas particulares, com pouco envolvimento estatal, como nos casos de contratação de mão-de-obra imigrante ocorrido nas fábricas Pook (LONER, 1996) e Rheingantz (FERREIRA, 2013), concedendo uma série de vantagens para esses trabalhadores estrangeiros em comparativo dos trabalhadores nacionais.

---

11 Os dados populacionais históricos foram divulgados pelo órgão estatal em sua respectiva plataforma digital, conforme consta nas referências deste trabalho.

12 Utilizando a mesma fonte para os dados populacionais citados anteriormente, vemos que a cidade de Pelotas apresentava uma população superior a 100.000 habitantes durante a década de 1930, como confirmado pelo censo populacional do ano de 1940. A cidade de Rio Grande apenas atinge a marca similar na década de 1950, conforme indica o censo de 1960.

13 Apesar de ambas as cidades terem constituídos suas malhas industriais primordialmente através de investimentos providos do capital comercial de famílias de imigrantes alemães. A particularidade da existência da indústria do charque em Pelotas durante o século XIX proporcionou a existência de um desenvolvimento estrutural urbano maior que Rio Grande. Além disso, há a emergência de uma parcela da industrialização realizada através do capital acumulado pelas charqueadoras, com destaque para o setor alimentício (BRITTO, 2011).



Além dessas diferenças estruturais, essa premissa de análise do caso rio-grandino e pelotense pode levar a uma interpretação baseada em uma generalização no quesito na formação da classe operária na região sul rio-grandense. Em parte, isso ocorre no trabalho de Loner (2001), em que, ao analisar o movimento rio-grandino, a autora mantém uma mesma maneira de analisar duas formações operárias que já em no ponto de vista de sua formação e organização se diferem radicalmente entre si. Em que Pelotas apresenta um elevado número de organizações<sup>14</sup>, e Rio Grande, como será visto, tem um movimento operário centralizado. Obviamente que a autora abre espaço em sua obra para destacar características distintas, porém ao construir uma hipótese da “formação da classe operária, sendo um processo global” (LONER, 2001, p. 18) acaba se priorizando a classe operária a partir das instituições e associações. E, visto que a própria atesta a respeito de um maior nível de organização por parte do operariado pelotense, logo esse movimento operário tem um papel de destaque sob Rio Grande.

Enfim, após essa breve discussão historiográfica, partindo de uma visão tradicional do desenvolvimento das primeiras organizações operárias no estado do Rio Grande do Sul, observamos, segundo Petersen (2001) e Loner (2001), o estabelecimento, a partir da segunda metade do século XIX, de sociedades mutualistas ou associações beneficentes. As duas autoras criticam a visão que as sociedades mutualistas seriam “apolíticas”, entendendo como uma das primeiras maneiras encontradas por aqueles trabalhadores e trabalhadoras em se reconhecer como pertencentes a um grupo social diferente em relação aos seus padrões.

Boa parte das primeiras organizações teve como construção um caráter étnico (PETERSEN, 2001), mas esse movimento progressivamente se altera à medida que se aproxima o final do século XIX, no qual grande parte dessas organizações assumem um caráter mais classista. Segundo consta nas fontes de época sobreviventes há um crescimento de associações que se afastam de uma questão étnica a partir do século XX para a cidade de Rio Grande (DA SILVA JÚNIOR, 2005). O que leva a sugerir que, paulatinamente a organização baseada na questão étnica diminui com o surgimento grupos mais pautados em ideias classistas. Um dos fatores para essa mudança é que 1888 temos o fim da escravidão de forma legal, o que transformará as relações de trabalho no Brasil de forma significativa, alterando as pautas antes voltadas para o abolicionismo, para outras questões da vida dos

---

14 Em sua pesquisa, Loner (2001) encontra um número de nove organizações gerais de operários e trabalhadores, todas de relativa curta duração, com exceção da Liga Operária e da União Operária, surgidas no final do século XIX, extintas na década de 30. Loner (2001), também não apresenta que os sindicatos das categorias estivessem ligados a essas organizações.

trabalhadores brasileiros (BADARÓ, 2009). No entanto, cabe-se destacar que as associações baseadas nas questões étnicas não desapareceram a partir do século XX, continuaram atuando política, social e culturalmente, e também a questão étnica não deixa de ser um ponto de tensão nessas associações classistas (LONER, 2001).

Os anos de 1893/1894 são base para concebermos uma análise em torno do movimento operário rio-grandino da primeira metade do século XX, pois é durante esses anos que se pode pensar a respeito de um início da organização operária mais centrada na noção classista. Portanto, uma organização de trabalhadores na qual tem como princípio identitário a noção de pertencimento a esse determinado grupo de trabalhadores. Tal noção de compreender a classe, a partir do momento da criação de meios nas quais os próprios representantes identificam-se enquanto tal, é o que baliza o que é proposto nesse trabalho. A partir disso que observo essa data como central, pois no ano de 1893 temos a fundação da Sociedade União Operária (SUO)<sup>15</sup>, uma organização classista que objetivou congregar todos os trabalhadores urbanos sob uma única agremiação. A SUO teve um longo período de atuação, tendo apenas encerrado suas atividades em decorrência do golpe civil militar de 1964, em uma tentativa por parte do novo governo de conter retaliações por parte dos trabalhadores ao regime ditatorial instaurado.

A partir de sua presença e relevância para os trabalhadores rio-grandinos, a SUO tornou-se um ponto de referência ao movimento operário rio-grandino. Enquanto isso, em outras cidades do Rio Grande do Sul, nas quais havia a presença de um grande número de organizações que tentaram concentrar toda uma massa de trabalhadores urbanos sob sua direção (PETERSEN, 2001). Em Rio Grande, ainda que nos primeiros anos do século XX, havia presença de outras organizações<sup>16</sup>, mas a SUO manteve-se hegemônica como organização representativa operária na cidade. Era nela que ocorriam as disputas ideológicas que moldaram o movimento operário rio-grandino: o grupo que possuísse a maioria entre os membros da direção da SUO pautava a sua ideologia entre uma grande parcela dos trabalhadores da cidade. Contudo em nenhum período podemos afirmar que houve uma hegemonia ideológica na direção da SUO.

---

15 A SUO apenas iniciou suas atividades de fato a partir do Primeiro de Maio de 1894 (SCHMIDT, 1999).

16 Na seção de anexos de seu livro, Loner (2001) lista uma série de organizações como a Liga Operária (fundada em 1892, porém sem mais informações); o Centro Operário (fundado em 1892, também sem mais informações a respeito); a Confederação Operária Rio Grandense (de 1916, outra organização sem mais informações além dessa data); o Centro Operário (fundado em 1912, supostamente ficando em atividade até 1913); e a União Geral dos Trabalhadores (fundada em 1918, sem mais informações a respeito após 1927).

Nos primeiros anos de atuação como entidade, a SUO era oficialmente uma organização de cunho socialista, todavia isso se estimava mais como pretensão de uma parcela de seus líderes que de fato uma filiação ideológica do operariado local com o socialismo. Nesses primeiros momentos de atuação, ideologicamente a organização era comandada por Antônio Guedes Coutinho, imigrante português que a partir de seus contatos com diferentes grupos operários e uma leitura de pensadores comunistas, socialistas e social democratas, desenvolve sua própria visão de socialismo e atuação sindical. Coutinho, segundo Schmidt (1996), criou uma proposta política numa linha de pensamento de cunho reformista, devido a uma aparente repulsa a noção de uma revolução violenta, acreditando na implantação de uma sociedade socialista através do princípio “evolucionista” de Charles Darwin.

Coutinho, contudo, não pode ser visto como uma unanimidade dentro da SUO, lembrando que ao longo dos seus 70 anos as propostas políticas da SUO variaram constantemente. Podemos, no entanto, afirmar que a “linha de pensamento Coutinho” vigorou com certa legitimidade até a primeira década do século XX. Em 1909 suas propostas “foram todas rejeitadas, pois, por ecléticas, terminaram não tendo o apoio de nenhum grupo consolidado, e ele demitiu-se (do cargo de presidente)” (LONER, 2001, p. 183). A partir da década de 1910 e até o início da década de 20, o anarquismo assume uma posição de destaque no setor operário, essa dominância se consolida com a vitória dos anarquistas nas eleições de 1911 da FORGS<sup>17</sup> (XERRI, 1996). Apesar disso os anarquistas não conseguiram assumir em nenhum momento o comando da direção da SUO, devido às estruturas chamadas de burocráticas dentro da entidade, que por diversas vezes bloquearam atuações políticas mais ideologicamente definidas (SCHMIDT, 1999).

A SUO também se consolida no círculo operário a partir da sua importância na vida dos trabalhadores rio-grandinos para além da atuação política-sindical. Loner (2001) apresenta que a organização esteve presente na coordenação de bailes e blocos de carnaval, assim como os membros da instituição (entre eles o já citado Coutinho) promoviam uma série de peças teatrais com a temática da vida operária da cidade, características que se estendem até o fim da instituição.

Por fim, considerando que a SUO está numa etapa de transição entre o período “apolítico” do mutualismo e o da institucionalização dos movimentos operários em

---

17 A FORGS (Federação Operária do Rio Grande do Sul), fundada em 1906, consistiu no primeiro grupo organizado de operário a nível estadual, reunindo uma série de outras organizações, não fica claro a partir das leituras se a SUO enquanto entidade participava da FORGS (LONER, 2001).



organizações partidárias. É possível considerar que, ao congregar num primeiro momento essas duas visões da luta operária, foi permitido à SUO sua elevação no consciente popular não como uma organização restrita à temporalidade da sua fundação, e sim como a representante da classe operária rio-grandina. Quando posteriormente tratarmos a respeito do contexto da década de 1940, veremos uma SUO ideologicamente distinta em relação àquela imaginada por Coutinho no final do século XIX. No entanto, a organização permanece como pilar representativo, “a diretora dos espíritos da classe”, como caracterizada por Schmidt (1999). Inclusive, todo delinear das narrativas feitas do Massacre da Linha Parque na década de 1950 partem da SUO como órgão máximo da organização operária, sendo ela mais aparente sua admiração, sobretudo por parte dos comunistas rio-grandinos, que enxergavam nela algo talvez muito maior no contexto rio-grandino que o Partido Comunista em si.

Apesar disso, faço a mea-culpa que, resumir o movimento operário na cidade de Rio Grande pós 1893 somente pela SUO pode ser entendido como uma simplificação. O movimento rio-grandino possuía uma série de contradições em torno de si, mas minha intenção em sintetizar o tema a partir da SUO origina-se sob dois aspectos que se encontram em conciliação com a temática desta monografia.

O primeiro deles é que cronologicamente a SUO serve como uma ligação entre um movimento sindical anterior à Consolidação das Leis Trabalhistas e a emergência do sindicalismo trabalhista, permitindo, portanto, explorar nuances locais que ocasionaram na conjuntura sociopolítica rio-grandina da década de 1940. O segundo ponto é que a SUO permanece até 1964 não apenas como uma organização operária, mas como a delineadora do que é ser classe operária em Rio Grande, indo, então, além das “propriedades materiais” de um órgão politicamente organizado, alçando seu horizonte de perspectivas sob uma ótica “simbólica”. A SUO é a organização máxima da classe operária rio-grandina, não somente no ponto de vista de seu impacto político real, mas em sua capacidade de expandir o aspecto da realidade social em si.

Podemos analisar a SUO a partir das teorias a respeito da classe do sociólogo Pierre Bourdieu (2013). Em Bourdieu, a classe é entendida para além da sua realidade observada sob o ponto de vista econômico, ou até mesmo social. A classe, portanto, só existe quando um grupo reivindica para si o reconhecimento como tal e “as representações que os agentes dela formam e que fazem toda a ‘realidade’ de um mundo social concebido” (BOURDIEU, 2013, p. 106). Através disso, a SUO tem uma relevância enquanto construtora da noção aos operários rio-grandinos sob o que significa ser membro da classe operária.

Portanto é através da SUO que podemos compreender as lógicas do desenrolar do Massacre da Linha do Parque, visto que, nas narrativas a respeito, a SUO assume um papel de uma personagem, mais viva que as pessoas que de fato participaram. Entretanto a SUO, e o sindicalismo rio-grandino como um todo, não se mantêm de forma coesa até o seu fechamento. Veremos a seguir como que as lógicas impostas na segunda metade da década de 1940 em relação aos trabalhadores, e suas estratégias de resistência, balizaram as lutas operárias no contexto da Quarta República<sup>18</sup>, percorrendo nessa contextualização os caminhos dos comunistas rio-grandinos até a fatídica data do Massacre.

### **2.2.2 CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO E RIO-GRANDINO NO FINAL DA DÉCADA DE 1940: A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA SOB A SOMBRA DO AUTORITARISMO**

O cenário político brasileiro que se desenha com o fim do Estado Novo não se resume a um prelúdio às alternativas autoritárias e antidemocráticas que pautaram a política nacional a partir da segunda metade da década de 1960. Muito pelo contrário, o período de 1945 até 1964 foi a primeira experiência da prática democrática nas instâncias governamentais que regem a vida dos cidadãos, o que implicou pela primeira vez à elite política nacional a questão de suas candidaturas estarem mais perpassadas ao escrutínio popular de forma mais direta do que em relação às eleições da Primeira República. Esse foi um determinante fator para que as personagens políticas que tinham um papel de destaque na Primeira República fossem paulatinamente substituídas pela figura do político que tinha como principal habilidade o carisma, que, em consequência, possibilitava a conquista de votos entre os eleitores, essa figura do político carismático costumeiramente é definido de “populista”. Estranhamente ao contexto político do período, o primeiro presidente eleito através do voto direto, Eurico Gaspar Dutra, talvez seja, entre os quatro presidentes eleitos no período, um político que mais se distanciava dessa tendência.

A vitória de Dutra, então, só foi possível naquela conjuntura eleitoral devido ao apoio de Getúlio Vargas para sua candidatura, aliado ao fato da grande organização dos trabalhadores no ano de 1945 (ano das eleições) pela permanência de Getúlio no cargo de presidente e pela realização da Assembleia Constituinte (FERREIRA, 2003). A partir disso, o período de transição entre o fim do Estado Novo e início da Quarta República, e a política

---

18 O termo Quarta República foi utilizado pelo historiador Edgard Carone (1980) em sua obra “A Quarta República – (1945-1964)”, e foi aqui apropriado, pois, diferente de outros termos, como República de 1946 ou República Populista, carrega um sentido menos determinista.

nacional como um todo durante esse período, foram essencialmente balizados, em questões ideológicas, por quatro partidos políticos: a União Democrática Nacional (UDN), inicialmente um bloco heterogêneo de diferentes grupos ideologicamente distintos, “mas unidos pelo mesmo rancor a Vargas” (FERREIRA, 2003, p. 21), e que progressivamente transforma-se no partido que aglomera os setores conservadores da política brasileira no período; o Partido Social Democrático (PSD), que tem sua origem nas elites oligárquicas estaduais que forneceram suporte político ao Estado Novo, era o partido de Dutra no pleito de 1945; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), originado nos setores mais ligados às políticas sociais do governo do Estado Novo, principalmente dos membros do Ministério do Trabalho, “destinava-se a atrair um público amplo de trabalhadores urbanos e membros da classe média urbana” (FRENCH, 1995); e por fim, o Partido Comunista do Brasil (PCB), na qual apesar de existir desde o ano de 1922, passa por uma reconfiguração após o período da Segunda Guerra Mundial (sendo legalizado no breve período de 1945 a 1947), em que os comunistas passam a ser um dos atores políticos no cenário da democracia liberal brasileira.

Enfim, o governo de Eurico Gaspar Dutra, apesar de ser o primeiro eleito através de eleições livres e diretas, distancia-se de qualquer pretensão trabalhista ou populista (mesmo que tivesse sido eleito com amplo apoio desses setores). O governo de Dutra é marcado “pela repressão ao movimento operário, pela perseguição aos comunistas e pelo autoritarismo, o que segue de forma inequívoca a ação de proteção continental contra o comunismo baseada na Doutrina Truman” (SAN SEGUNDO, 2009, p. 34).

Portanto, seu governo culmina com a colocação do PCB na ilegalidade no ano de 1947, na cassação dos deputados e senadores comunistas em 1948 e na criação da lei de número 9.070, de 15 de março de 1946, na qual instituiu o direito à greve aos trabalhadores, contudo desde que a mesma cumprisse uma série de exigências legais. Instituiu, também, o poder da Justiça do Trabalho de definir atividades essenciais nas quais o direito à greve estava suspenso ou reduzido (Artigo 3º) e estabelecer a legalidade do movimento (Artigo 1º), por fim no primeiro item do 15º artigo da lei temos a instituição da prisão preventiva aos acusados de terem participado de tais atos, o que acarreta na perseguição política de atores considerados subversivos. E obviamente que nesse cenário o cumprimento das leis trabalhistas nunca foi efetivo, porém a legislação varguista promulgada durante o Estado Novo servia como um balizador das lutas dos trabalhadores (CHALHOUR; DA SILVA, 2009). Menciona-se muito essa estratégia de luta como parte do trabalhismo, e o movimento sindical ligado ao PTB, contudo, pelo menos para Rio Grande, observo que essa estratégia era também utilizada pelos

comunistas, como fica evidenciado no poema de Manoel Rechia onde ele menciona que a marcha seria legítima “conforme a Constituição” (ANEXO A).

Essa perseguição ao PCB por Dutra resulta no fim da tese da *União Nacional*<sup>19</sup>, e a nomeação do governo de Dutra como uma “ditadura” pelos comunistas, conceito que havia sido amplamente abandonado a partir de 1943 (PANDOLFI, 1995). No entanto, a experiência democrática do partido de 1945 em nível nacional deixou marcas profundas na organização partidária em nível local. E obrigou aos membros do PCB buscar diferentes estratégias para burlar a clandestinidade colocada.

Um desses exemplos é justamente na cidade de Rio Grande, pois mesmo após a mudança partidária com a publicação do *Manifesto de Janeiro* em 1948, consolidada posteriormente com a publicação do *Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional* em setembro de 1950, os membros do PCB de Rio Grande não deixam de participar das eleições municipais, inclusive com a eleição de Antonio Rechia para o cargo de vereador, e outros dois comunistas para o cargo de suplência (SAN SEGUNDO, 2009). Portanto, divergindo nas direções revolucionárias partidárias, que buscaram eliminar as “ilusões reformistas do passado” (PANDOLFI, 1995, p. 171).

Segundo San Segundo (2009), no fim da década de 40, esse processo de ingresso de militantes comunistas nas eleições ocorria de forma relativamente aberta, em que seus membros organizavam-se institucionalmente para tal nos quadros do Partido Social Progressista (PSP). De início, essa escolha por parte dos comunistas rio-grandinos parece bastante estranha, devido às políticas paternalistas exercidas pelo PSP no estado de São Paulo, sob a égide de sua figura mor Ademar de Barros. Contudo é importante recordar que o partido (PSP) não tinha forte presença no estado do Rio Grande do Sul, fazendo com que sua posição política fosse maleável dependendo da região. Não apenas isso, porém ainda é relevante perceber que estamos tratando de um cenário político nacional, na qual os partidos regionais tornam-se proibidos, e é exigido que houvesse apenas partidos nacionais, tratando-se, portanto, do início dessa nova organização das instituições políticas em que as variantes partidárias regionais são, todavia muito mais abertas.

Esse movimento de permanência no sistema eleitoral mesmo após o fim da legalidade do PCB demonstra uma relativa autonomia entre os PCs de diferentes cidades, na qual me

---

19 A tese da “União Nacional” consistiu numa tese partidária da cúpula do PCB colocada em prática a partir de 1943 após sua aprovação na Conferência da Mantiqueira. Com fim do Estado Novo, e a diminuição da perseguição dos comunistas por parte do Estado Novo, “Prestes considerava possível transformar a sociedade utilizando métodos estritamente legais” (PANDOLFI, 1995, p. 164).

permite inferir a suposição anteriormente dita que, possivelmente, para o conglomerado geral de eleitores do PCB na cidade de Rio Grande houvesse uma maior identificação com os sindicatos de representação, aglutinados pela SUO, que pelo PCB em si. Também nos revela duas estratégias que eram utilizadas nesse curto período democrático da República brasileira por parte dos comunistas rio-grandinos. A primeira delas resume-se em uma questão muito simples e prática: o PCB precisava continuar participando de eleições naquele período, pois seu principal concorrente no campo sindical, o PTB, atuava nesse espaço, inclusive conquistando cada vez mais espaço. Nacionalmente, até metade da década de 1950, o PTB era ofuscado pela figura de Getúlio Vargas (FERREIRA, 2007), fazendo que seu campo social de expansão fosse o mesmo do PCB. Porém, estando os comunistas ingressos na ilegalidade eleitoral, essa disputa se torna desigual a partir de 1948.

A segunda questão referente à participação dos comunistas nos pleitos eleitorais é que podemos inferir que a própria experiência de legalidade das eleições de 1945 e 1947, sendo ela muito relevante até mesmo em termos numéricos, faz com que a retomada de um modelo de luta fora da via democrática, como se instaurou com a Aliança Nacional Libertadora (ANL) durante o regime varguista, seja muito complicada aos membros do PCB. Toda a mobilização feita pelo PCB, que não surge apenas no ano de 1945, é um movimento que vem desde 1943 com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (FRENCH, 1995). Portanto, é uma experiência que, além de pautar essa militância para a construção da democracia existente durante a Quarta República, pautou na criação de um novo Partido Comunista.

Ao ingressar nas questões no sindicalismo rio-grandino na década de 1940 a partir dessas experiências de legalidade, San Segundo (2009) analisa que o rompimento da União Nacional, não é um pensamento hegemônico internamente no partido, indicando que militantes gaúchos foram críticos, entre eles o militante Eloy Martins que criticou à maneira como a direção central do PCB “aceitou” sua saída do jogo democrático, um fator que alienou, segundo ele, a classe trabalhadora a respeito do projeto comunista. Inclusive Eloy Martins (1989) cita em seu livro de memórias um dos exemplos de como a aparente facilidade que o PCB se capitulou de sua participação na democracia foi prejudicial. Trata-se justamente do caso do PCB de Rio Grande, sobre o qual Martins argumenta que uma vontade dos militantes rio-grandinos em seguir a linha da direção central acarretou sobre si a repressão violenta por eles sentida.

Apesar disso, questiono a ideia de San Segundo e de Eloy Martins dessa suposta fidelidade à Direção Nacional por parte da célula rio-grandina<sup>20</sup>. Observo a própria inserção do partido na Câmara de Vereadores, com a eleição de três vereadores comunistas, que, segundo o próprio San Segundo, são bastante expressivos a respeito de sua filiação ideológica. Ou seja, além do PCB rio-grandino romper com ideia da não-participação de pleitos eleitorais, as decisões dos vereadores vão ainda por cima contra a própria noção de uma clandestinidade, um aspecto que era essencialmente caro ao partido (PANDOLFI, 1995). Contudo, é relevante destacar que o período de 1949 até 1952 é em si muito violento. As mortes de 1950 não são isoladas, elas são sistêmicas, estão englobadas num contexto em que o PSD alia-se fortemente ao anticomunismo e, em consequência, à perseguição aos movimentos operários.

No Rio Grande do Sul, o processo de aparelhamento do PSD aos setores da direita rio-grandense leva a cisão em 1949 do partido entre uma ala trabalhista (PSD Autonomista) e uma ala “udenizada” (OLIVEIRA, 2016). No contexto rio-grandino, o que observamos é que setores do movimento operário ligados ao PSD saem do partido e se agregam aos quadros do PTB (SAN SEGUNDO, 2009). Então é uma dúvida que se instaura aqui: essa violência do fim da década de 40 sob os comunistas rio-grandinos é algo que vem através somente da “inocência” sob um projeto radical tomado pelo PCB a partir de 1948 ou não podemos também observar uma radicalização do governo do PSD no que tange ao anticomunismo?

O outro fator primordial que me leva a questionar o argumento da aliança fiel dos comunistas rio-grandinos ao projeto da *Frente Democrática de Libertação Nacional* vem a partir do próprio aparelhamento dos comunistas na SUO. Tanto San Segundo (2009), quanto Lidiane Friderichs (2013), mostram a presença significativa de comunistas na SUO a partir da segunda metade da década de 40, e ambos os autores argumentam que os comunistas utilizavam a SUO como “escudo” das perseguições políticas. Contudo, o quanto a participação do PCB na SUO influenciou as tomadas de decisões do partido e implicou divergências em relação à linha nacional?

A SUO, como foi visto, surgiu muito antes do PCB, e exercia um papel muito maior que uma atuação política direta. Conforme defendo, a entidade era um ponto de referência aos trabalhadores por manter características aparentemente divergentes de tanto uma atuação

---

20 A ideia da maior corroboração dos quadros rio-grandinos com a linha da *Frente Democrática de Libertação Nacional* talvez possa ser um fio condutor para questões posteriores, especialmente pelas apropriações feitas pelo PC do B ao movimento operário das décadas de 40 e 50 (tema que será abordado no terceiro capítulo desta monografia). Ainda que a relação entre as duas constatações seja, a meu ver, relativamente difusa.

mutualista, quanto uma atuação política “de fato”. O que contrapartida podemos supor que implicou que a sociedade não fosse tão perseguida do que outros movimentos sindicais mais declaradamente ideológicos.

Logicamente, que o ingresso dos comunistas na sociedade foi respondido pelas forças repressivas do estado com o aumento da perseguição política sob a SUO. Por exemplo, o já mencionado, fechamento da sede da SUO em 1949 devido às greves dos portuários, nas quais sua origem está traçada no uso da estrutura da sociedade como ponto de organização (SAN SEGUNDO, 2009). No entanto, a própria festividade realizada pela SUO no Primeiro de Maio de 1950 nos demonstra uma manutenção do caráter mutualista tido pela SUO em relação ao sindicalismo rio-grandino.

Na programação do evento, além do churrasco, aparecem que foram ofertadas aos trabalhadores e suas famílias uma série de atividades recreativas como: “Corrida do Saco”, “Quebra do pote com os olhos vendados”, “Corrida do ovo na colher” e “Frigideira enfumaçada”. Há, inclusive, a distribuição de prêmios para os vencedores de tais brincadeiras, além da realização de um baile com os presentes, conforme pode ser observado no panfleto distribuído aos trabalhadores para a promoção do evento de 1950:

**Figura 2:** Programação do 1º de maio de 1950



## Aos Trabalhadores de Rio Grande

Os abaixo assinados, representando todos os setores, da classe operária Riograndina, tem o prazer de convidar a todos os trabalhadores da cidade e do campo e ao povo em geral, para a comemoração de 1.º de Maio, dia internacional do TRABALHADOR. Nesse dia, visando a Unidade da classe operária, indispensável para a solução dos seus problemas, será realizado um churrasco de confraternização, onde, com o espírito voltado para a luta pelas reivindicações, num ambiente fraternal, serão discutidos os meios de nós, operários, conseguirmos uma vida melhor, sem opressão e fome. Convidamos também a todas as organizações populares, clubes esportivos e recreativos, a se fazer representar e participar das comemorações.

O 1.º de Maio este ano, se comemora num momento em que crescem as ameaças de guerra e aumenta a dominação estrangeira sobre nosso país. Portanto, devemos nos reunir, confraternizar e organizar, comemorando o 1.º de Maio com espírito de luta pelas nossas reivindicações, pela paz e a Independência Nacional.

### PROGRAMA:

**Início as 9 horas**  
**Corrida de saco as 10 horas**  
**Quebra do pote com olhos vedados as 10,30 hs.**  
**Corrida do ovo na colher as 11 hs.**  
**Frigideira enfumassada, as 11,30 hs.**  
**Todas as brincadeiras terão premios**  
**Churrasco as 12 hs.**  
**Hora caipira as 14,30 hs.**  
**Baile ao ar livre as 15,30 hs.**

**A COMISSÃO:**

**AMABILIO MENEZES**, presidente da Associação dos Trabalhadores na Indústria de Peixe e Conserveis.  
**ANTONIO RODRIGUES**, presidente da Associação dos Portuarios.  
**GUILHERMINA CAXEIRO**, presidente da União das Mulheres Riograndinas.  
**MANGEL RECHIA**, presidente do Núcleo da Coligação dos Ferroviários.  
**FELIPE TARTA**, presidente da Sociedade União Operária.  
**JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS**, presidente do Sindicato de Construção Civil.  
**VALDEMAR PARABÓIA**, presidente da Associação dos Trabalhadores do DANI.

Wilson dos Santos	Alexandra Menezes	Petec Rosa Pereira
Oswaldo Borges de Azeite	Luizlaura Vargas	João Manoel Aires
Arquêdio Rosa	Guaraciaba C. e Silva	João Pinto
Delamiro Pereira	Luizival Ferreira	João Gonçalves
Antonio Rechia	Geraldo Medeiros	Olavo Magalhães
Eudélio Pinto	Alceu Ribeiro	Angelina Gonçalves
Luizlaura Rodrigues	João Carlos Cavada	Cleofonso Elias
Zulma Pinto	Hercules Fernandes	Miguel Probst
		Arquêdio S. Martins

A comissão organizadora dos festejos funciona diariamente das 20 at 21 horas, a Avenida Silva Paes n. 64

**Todas as Comerações de 1.º de Maio, no antigo Parque, as 9 horas**

Fonte: SEGUNDO, 2009, p. 218 (Centro Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande).

Ao que tudo indica, os comunistas que atuaram na SUO mantiveram essas atuações de característica assistencialista que ocorriam desde as origens mutualistas da sociedade. Outro exemplo pode ser visto em uma reportagem feita na edição 113 de 1955 na revista *Momento Feminino*, ligada à Federação de Mulheres do Brasil, de uma pequena notícia a respeito da atuação da vereadora comunista Guaraciaba Cardoso e Silva (participante dos acontecimentos do Massacre da Linha do Parque) na construção de uma série de atividades aos membros da sociedade. Atesta a revista que a SUO “prontificou-se a dar um espetáculo teatral em sua sede. A Companhia Dramática Beira-Mar, sob a direção do ator Coriolano Benício, representou a peça *Honrarás teu pai*, de Afonso Aires, com grande êxito e a comédia *Que bicho deu?*” (MOMENTO FEMININO, 1955). O pequeno trecho nos revela que os



comunistas não modificaram certas lógicas da SUO, portanto se distanciaram, parcialmente, da linha imposta pela direção nacional e jogaram com os elementos já estabelecidos do movimento operário rio-grandino desde o fim do século XIX, mesmo que, segundo San Segundo (2009), a atuação deles seja um dos fatores da intervenção ocorrida pela Justiça do Trabalho na sociedade.

A partir dos estudos realizados aqui nessa seção inicial da monografia, podemos já colocar três questões que serão base para os futuros capítulos, nas quais foram discutidas nesse primeiro capítulo:

- a) O PCB rio-grandino tinha uma base social muito enraizada socialmente, na qual estava fortemente pautada por sua presença no movimento operário. Ele não se constituía como única força entre os trabalhadores, porém tinha uma relevância, inclusive no cenário político tradicional, elegendo cadeiras para a Câmara de Vereadores;
- b) Nem sempre aquilo que era apontado pelo Comitê Central do PCB como linha geral a ser seguida por todas as células partidárias era necessariamente seguido em todas as suas diretrizes. No caso rio-grandino essa questão fica aparente, principalmente pela atuação dos comunistas na SUO e na Câmara de Vereadores;
- c) A SUO talvez fosse um ponto de maior identidade no movimento operário rio-grandino na primeira metade do século XX, inclusive entre os membros comunistas. Principalmente, a sua importância que destaco enquanto uma associação que significasse a representação da classe operária em Rio Grande, principalmente por misturar elementos mutualistas em suas ações. Além disso, as disputas de poder dentro da organização, mostram que havia um grande interesse pelo controle da sociedade.

Dentre essas conclusões, no próximo capítulo será analisado de que maneira que, logo após o Massacre já pode ser observado movimentos que construirão uma narrativa. Algo que chamo de uma “primeira linha memorial” do Massacre, constituída no “calor” dos acontecimentos. Já desenhando certa ideia de um enquadramento de alguns elementos do acontecimento. E também, como esse contexto às vezes díspare da política local *versus* a política nacional implica diferentes narrativas que atendem a diferentes objetivos.

### **3 “O NOME DE PRESTES, NUM RITMO EXATO, POR TODOS CANTADO, SONORO, SEM MANCHAS, NA TARDE A VIBRAR”: A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DO MASSACRE DA LINHA DO PARQUE**

Esse capítulo tem o intuito de abordar as construções de narrativa realizadas por diversos atores a respeito do Massacre da Linha do Parque. Analiso aqui discursos narrativos, todavia temporalmente próximos ao acontecimento, situados por volta dos anos de 1950 até 1959. Sobretudo, observo esse primeiro movimento a respeito da construção narrativa do Massacre da Linha do Parque, como uma primeira linha memorial, na qual defino seu fim, pelo menos enquanto política de institucional partidária, com o Golpe Civil-Militar de 1964, e a repressão Regime Militar instaurado ao PCB, em nível nacional e na cidade de Rio Grande.

As fontes aqui selecionadas, apesar de serem as mesmas do capítulo anterior, são analisadas sob uma diferente perspectiva e com distintos objetivos. Principalmente, as fontes foram observadas na intenção de entendê-las como “lugares de memória”, que, segundo a conceituação de Pierre Nora (1993), se concebem com o objetivo de “substituir” a antes existente cultura de memória “real”, sob a ideia de construir sobre ele (o lugar) uma memória, porém seu aporte é na História que é "a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais" (NORA, 1993, p. 9). Recordando, que segundo Nora (1993), um lugar de memória não se classifica necessariamente como um lugar em si, mas “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (NORA, 1993, p. 13). Portanto na visão do autor tal lugar pode ser concebido como um documento, uma fotografia, uma poesia, enfim, quase que qualquer objeto que esteja relacionado a um projeto de memória coletiva.

Portanto, utilizo-me das seguintes fontes: um relato em versos feito por Manoel Rechia (participante da marcha do Primeiro de Maio de 1950); reportagens do Jornal *Voz Operária* entre os anos de 1950 e 1957; o romance *Linha do Parque*, de Dalcídio Jurandir; e a antologia poética *Primeiro de Maio*, de Lila Ripoll. A respeito do relato de Manoel Rechia destaco que o original desta obra me foi fornecido em forma de fotografias pelos próprios membros do PC do B rio-grandino e tais imagens estão disponíveis no anexo deste Trabalho. Segundo os membros do Partido, o original está na casa da viúva de Manoel Rechia. É importante ressaltar que, além das fotografias e da garantia dos militantes do Partido, não obtive nenhuma outra fonte que sustentasse sua autenticidade ou existência. No entanto,

realizei uma referência cruzada com aquilo que é escrito no relato e algumas reportagens publicadas no jornal *Voz Operária*, a partir disso notei a presença de trechos bastante similares, inclusive pequenas expressões que são exatamente iguais. Levando esses fatores em conta, podemos aqui tomar como quase certa a autenticidade do poema de Manoel Rechia, mesmo que o seu documento apresente empecilhos que dificultam a análise, como a indefinição a respeito da data de escrita do mesmo e dubiedade de sua divulgação ao público em geral<sup>21</sup>.

Portanto, o capítulo estrutura-se de dois segmentos: o primeiro deles busca compreender o que se definia enquanto uma pauta “partidária” em relação ao Massacre da Linha do Parque, ressaltando aspectos que demonstrem como as estruturas locais do PCB, por onde se realiza a construção narrativa, entram em conflito com a linha da direção partidária nacional. Foco na ideia que ambas as direções construíram suas narrativas através de aspectos diversos. O segundo segmento do trabalho se baseará na análise de duas obras literárias que serviram, a meu ver, enquanto solidificadores de uma narrativa, especialmente de uma imagem literária acerca do Massacre.

### **3.1 LOCAL VERSUS NACIONAL: OS COMUNISTAS RIO-GRANDINOS FRENTE À DIREÇÃO NACIONAL**

O PCB era um partido que se organizava sob uma estrutura onde todas as suas esferas partidárias eram, teoricamente, subordinadas às definições programáticas da Direção Nacional do Partido. No entanto, isso não se traduzia de fato perante os milhares de núcleos partidários espalhados pelo país, principalmente devido à expansão vivenciada pelo Partido no final do Estado Novo (SANTANA, 2001). Esta expansão resultou na expressiva votação de 14 deputados federais e um senador no pleito de 1945 (PANDOLFI, 1995), e três deputados estaduais no Rio Grande do Sul, eleitos em 1947, (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, a): Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto, o escritor Dyonélio Machado e Otto Alcides Ohlweiler.

---

21 Há, sobretudo, também a questão do documento representar essencialmente a fala de um indivíduo, portanto é problemático tomar a sua palavra enquanto representante de todo corpo partidário rio-grandino. Contudo, argumento que Manoel Rechia era uma figura muito influente no círculo comunista rio-grandino, e que suas falas serão ponderadas com outras questões apontadas por San Segundo referentes ao impacto do Massacre da Linha do Parque.

A relevância eleitoral fez com que diversos novos membros do Partido fossem menos ligados às antigas bases comunistas do passado, e até mesmo não fossem declaradamente comunistas, como no caso do candidato à presidência pelo Partido em 1945, Yedo Fiuza (PANDOLFI, 1995). O crescimento do Partido ocorreu, sobretudo entre os trabalhadores urbanos, o que tornou o Partido a “maior organização comunista da América Latina” (PANDOLFI, 1995, p. 144), inclusive vencendo na corrida eleitoral para presidente em cidades industrializadas, como Santos (FRENCH, 1995). O que se observa é que esse crescimento começou a desafiar a cúpula do Partido, em especial, seus princípios do “centralismo democrático”<sup>22</sup>. Luís Carlos Prestes (secretário-geral do Partido) mencionou em 1945 sobre uma falta de “uniformidade e homogeneidade” do Partido. Segundo o líder comunista, a variação entre os membros era grande o suficiente para que, em cada estado, Prestes tivesse “a impressão de encontrar Partidos diferentes” (PANDOLFI, 1995, p. 148). Como fica indicado por Marco Aurélio Santana, “o PCB sofria na busca do convencimento e controle de sua própria militância” (2001, p. 58). De certo modo, quando em 1947 o partido é colocado na ilegalidade há uma clara intenção da Direção Nacional do Partido a partir de 1948 em centralizar as bases partidárias, com isso o Partido focaria em “um partido de quadros” (PANDOLFI, 1995, p. 172).

Ao levar em conta todos esses fatores, observaremos que, através dessas diferenças entre um projeto local dos comunistas e um projeto nacional, a construção da narrativa em torno do Massacre da Linha do Parque vai se definir ao longo dos primeiros anos após o fato através das diferenças entre o que era entendido entre os membros do PCB rio-grandino, e as definições gerais pautadas pelo PCB nacionalmente.

No entanto, é importante destacar que, como foi apontado por San Segundo, o jornal ligado aos comunistas rio-grandinos, o *Voz do Povo*, “publicava vários textos na íntegra do *Voz Operária*” (2009, p. 59), portanto, aparentemente não se tratava de uma célula que agisse completamente fora da linha partidária. O próprio autor, San Segundo, argumenta que seria um núcleo que seguia a linha partidária fielmente. Como argumentei, discordo parcialmente de tal prerrogativa, pois justamente observo os militantes do PCB na cidade de Rio Grande emparelhando-se ao movimento operário através da utilização de meios existentes antes da fundação do Partido. Logo, os comunistas rio-grandinos vão contra a linha partidária

---

<sup>22</sup> Segundo as concepções gramscianas o centralismo é “a norma fundamental que regula a vida dos partidos comunistas, vale dizer a impossibilidade de surgimento no próprio seio do partido de frações organizadas e a necessidade da mais severa disciplina” (LIGUORI, 2017, p. 256).

estabelecida a partir de 1948, a qual priorizava a participação dos comunistas em “entidades paralelas (...) [sob] um regime exagerado de clandestinidade” (SANTANA, 2001). Conforme pode ser visto no *Jornal do Dia* de 8 de abril de 1949, o fato do vereador Antônio Rechia ser comunista era algo de amplo conhecimento, muito evidenciado por sua prisão durante a greve de 1949 (JORNAL DO DIA, 8 abr. 1949, p. 1).

A respeito dessas diferenças entre o local e o nacional, sobre o Massacre da Linha Parque observo essencialmente dois pontos de disputa entre essas construções de memória:

- a) A noção de uma “vingança justa” em relação às ações dos militantes durante o Massacre que aparece no discurso rio-grandino, porém não no discurso nacional. Neste sentido, o *Voz Operária* faz uma exclusão de certas informações a respeito do acontecimento, que o poema de Rechia apresenta;
- b) A centralidade a narrativa se dá por meio de diferentes atores.

Primeiramente, há uma noção de imediatismo de memória em relação ao Massacre da Linha do Parque, expresso tanto na rememoração nacional, como no local. Na linha nacional, logo nas primeiras reportagens do *Voz Operária* sob o fato, escritas no ano de 1950, este já é posto como relevante, não somente enquanto a “notícia bombástica” da semana, e sim já dotado de importância na própria história do Partido Comunista. Recai, portanto, sobre o massacre, uma ideia já estabelecida de uma *metamemória* (CATROGA, 2015), onde se estabelece uma rememoração já consciente enquanto ao seu uso pelo grupo social em questão, no caso o Partido.

Um desses primeiros exemplos que observo desse processo vem a partir da publicação de um quadro na edição de 20 de maio de 1950 do *Voz Operária* com os dizeres “Grave o nome destes heróis que tomaram lutando”:

**Figura 3:** Grave o nome destes heróis que tomaram lutando

**GRAVE O NOME  
DESTES HEROIS  
QUE TOMBARAM  
LUTANDO**

Joaquim Coelho  
Altaír Figueira  
Antonio Francisco Lira  
Antonio Firmino de Lima  
Nelson Rodrigues de Vas-  
concelos  
Anisio Dário  
William Dias Gomes  
Ornelio Pereira  
José dos Santos (Lamba-  
ri)  
Cirilo Marques  
Serafim Santos  
Jaime Calado  
Vicente Malvoni  
Pedro Godoy  
Afonso Marma  
Miguel Rossi  
Deoclecio Santana  
Zélia Magalhães  
José Magalhães França  
Francisco Bernardes dos  
Santos  
Osvaldino Correia  
Euclides Pinto  
Angelina Gonçalves  
Honório Couto  
José Bahiano  
Adolfo Lopes Sanches  
Bernardino Alves de Oli-  
veira.

nista Clemente Mariani —  
os trabalhadores Cirilo  
Marques e Serafim Santos.  
Lutavam eles por aumento  
de salários e pela liberta-  
ção de companheiros seus  
que tinham sido presos

os latifundiários e impe-  
rialistas lanques contra o  
Brasil, contra o povo bra-  
sileiro, contra a classe ope-  
rária. Têm as mãos tин-  
tas do sangue dos patrio-  
tas.

rios, paz entre os povos, ter-  
ra onde possam trabalhar  
livremente?  
Que disse, neste mo-  
mento, o “trabalhista”  
Vargas sobre um crime ne-  
fando que ocorreu em seu

## Eles Morreram Para Que Viva Nosso Povo

FOI EM LUTAS patrióticas — por au-  
mento de salários, contra a guerra impe-  
rialista, contra as leis de arêcho, pela  
posse da terra — que morreram êsses  
bravos.

**Godoy, Marma, Rossi**, como o campo-  
nês **Francisco Bernardo**, lutavam contra  
o monopólio da terra pelos grandes lati-  
fundários. Lutavam, portanto, pela liqui-  
dação da miséria que reduz á servidão 20  
milhões de brasileiros que moram no  
campo.

**Zélia Magalhães**, com um filho na  
enxanhas, tombou assassinada pela poli-  
cia de Dutra, em plena Capital da Repu-  
blica, quando participava de um comício  
contra a Lei de Segurança. Era a luta pela  
liberdade, na qual se empenham os me-  
lhores combatentes da democracia.

**William Dias Gomes, Lambari e Or-  
nelio Pereira** foram abatidos pela policia  
de Milton Campos, em Minas, porque lu-  
tavam e dirigiam vitoriosamente uma grê-  
ve por aumento de salários que exigiam  
da companhia inglesa que explora Morro  
Vélho.

Na luta em defesa da Paz tomboū  
sem vida um jovem combatente operário  
paulista: **Vicente Malvoni**, assassinado  
pela policia do gangster Ademar de Bar-  
ros em 22 de julho do ano passado.

**Deoclecio Santana**, portuário de San-  
tos, foi assassinado durante um comício  
em defesa do petróleo ao enfrentar assim  
a ofensiva dos trustes norte-americanos  
contra o Brasil.

E, por ultimo, durante uma demons-  
tração de unidade e de solidariedade pro-  
letaria caíram varados pelas balas do as-  
sassinato Valtér Jobim 4 dos participantes de  
uma passeata de 1.º de Maio em Rio Gran-  
de: **Angelina Gonçalves Euclides Pinto,**  
**Honório Couto e Osvaldino Correia.**

Diante destas demonstrações máxi-  
mas de heroísmo — combatentes da clas-  
se operária e do povo oferecendo a pró-  
pria vida para que nos libertemos da  
opressão e da miséria — não podem ter  
duvidas os senhores das classes dominan-  
tes: os patriotas que lutam pela vitória de  
un. govêrno democrático e popular em  
nosso Pátria reforçarão suas lutas

## Por Paz. Pão. Terra e Lil

Fonte: VOZ OPERÁRIA, 1950 p. 5.

No quadro vemos já a adição das quatro vítimas fatais: Osvaldino Correia (*sic*), Euclides Pinto, Angelina Gonçalves e Honório Couto. Quando se contextualiza tal prática com a situação partidária no momento, observo que está relacionada, em parte, na diretriz partidária estabelecida a partir de 1948, visto que o texto que está relacionado com o quadro sugere que nele haja vítimas das forças de repressão estatal do governo de Eurico Gaspar Dutra.

Dois anos depois, na edição de 12 de julho de 1952 do jornal, Angelina e Euclides são citados em uma matéria referente às chacinas de trabalhadores no Rio Grande do Sul:

**Figura 4:** Nomes que jamais se apagarão da memória de nosso povo



# NOMES QUE JAMAIS SE APAGARÃO Da Memória de Nosso Povo

As chacinas realizadas pela polícia contra os trabalhadores de Rio Grande, a 1.º de Maio de 1950, e contra um numeroso grupo de patriotas, em Livramento, em 24 de setembro de 1951, comoveram todo o país. Os nomes

dos heróis e mártires que nelas tombaram ficarão eternamente gravados na memória do proletariado e do povo, como exemplos gloriosos do patriotismo e da combatividade da classe operária brasileira

## OS MÁRTIRES GLORIOSOS DE LIVRAMENTO



**ARDIÁS ROCHA** — Era camponês. Já em 1917, como trabalhador do Frigorífico Armour, tomou parte na célebre greve de solidariedade à grande Revolução Socialista de Outubro, que teve lugar em Livramento. Ingressou no Partido Comunista em 1934 e de suas fileiras jamais se afastou. Assassinado pelos facinorosos da polícia, acumpliciados com os gringos de «Armour» e os latifundiários Flores da Cunha, luta brava-



mente e obteve contra dois be-  
leguins, dando a todos um vi-  
roso exemplo de amor à causa  
do proletariado e do povo.  
**ALADIN ROSALES** — Líder  
dos trabalhadores em frigorifi-  
cos, ingressou no P.C.B. em  
1945. Dirigente das lutas operá-  
rias em Livramento, foi o orga-  
nizador e chefe da grande greve  
de abril de 1949, no Frigorí-  
fico Anglo. Seu prestígio entre os  
operários era tão amplo que du-  
rante a greve, os trabalhadores

se recusaram a voltar ao ser-  
vício, com suas reivindicações  
aceitas, se os gringos despedis-  
sem Aladin. Quando foi assas-  
sinado em Livramento, era can-  
didato à deputação federal pela  
Frente Democrática de Liberta-  
ção Nacional.

**ARISTIDES CORREIA LEMTE**  
— Foi agricultor e operário do  
Armour. Ingressou no Partido  
em 1946. Quando foi assassina-  
do era o representante dos jor-  
nais do povo em Livramento,  
entre eles, VOZ OPERÁRIA. Foi  
fuzilado pelas costas quando fa-  
zia propaganda dos candidatos  
da Frente Democrática de Liberta-  
ção Nacional. Os policiais  
que o assassinaram tão covar-  
damente foram, certa vez, cor-  
ridos por ele de sua livraria,  
quando ali pretendiam realizar  
um assalto. Não tiveram, então,  
coragem de atacá-lo frente à  
frente.

**ARY KULMANN** — Partici-  
pou em 1935 do movimento da  
A.N.L. em Livramento. Em 1937  
estava à frente das forças de-  
mocráticas, no município, diri-



gindo toda a sua ação contra o  
terror do Estado Novo getulista.  
Era militante comunista  
desde 1934. Sofreu inúmeras  
prisões, em todas elas compor-  
tando-se com bravura e sim-  
patia. Foi em Livramento um de-  
dicado dos jornais populares.  
Como seus companheiros, saiu  
lutando contra os sicários a  
serviço dos imperialistas e latifun-  
diários que realizaram a  
monstruosa chacina de 24 de setem-  
bro.

## OS HERÓIS E MÁRTIRES DE RIO GRANDE



**EUCLIDES PINTO** — líder  
operário de há muito estimada  
pelos trabalhadores de Rio Gran-  
de. Participou de todas as lu-  
tas populares que se realiza-  
ram, nos últimos tempos, na

heróica cidade portuária. Conhe-  
ceu várias vezes os cárceres da  
repressão, tanto no Rio Grande do  
Sul, como em São Paulo. A 1.º  
de Maio, liderava a grande pas-  
sada da classe operária, quan-  
do foi assassinado. Foram suas  
últimas palavras: «Não chorem  
por mim, morro contente porque  
morro na data do trabalhador.  
Avante companheiros, em defesa  
da paz e das liberdades!»

**ANGELINA GONÇALVES** —  
operária tecelã, foi um exem-  
plo de mulher operária. Ativa  
participante das lutas dos tra-  
balhadores tecelões, Angelina  
ingressou no P.C.B. logo após  
seu surgimento à vida legal,  
em 1945. Daí por diante sua  
atividade como líder operária  
aumentou consideravelmente,  
participando de todas as lutas  
dos trabalhadores de Rio Gran-  
de. Angelina levava a bandeira

brasileira na passada de 1.º de  
Maio, quando foi atacada pela  
polícia. Suas últimas palavras  
foram de incentivo: «Não tenham  
companheiros!»

**HONÓRIO COUTO** — Jovem  
operário, natural da cidade de  
Uruguaiana. Portuário, pro-  
cupado com a situação da clas-  
se operária. Honório encontrou  
no P.C.B. quando este veio à  
legalidade, a solução para os  
problemas dos trabalhadores.  
Tornou-se um ativo e exemplar  
militante comunista. Quando as  
armas dos assassinos foram  
dirigidas contra os manifesta-  
tes de 1.º de Maio, Honório,  
mesmo desarmado, enfrentou os  
bandidos. Tomou a arma de um  
beleguim e tombou lutando.

**OSVALDINO CORREIA** —  
Ferroviário, ativo partidário da  
paz, participou de diversas lutas  
reivindicativas da classe operá-



ria. Merecia a confiança de seus  
companheiros de classe, era es-  
timado e respeitado. Acompan-  
hava a passada de 1.º de Maio,  
quando foi atingido pelas balas  
assassinas da repressão.

Fonte: VOZ OPERÁRIA, 12 jul. 1952 p. 5.

Destaca-se aqui o uso da palavra “memória” pelos comunistas, o que já confirma uma noção, a meu ver, mais uma vez consciente na qual o Massacre da Linha do Parque aparece demarcado enquanto parte importante de uma identidade partidária. Mais especificamente, relacionando-o com esse período de radicalismo do PCB, durante seu período na ilegalidade. Afinal, grande parte das reportagens desse período tem um discurso direcionado para o

exemplo pelo qual o Massacre indicaria como forma e razão de luta dos comunistas<sup>23</sup>, como apontado no artigo “Honremos os heróis”, assinado por Pedro Pomar, publicado no *Voz Operária* em 13 de maio de 1950:

Isso [o Massacre] prova que o povo brasileiro só tem dois caminhos: ou o da submissão à política de exploração, opressão e assassinio, conduzida por Dutra a serviço dos imperialistas ianques ou o das lutas abertas, corajosas e unidas pela libertação nacional, pela democracia e pela paz. Dignificando a memória e a causa pela qual os heróis do Rio Grande não regatearam seu sangue generoso devemos tirar lições destes crimes da ditadura e erguer o movimento de protesto e de solidariedade à altura das exigências e necessidade da revolução brasileira. (VOZ OPERÁRIA, 1950, p. 1)

Essa prerrogativa também é percebida na memória local de forma similar, porém com algumas alterações. Primeiramente, o poema de Manoel Rechia<sup>24</sup> entra em concordância com a relevância do fato, observado enquanto um acontecimento-chave na história do movimento operário da cidade.

Dia primeiro de maio  
Sempre será lembrado  
A morte daqueles mártires  
Um dia será vingado (RECHIA, ANEXO A)

Rechia, também em consonância com o Partido, vê o ato como uma radicalidade necessária a ser tomada, para que a morte dos seus companheiros seja vingada. Ademais, Rechia vai além do Partido na questão da radicalidade<sup>25</sup>, pois enquanto as notícias do *Voz Operária* destacam a brutalidade das ações dos policiais, sem mencionar a respeito da morte do soldado Francisco Reis pelos manifestantes, ou dando vagas impressões desse fato<sup>26</sup>, o poema de Rechia menciona a respeito de sua morte. Inclusive, em Rechia, a reação dos manifestantes tem um destaque, especialmente, pois os nomes dos policiais citados eram possivelmente conhecidos pelos militantes. Entre eles o delegado Ewaldo Miranda, visto como mentor dos ataques aos manifestantes:

---

23 Segundo San Segundo, o Massacre da Linha do Parque pode “ter influenciado a linha política do PCB, de enfrentamento armado contra o governo através da formação de comitês populares” (2009, p. 136), ratificada pelo *Manifesto de Agosto* em 1950.

24 Devido à maneira em que o documento foi encontrado, não há uma data exata de sua escrita que podemos perceber. Entretanto, há pelo menos uma expressão, “lutou como um leão”, que aparece tanto no relato de Manoel Rechia, quanto no artigo “‘Paz Social’”, publicado na edição do dia 3 de junho de 1950 do *Voz Operária* e assinado pelo escritor Astrojildo Pereira (p. 12).

25 Destaca-se a necessária relação que deve ser feita do discurso de Rechia com o seu contexto. Como foi observado no capítulo anterior, os assassinatos do Massacre da Linha do Parque não são um fato isolado na perseguição aos comunistas rio-grandinos, tratam-se de uma perseguição sistêmica resultante, a meu ver, do aumento do sentimento anticomunista expresso pelo PSD no estado do Rio Grande do Sul.

26 Na edição do dia 20 de maio de 1950, a reportagem “o Massacre foi covardemente premeditado” destaca que “a classe operária reagiu à altura enfrentando os pelotões nazistas da polícia” (VOZ OPERÁRIA, 20 maio 1950, p. 10).



Diz logo Ewaldo Miranda  
 Num tom que o peito estala  
 Vamos acabar com isso!  
 Senão acabo a bala!  
 (...)

A pulicia (sic) de bandidos  
 Que só esperava o momento  
 Serrou logo o tiroteio  
 Saciando seus intentos  
 (...)

Entre os puliciaes (sic) destacava-se  
 O tenente Gonsalino  
 Que sorrindo atirava  
 Deliciando-se no crime

Um dos manifestante (sic)  
 Lutador destemido  
 Atirou em Gonsalino  
 Prostando ao solo ferido  
 (...)

Avançou o soldado Reis  
 Com sua arma omicida (sic)  
 Mas recebendo uma bala  
 Tombou ao solo sem vida

Avança outro soldado  
 Com sua arma em ação  
 Um balaço sobre a testa  
 Lhe fez perder a visão (RECHIA, ANEXO A)

Aqui no trecho, a reação é justificada perante a violência policial e, parcialmente, reverenciada na qualidade de uma ação justa e correta, fato esse também relacionado com a linha partidária em voga. O trecho também demonstra a tentativa de se compor uma imagem sobre o Massacre, reforçada pela escolha da escrita em versos poéticos, que cria sobre a narrativa uma ideia de personagens associados como antagonistas. A narrativa do *Voz Operária* também cria categorias entre as personagens da narrativa, mas expandindo o contexto para a nível federal, portanto observando-o como relacionado ao período do governo de Dutra em si.

Foi observado até aqui uma série de semelhanças das narrativas, ao passo que, estas correspondem a objetivos em comum, que são: a justificação da linha radical do PCB e a denúncia da repressão da “Gestapo de Dutra” (VOZ OPERÁRIA, 18 mar. 1950, p. 1). A partir disso, noto que, apesar de similares, foram até aqui selecionados diferentes pontos do Massacre na composição das narrativas, em especial o último aqui analisado. Nada mais habitual, pois, ao observar a questão através de Catroga, que a construção de uma memória sempre é um processo seletivo, numa relação “incessante dialética que existe entre a recordação e o esquecimento” (CATROGA, 2015, p. 17). Assim sendo, podemos afirmar que

as diferenças nas construções de memória justificam-se através do contexto na qual esses grupos atuavam.

No caso da exclusão de parte da reação dos trabalhadores, Rechia não poderia deixar de mencionar a respeito. Afinal, encontrava-se num contexto em que a morte do soldado foi amplamente divulgada pela imprensa (SAN SEGUNDO, 2009). Mas logo subverte o sentido dado pela imprensa ao buscar positivar a ação. O *Voz Operária*, em contraponto, esconde a informação, pois busca através do Massacre argumentar em prol da linha partidária da reação radical frente aos ataques policiais, portanto evitando que haja alguma vitimização na figura do policial, ou um equilíbrio das ações dos dois grupos.

As diferenças das narrativas também se exercem no uso das personagens na composição narrativa. O *Voz Operária* entende que a importância do fato se estende às personagens individuais do Massacre, no caso os militantes cuja ligação com o PCB é mais aparente. Num período inicial (1950-1952), o jornal agrupa as vítimas sob o nome de “Mártires de Rio Grande” (VOZ OPERÁRIA, 12 jul. 1952 p. 5), contudo observo que, ao longo dos anos, é preferido individualizar as vítimas do Massacre. O jornal então produz matérias e menções a respeito de Angelina Gonçalves, Antonio Rechia e Euclides Pinto, excluindo Honório Couto, provavelmente devido a dúvida informação se seria ou não membro do PCB.

Antonio Rechia e Euclides Pinto são colocados como referência da qualidade de um militante ideal, que se sacrifica pela causa do Partido. A respeito de Antonio Rechia é feita uma longa reportagem na edição do dia 4 de maio de 1957, intitulada “A Vida Heroica de um Militante Revolucionário”:

Na cidade de Rio Grande, do R. G. do Sul, lugar de gloriosas lutas da classe operária gaúcha, (...), vive e trabalha sentado em sua cadeira de rodas, um homem que o 1º de maio de 1950 era atingido por uma bala da polícia, quando desfilava em homenagem à data internacional dos trabalhadores.

Seu nome é Antônio Recchia (sic).

O exemplo da atuação de Recchia (sic), como militante revolucionário, fiel defensor dos direitos da classe operária, enche de justo orgulho a todos aqueles que lutam hoje por melhores condições de vida para o nosso povo e por um futuro feliz para nossa Pátria. (VOZ OPERÁRIA, 1957, p. 15).

Em relação à Angelina, a sua imagem é principalmente utilizada na qualidade de um exemplo de mulher operária. Observa-se o seu uso como uma ferramenta de autocritica por parte do Partido em relação da sua atuação com as mulheres. No informe "Despertar para a luta e organizar as grandes massas femininas" do Comitê Central do PCB, escrito por Luiz Carlos Prestes e apresentado na Conferência Nacional sobre o trabalho do Partido entre as

mulheres, publicado em 9 de junho de 1956 no *Voz Operária*, o nome de Angelina aparece mencionado no item II, “Corrigir nossas falhas e debilidades no trabalho do Partido entre as mulheres”, onde se lê:

Pelo que conhecemos dos trabalhos preparatórios da Conferência Nacional sobre o trabalho do Partido entre as mulheres, podemos proclamar com satisfação que conseguimos chamar a atenção (...) para o atraso e insuficiência de nossa atividade entre a parcela feminina da população de nosso país.

Nas fileiras de nosso Partido ninguém mais é hoje capaz de negar a importância da contribuição da mulher nas lutas de nosso povo pelas liberdades e pelo progresso social. (...)

Todo o Partido reverencia com justo orgulho os nomes de Zélia Magalhães e de Angelina Gonçalves, embora muito ainda precisemos fazer para tornar conhecido das mais amplas massas femininas de nosso povo o profundo sentido patriótico humano de seu sacrifício. (VOZ OPERÁRIA, 9 jun. 1956, p. 5)

Essa relação muito partidária no *Voz Operária* contrasta com o pouco espaço dado para a SUO (apenas brevemente mencionada nas primeiras reportagens sobre o Massacre). Entendo tal exclusão provavelmente pelo fato que a associação não era reconhecida enquanto uma organização comunista. Então, visto que o *Voz Operária* era principalmente lido e escrito por militantes mais ligados à célula central do Partido, não há uma relação de afetividade frente a entidade, como observado na narrativa produzida em Rio Grande. Pois, na narrativa de Manoel Rechia, a SUO é presente enquanto uma personagem tão viva quanto os manifestantes da marcha

Pelas ruas da cidade  
Foi a massa proletária  
Saudar o cinquentenário  
Da velha União Operária (RECHIA, ANEXO A)

O uso da expressão “da velha” denota uma intimidade muito particular com a sociedade. E também exemplifica o motivo da passeata, afinal, o Primeiro de Maio para os trabalhadores rio-grandinos era também a comemoração do aniversário da SUO, sendo o Primeiro de Maio de 1950 a primeira comemoração da data em que sede estaria fechada, devido à intervenção estatal ocorrida na entidade em 29 de maio de 1949 (SAN SEGUNDO, 2009). Portanto, era algo muito significativo para os operários rio-grandinos, afinal era uma organização existente desde antes do nascimento de boa parte dos presentes.

Por outro lado, no poema não há nenhuma menção ao PCB em si. O que mais se aproxima é o uso da expressão comunista “pão, terra e liberdade” (RECHIA, ANEXO A). E a

única referência histórica na qual Manoel Rechia cria uma relação com o Massacre da Linha do Parque é com o Massacre de Haymarket<sup>27</sup>, nos versos finais:

A reação capitalista  
Há mais de um século passado  
No presente repetiu  
A mesma sena (sic) de Chicago(...)

Aqui tens leitor amigo  
O chama em resumo istoriado (sic)  
Da façanha pulicial (sic)  
Contra o proletariado

Dia primeiro de Maio  
Sempre será lembrado  
O Nome dos assassinos (sic)  
Ficaram na istoria (sic) gravados (RECHIA, ANEXO A)

É interessante que a referência utilizada seja de um movimento normalmente associado ao anarquismo, o que coloca ainda mais a narrativa alinhada a ideia de sindicalismo, afastando-se do Partido, e se aproximando da SUO. E ainda, coloca em perspectiva o impacto, sentido e a narrativa que era construída a respeito do Massacre. Ao comparar a Linha do Parque com Haymarket, Rechia incorpora o que foi definido por Nora (1993) como “lugar consagrado”, relacionado ao Massacre. Ou seja, uma forma de consagrar o seu lugar (o Massacre). Cria ainda uma intenção de eternidade ao Massacre da Linha Parque, já inserindo seus fatos em uma ideia de História. Por conseguinte, a partir de Nora, o sentido na qualidade de memória é então reduzido ao se apoiar na História como necessidade para sua construção enquanto lugar de memória.

### **3.2 A CONSTRUÇÃO DO MASSACRE DA LINHA DO PARQUE NAS OBRAS DE LILA RIPOLL E DALCÍDIO JURANDIR**

Em relação ao caso do Massacre da Linha do Parque, observamos que o fato gerou pelo menos duas publicações artísticas a respeito, na qual são decisivas para a construção da narrativa sob o fato. Especialmente, são as duas obras: o poema *Primeiro de Maio* de Lila Ripoll, publicado em 1954 pela Revista *Horizonte*; e o romance *Linha do Parque* de Dalcídio Jurandir, publicado em 1959. Ambos, a meu ver, balizam toda uma imagem a ser apropriada do Massacre e, no caso do segundo, do movimento operário rio-grandino como um todo.

---

27 O Massacre de Haymarket foi a prisão e subsequente condenação a morte de 8 lideranças anarquistas da cidade de Chicago, resultado dos "violentos protestos na Haymarket Square em 4 de Maio de 1886. Os protestos começaram como uma reação à brutalidade policial durante a greve pelas oitos horas diárias de trabalho em McCormick Harvesting Machine Company no dia anterior" (ANARCHY ARCHIVES, tradução nossa).

Essas publicações têm como semelhança a aproximação de seus autores com o PCB. Tanto Lila Ripoll, quanto Dalcídio Jurandir são filiados ao Partido e dedicadamente ideológicos a questão comunista, pelo menos no que revelam em suas obras.

Em se tratando do caso da escritora rio-grandense Lila Ripoll, o momento onde a obra *Primeiro de Maio* se encontra na carreira da escritora é de um período no qual ela dedicava-se a uma poesia focada na realidade, trabalhando com os diferentes aspectos da luta cotidiana das classes populares. Na análise de Luciana Balbuena, a linguagem poética nas publicações de Ripoll entre o período de 1938 e 1956 “respira realidade” (2005, p. 167), e tem uma forte influência do poeta chileno Pablo Neruda, assim como sua própria luta dentro do movimento comunista<sup>28</sup>. Portanto, ao produzir sua arte no contexto político da metade da década de 50, a escritora incorpora uma série de termos referente ao ideário marxista, como nos versos abaixo, nos quais à alusão a expressões do Manifesto Comunista, de Karl Marx.

Foi num primeiro de maio,  
De pensamento profundo:  
“Uni-vos, ó proletários,  
Ó povos de todo mundo” (RIPOLL, 1998, p. 113)

Outro fator de destaque na poesia de Lila Ripoll é a sua construção da imagem da tecelã Angelina Gonçalves. A autora dedica uma das quatro partes de seu poema sobre a morte de Angelina. Nesse trecho, a autora estrutura toda uma imagem a respeito da mitologia por detrás de Angelina. Tal imagem seria a de Angelina, na frente da manifestação (o que também é dito por Manoel Rechia), carregando uma bandeira nacional, que por sua vez teria sido roubada pelos policiais e posteriormente recuperada por Angelina. Consequentemente, ao se aproximar do policial, ela teria sido alvejada:

Alguém arrebatou  
das mãos de Angelina  
a verde Bandeira  
que ondula no ar. (...)

“A nossa Bandeira  
nas mãos da polícia?”  
E à luta regressa,  
com febre no olhar. (...)

E às mãos vitoriosas,  
num breve momento

---

28 A escritora tinha posição de destaque na Frente Intelectual do Partido Comunista no Rio Grande do Sul, e nesse período “organizou manifestações pela paz [manifestações contra a Guerra na Coreia], candidatou-se deputada [pelo PCB], e viajou até a União Soviética” (BALBUENA, 2005, p. 168). E no momento da escrita, a autora residia na cidade de Porto Alegre.

retorna a Bandeira  
batida de vento. (...)

Vacila a Bandeira,  
vacila Angelina,  
e a flor de seu corpo  
na rua tombou. (RIPOLL, 1998, p. 121-122)

A peça torna mais importante, então, a personagem de Angelina em relação aos demais companheiros mortos, que não possuem um trecho específico para eles. A construção deste personagem se vale da noção do sacrifício, no qual o indivíduo renuncia a suas questões individuais pelo coletivo, por uma “devoção à causa” (BAUER, 2015, p. 86). A autora, portanto, projeta sobre Angelina uma quebra de temporalidade tipicamente associada à memória, transformando-a de maneira instantânea num símbolo de luta. Angelina mergulha, assim, o campo dos monumentos da memória, uma “mulher-monumento”<sup>29</sup>.

Em relação a Dalcídio Jurandir, destaco, primeiramente, que o escritor nasceu no Pará no ano de 1909, tendo dedicado grande parte da sua obra sobre as injustiças sociais presentes na região Norte do país. *Linha do Parque* é o único romance no qual o autor foge dessa temática (PERES, 2006). Jurandir sempre teve relações durante sua vida intelectual e política com o PCB, tendo atuado como jornalista e viajado no ano de 1962 para a União Soviética, onde a obra foi também publicada (PERES, 2006).

A respeito do romance, é uma obra bastante extensa, com quase 600 páginas, e narra, na terceira pessoa, a história do sindicalismo rio-grandino de seus primórdios (fundação da SUO) até o ano de 1952. Portanto, abarca uma longa temporalidade, fazendo uso da SUO como ponto de conexão entre os diferentes sindicalistas. Para tal, Carlos Roberto Peres propõe que o romance divide-se em duas categorias de personagens, "a primeira geração de operários (1895-1930), (...) [que] somente se tornam fortes como classe consciente e organizada no decorrer (...) do desenvolvimento urbano" e, posteriormente, uma "segunda geração (1930-1952), composta pelos filhos e netos dos primeiros personagens e de outros trabalhadores (...), essa geração terá uma preocupação maior com a organização dos trabalhadores" (2006, p. 84). De maneira geral, o romance mistura fatos e locais reais com questões ficcionais, idealizando as personagens operárias, especificamente aquelas do Massacre. Contudo, a obra não foge de uma margem realista das possibilidades do contexto da cidade.

---

29 Utilizo esse conceito a partir da ideia apresentada por Leticia Bauer do “Homem-monumento”, que se definiria em pessoas que, através de suas ações de monumentalizar algo (no caso de Angelina o seu sacrifício pela marcha), “acabam (...) [elas], monumentalizad[as]” (BAUER, 2015, p. 105).

Sobre o Massacre, ele encontra-se presente na sexta parte do romance, juntamente com a greve de 1949. Destaco que, durante o período de escrita do romance e do Massacre da Linha do Parque, Jurandir residia na cidade de Rio Grande, e estava a cargo do jornal *Imprensa Popular* (PERES, 2006). Inclusive Jurandir assina uma reportagem para o *Voz Operária* sobre o Massacre da Linha do Parque na edição do dia 20 de maio de 1950. No artigo, Jurandir foca na questão da brutalidade policial em contraste à proposta de paz ditada pelos manifestantes durante a marcha:

(...) saíram em passeata em direção de uma sede proletária. Não levavam armas. Falavam em paz. (...) As bandeiras e os cartazes, as faixas e os corações clamavam pela paz.(...)

De repente, as primeiras balas. Os bandidos [policiais] atacavam de surpresa. (VOZ OPERÁRIA, 20 maio 1950, p. 3)

A mensagem que perpassa o artigo jornalístico assemelha-se com aquilo que vamos observar de Jurandir para o Massacre. No romance, Jurandir dedica-se um espaço substancialmente maior para descrever o clima da comemoração do que a marcha em si, apresentando esse ambiente na qualidade de um local familiar, alegre e pacífico: “Era Jerônimo que havia corrido para as moças, bradando, de novo! ao baile! Quem é que, dansa (sic) fandango? Vamos voltar ao fandango?” (JURANDIR, 1958, p. 518). O autor, assim como Ripoll, narra que a passeata teria acontecido por uma espontaneidade, mostrando uma confusão sobre os esforços que seriam tomados pela marcha: “- Cumprimentar a União! Ela faz anos hoje, irmãos. Cumprimentar? Ao menos! Abrir? Quem sabe? A fôrça da passeata decidirá” (JURANDIR, 1958, p. 525).

O que vemos na narrativa é que a principal razão da marcha seria o amor dos presentes pela SUO, especialmente pelo fato que os operários estavam impedidos de comemorar o aniversário da entidade. A prova da afetividade dos presentes é vista nas expressões utilizadas para descrever a SUO, entre elas: “uma pessoa amada” (JURANDIR, 1958, p. 520) e “velha avó” (JURANDIR, 1958, p. 524). Essas expressões revelam uma noção quase familiar-geracional que é colocada. A homenagem a SUO no Primeiro de Maio seria entre os operários, logo, uma necessidade, um tributo à história do operariado rio-grandino.

A respeito da construção das personagens, há o destaque dado pelo autor à personagem Maria. Essa personagem é uma clara representação de Angelina Gonçalves. Jurandir, inclusive, dá uma alcunha para Maria, chamando-a de “Deusa da greve” (JURANDIR, 1958, p. 480). A personagem não é necessariamente uma das mais presentes na

narrativa de maneira geral, porém é destacada a forma que Jurandir idealiza a sua imagem, especialmente no momento de sua morte:

Na correria e confusão, os ais, “cadê as armas? As armas?”, as mulheres no chão, Maria gritava: “Paz! Paz! com a bandeira em punho, os brigadianos a empurrar os trabalhadores de costas para o muro do campo do futebol e do cemitério. Maria: Paz! gritava. E entre seus gritos um “Jerônimo!” e este dos olhos dela sumia-se recuando no corpo-corpo, bala cruzando. Envolta na bandeira que empunhava, Maria caiu de costas, o sangue alto. (...)”

E nesse tempo tão breve e com a noite tão repente caindo, Ângela deixou-a no chão coberta pela bandeira (...). (JURANDIR, 1958, p. 528-529)

A imagem criada pelo escritor da morte de Maria (Angelina) é percebida enquanto magnitude, em sua imagética dos gritos de paz e simbologia da bandeira nacional, de forma similar à perspectiva de Lila Ripoll. Angelina, aqui também se monumentaliza.

Portanto, tanto o romance de Dalcídio Jurandir, como a poesia de Lila Ripoll podem ser vistas quanto tentativas de se “desinvisibilizar” acontecimentos históricos (em especial na obra de Jurandir), os quais não eram abordados na história institucional do PCB consagrando o Massacre através da construção de todo um cenário local. Nesse contexto, as obras literárias se fizeram necessárias como locais em que essas memórias de luta se encontravam e tinham a possibilidade de aparecer.

Concluo esse capítulo sob o ponto de vista que a partir dele podemos retirar, assim como confirmar, alguns aspectos. O primeiro deles é que se confirma aqui a diferença entre o pensamento da Direção Nacional e dos membros rio-grandinos do Partido. Essa mudança tanto de ação política, quanto no “tratamento” da história, a meu ver, fica clara a partir principalmente da existência da SUO enquanto entidade de atuação dos comunistas, e como essa atuação implicou diferentes estratégias, que resultam, conseqüentemente, em diferentes visões. Esse aspecto, além de presente no que foi definido como a linha de memória local, é observável quando comparamos as duas narrativas artísticas apresentadas. Jurandir é mais contundente na presença da SUO em sua narrativa, Ripoll pensa mais uma ideia geral de proletariado. Suponho que tal escolha de Jurandir tenha origem do fato dele ter residido na cidade de Rio Grande e convivido com aqueles operários.

O segundo aspecto é que em todas essas narrativas construídas sobre o Massacre da Linha do Parque, há já uma clara intenção de observá-lo para além da sua própria história. Essencialmente já se coloca em questão o fato na qualidade de uma ruptura, em que os grupos



que existiam antes e posterior ao Massacre são radicalmente distintos. As narrativas colocam, portanto uma “memória obrigada” (RICOEUR, 2007, p. 99), na qual a necessidade de justiça sobre o fato transforma-o em um lugar de memória.

No próximo capítulo, será observada a atuação da memória do Massacre da Linha do Parque atualmente. Discutirei a respeito na emergência de uma segunda linha memorial, dessa vez centralizada principalmente no Partido Comunista do Brasil (PC do B). Farei uso da etnografia enquanto técnica de pesquisa, em contraste da leitura de fontes, que foi o que balizou o segundo capítulo.

#### **4 “NÃO MORRE A SEMENTE LANÇADA NA TERRA. OS FRUTOS VIRÃO!”: ESQUECIMENTOS, ENQUADRAMENTOS E DISPUTAS NA MEMÓRIA OPERÁRIA RIO-GRANDINA ATUAL**

O segmento a seguir da monografia tem por objetivo apresentar fatos, dados e ideias retiradas nas pesquisas de campo realizadas durante o primeiro semestre do ano de 2018, relacionando com as perspectivas teóricas propostas por esse trabalho. A pesquisa de campo teve como objetivo romper uma “barreira” bibliográfica, permitindo uma exploração dos temas de modo mais intrínseco, visto que ainda não é significativa a produção acadêmica sobre as questões de memória do movimento operário rio-grandino do início da década de 50, Portanto, o que está escrito aqui é algo ainda preliminar em relação às possibilidades que a temática permite, principalmente em relação ao escopo de pessoas que se pode investigar, na qual o massacre faz parte de suas vidas.

As pesquisas de campo que dão origem a esse capítulo da monografia dividiram-se em três momentos específicos que serão apresentados na ordem cronológica que foram realizados. O primeiro deles foi um reconhecimento do local, o que consistiu na caminhada pelos espaços que podem, ou não, ter relevância ao fato pesquisado. Em princípio, buscou-se pelas “marcas” de uma memória operária e pelas maneiras nas quais ela se manifesta, todavia, analisando somente o ambiente. O que foi revelado foi a presença de múltiplos locais institucionalizados como marcas da memória operária. Além disso, constatamos a presença de “marcas ocultas”, ou marcas que fogem da institucionalização, passando como quase que imperceptíveis aos olhos dos atuais moradores, porém atuando ainda como sinais da luta, vida e história de homens e mulheres operárias rio-grandinas.

Após o reconhecimento do local, passou-se para o momento de participação das homenagens realizadas pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) às vítimas do Massacre da Linha do Parque. Este momento foi solidificador para temática da pesquisa, pois guiou os objetivos em prol da análise das estruturas partidárias e suas inserções na memória operária. A investigação foi conduzida pelas leituras de autores como Jean Sales (2017) e Dulce Pandolfi (1995), que identificam essa atitude de partidos do campo político da esquerda (em especial os partidos comunistas), como inerentes as suas tentativas de transformação social, se apoiando em uma noção teleológica da história.

Além da participação nas homenagens, houve o oferecimento de um pequeno “passeio guiado” por alguns membros do partido aos locais de memória por eles designados como tal.

Esse movimento levou à criação de um laço pesquisador-testemunhas (no caso o PC do B), permitindo o aprofundamento dessas análises da estrutura partidária.

Por fim, a partir da criação de laços com membros do PC do B, deu-se início ao terceiro momento das pesquisas de campo, que foi a realização de uma entrevista com Julio Martins, atual secretário de formação da célula local do partido. O entrevistado tem uma relativa posição de destaque nas homenagens, sendo ele sempre o primeiro a tomar a palavra e de estar sempre à procura de novos elementos da história do partido. No momento da entrevista, Julio entregou uma série de documentos referentes ao Massacre, que ele, em nome do partido, havia encontrado. Parte desses documentos foram utilizados como fontes nos capítulos anteriores<sup>30</sup>.

Como fio teórico-condutor da entrevista com Julio, foram utilizadas as ideias apresentadas por Antônio Torres Montenegro em sua obra *História, Metodologia, Memória*, entendendo o presente (o momento da entrevista) como atuante, “relativizando ou deslocando significados acerca daquele passado” (2010, p. 40). Também faço uso das prerrogativas apresentadas por Éder da Silva Silveira no tocante do conceito de “historiador-etnográfico”, buscando assim, não entender a entrevista aqui realizada como “prova de verdade” ou simplesmente uma coleta de dados, e sim explorando a possibilidade de promover “espaços aos sujeitos anônimos da História na produção e divulgação dessa, procurando articular suas narrativas aos contextos e elementos do(s) objeto(s) em pesquisa” (2007, p. 41). O trabalho de Silveira também foi importante na pesquisa de campo etnográfica. Em menor escala, destaco o aporte teórico em Verena Alberti, principalmente em sua obra *Ouvir e contar: textos em História Oral* (2004), que expõe de maneira didática os caminhos pelos quais o historiador pode seguir em suas pesquisas com fontes orais.

As perguntas que foram realizadas a Julio e a transcrição da entrevista encontram-se em anexo nesse trabalho. Foi preferido um questionário aberto, num nível de conversa com o entrevistado. Tal preposição é recomendada por Silveira, dando espaço, assim, de fala ao entrevistado e permitindo a entrada de outros elementos na fala do sujeito, como entonações

---

30 Entre esses documentos estão a certidão de óbito de Angelina Gonçalves e as fotos do poema do Manoel Rechia, ambos estão na seção de anexos da monografia. Julio Martins também entregou um calendário comemorativo do PC do B do ano de 1997 que tinha retratos de algumas das vítimas do Massacre da Linha do Parque, e um convite para Sessão Solene da Câmara de Vereadores ocorrida no Primeiro de Maio de 2010, em que foram homenageados Angelina Gonçalves e Euclides Pinto, tendo a presença da filha de Angelina.

na voz e mudanças de tópico repentinas. Quando possível, essas entonações e vícios de linguagem foram sinalizados na transcrição da entrevista.

#### **4.1 PRIMEIRO MOMENTO: O LOCAL**

Neste primeiro segmento, afirmado anteriormente, será trabalhado a questão dos locais de memória. A exposição será separada em duas categorias: locais institucionalizados e locais não-institucionalizados. Trabalho inicialmente sob o ponto de vista da expressão “local”, ao invés da palavra “lugar”, pois precisamente um dos caminhos aqui percorridos vai em direção em discutir o conceito de “lugar” pertinente a esses espaços. Foi também destacado as ações que ocorrem nesses locais, afinal não haveria sentido, a meu ver, estudá-los se não houvessem sobre eles implicados ações de grupos.

##### **4.1.1 LOCAIS DE MEMÓRIA INSTITUCIONALIZADOS**

Ao denominar esses locais como locais institucionalizados implica-se a respeito deles uma construção ativa de políticas de memória específicas, normalmente aqui pautadas no enquadramento da memória operária rio-grandina. Recai sobre eles, a meu ver, as questões apresentadas por Paul Ricoeur (2007) primordialmente naquilo compreendido pelo autor como a “memória obrigada”, ou seja, o movimento memorialístico, o qual tem como bandeira a justiça de um passado a partir da transformação da memória como luto em um projeto de luta. Isto que projeta sobre o trauma uma diferente visão a seu respeito, aquela de que o passado não deve ser esquecido, mesmo constituindo-se de um trauma. Portanto são locais nos quais vemos um movimento para que ocorra a lembrança, ou a “metamemória” na conceituação de Fernando Catroga (2015).

Esses três locais foram então selecionados, pois assim representam um processo do movimento operário em se autoentender como agente da história, conseqüentemente como agente da construção dessa história e memória. Todos esses monumentos possuem uma relação com os processos de redemocratização do país ocorridos a partir do final da década de 1970, e carregam certos significados da transição democrática e as diferentes perspectivas que se apresentavam em conflito no movimento operário. Principalmente, a emergência do novo sindicalismo e, em consequência, da perda da hegemonia dos comunistas e trabalhistas no movimento operário, vemos que a monumentalização desses espaços carrega marcas desse embate intra-sindical. No entanto, discuto que não apenas representam uma disputa

propriamente dita, vejo que em alguns aspectos essa monumentalização teve um sentido maior de uma transição, ou até mesmo reconhecimento histórico.

O que também é bastante claro, é que esses locais somente existem, enquanto institucionalizados, pois esses sindicalistas, tanto ligados ao novo sindicalismo, como identificados ao “velho” sindicalismo, conseguem, a partir da transição democrática, ingressar no sistema político. Consequentemente, esses lugares, ou locais, são diretamente ligados a uma ideia de política pública, ou especificamente uma política de memória. Caroline Bauer define o conceito de política de memória “como uma ação deliberada de governos ou outros atores políticos para trabalhar com a memória coletiva, ou seja, para preservar, transmitir e significar memórias de determinados eventos considerados importantes para um grupo específico ou toda uma coletividade” (2017, p. 133). Então, tratam-se de locais na qual estiveram implicadas em seu surgimento disputas públicas de poder político.

#### 4.1.1.1 MONUMENTO EM HOMENAGEM AOS TRABALHADORES E PARQUE DO TRABALHADOR

**Figura 5:** Monumento em homenagem aos trabalhadores



**Fonte:** foto produzida pelo autor. Rio Grande, maio 2018.

O Monumento em Homenagem aos Trabalhadores se localiza no Parque do Trabalhador, o qual está situado próximo ao pórtico da cidade, em uma região habitada por moradores de baixa renda. O monumento é discreto em seus elementos históricos, não há inscrições a respeito de movimentos passados, e parece indicar uma homenagem aos trabalhadores do presente. Destaca-se do monumento a presença da foice e do martelo, que, apesar de não estarem cruzados, são símbolos associados a partidos e organizações de cunho comunista. Desdobrando a presença desses símbolos, pode se supor o enraizamento do comunismo no movimento operário na cidade, não necessariamente como forma ideológica, e sim em um aspecto mais abrangente de uma “identidade comunista”. Outra possibilidade é interpretar o monumento como um reconhecimento por parte desse sindicalismo rio-grandino atual em referência o que seria suas bases de formação, não em um sentido ideológico, porém histórico.

O parque em si também é muito central no tocante à movimentação sindical da cidade. No Primeiro de Maio, diversos sindicatos da cidade realizam atividades como almoços coletivos, jogos futebol etc. No momento que o Parque do Trabalhador foi visitado para a realização desse trabalho, em maio de 2018, estava programada para ser realizada a 16ª Caminhada do Trabalhador, organizada pelo Sindicato dos Estivadores, uma das muitas associações ligadas ao porto.

O parque também foi ponto de encontro de outras comemorações em referências ao movimento operário e sindical. Inclusive, como evidenciado numa reportagem no jornal *Correio do Povo* do dia 2 de maio de 1998, a notícia sobre a realização do encontro regional da CUT, quando foi realizada uma caminhada, que teve seu início no Parque do Trabalhador, até o cemitério para homenagear as vítimas do Massacre da Linha do Parque.

O 1º de maio foi considerado um dia de luto e de luta pelos mais de 400 trabalhadores que participaram ontem, em Rio Grande, do encontro regional promovido pelo movimento sindical do município e Central Única dos Trabalhadores (CUT). O encontro teve início às 10h, quando 5 ônibus trazendo pessoas de Pelotas, Capão do Leão e Dom Pedrito chegaram ao Parque do Trabalhador. Quase 300 pessoas carregando bandeiras seguiram em passeata pela avenida Presidente Vargas até as capelas mortuárias, onde aconteceu o chamado “massacre da Linha do parque”, fizeram um ato público e depositaram flores em homenagem aos 4 trabalhadores mortos no dia 1º de maio de 1950, em confronto com a polícia (CORREIO DO POVO, 1998, p. 15)

Uma questão relevante é que essa caminhada teve o objetivo levar as pessoas até o local para prestar homenagens às vítimas do Massacre. Entretanto há um detalhe que a diferencia das homenagens anuais habituais que é o fato do local não ser aquele no qual o PC do B diz ser onde sempre ocorreram as homenagens.

Questionamos Julio Martins, a principal referência dessa monografia sob assuntos relacionados à política do PC do B rio-grandino, a respeito dessa homenagem “atípica”<sup>31</sup> ocorrida em 1998. Primeiramente ele disse que não recordava especificamente do momento em si, porém afirmou, com certeza, que esse evento teria sido algo à parte e provavelmente posterior a uma suposta homenagem do partido ocorrida no espaço tradicionalmente designado. E associou essa homenagem de 1998 às movimentações sindicais atuais que ocorrem no Parque do Trabalhador protagonizado, na qual o PC do B é ator, porém não diretor de seu jogo político.

A partir das falas de Julio Martins, é perceptível que o Parque do Trabalhador possui um sentido diverso na questão identitária operária do que o PC do B. Inclusive a homenagem do PC do B é um contraponto às celebrações sindicais que ocorrem no Parque, como o próprio Julio coloca, ao distanciar-se da homenagem de 1998. Não que ambos os modos de se compreender como trabalhador, principalmente de como se compreender trabalhador no Primeiro de Maio, não entrem em diálogo (afinal a foice e o martelo estão no monumento), ou que o PC do B não participe das atividades do Parque do Trabalhador.

Entretanto são sentidos diferentes, primordialmente, pois se solidificam sob pontos de vistas distintos do uso do passado. Percebo a proposta que entra em diálogo aqui no Parque do Trabalhador, é a proposta do novo sindicalismo, é a noção de modificação da forma de luta sindical, na qual implicou uma “negação do passado” (SANTANA, 1999, p. 108), ou no caso aqui um reconhecimento deste. A proposta do PC do B vai ao encontro de uma revalorização do passado, e pautando suas raízes em fatos históricos, e esse passado como ponto central da construção identitária. Justamente em contraponto a noção do novo sindicalismo de reivindicar para si a noção de “novo”. O PC do B, então, tem orgulho em ser “velho”, pois quem é “velho” tem história.

As homenagens do PC do B (que serão detalhadas posteriormente), entendidas, então, como “oposto” ao Parque do Trabalhador, é a tentativa de representar a classe trabalhadora sob uma construção imagética do passado, baseada aqui num fato histórico. Enquanto o discurso no Parque do Trabalhador reconhecimento do passado, o que distingue da negação, porém também não faz o uso do passado como pauta identitária. Agora, qual dos dois

---

31No ano de 2016 também foi realizada um evento similar organizado pela sessão regional da CUT, segundo a descrição do evento retirada do site da central sindical as atividades seriam: “a partir das 16h, ‘mateada’ no Parque do Trabalhador com atrações artísticas e marcha até o túmulo da tecelã Angelina Gonçalves (morta no 1º de Maio em confronto com a polícia) encerrando com uma caminhada luminosa ao anoitecer.” (CUT, 2016).

modelos de fato representa a classe trabalhadora rio-grandina e qual exerce uma “memória justa” (RICOEUR, 2007), creio que não há uma resposta definitiva para tal, assim como não é esse o objetivo. O fato é que suas motivações podem ser entendidas como conflituosas, principalmente nos discursos críticos dos novos sindicalistas no final da década de 70 a respeito do sindicalismo pré-1964 (CHALHOUB; DA SILVA, 2009). Porém será que, ao adicionar uma simbologia comunista e ao prestar uma homenagem ao passado, mesmo que desconectado com os “herdeiros” deste, não podemos observar essas relações como complementares ou transicionais?

#### 4.1.1.2 PLACA E MEMORIAL AOS OPERÁRIOS MORTOS

**Figura 6:** Placa em homenagem às vítimas do Massacre (entorno).



**Fonte:** foto produzida pelo autor. Rio Grande, 2018.

**Figura 7:** Placa em homenagem às vítimas do Massacre (detalhe).





**Fonte:** foto produzida pelo autor. Rio Grande, 2018.

O memorial foi construído no ano de 2010, em um momento político em que o partido possuía representação na Câmara de Vereadores da cidade. Segundo os militantes questionados, a placa, ou memorial, era um desejo antigo, que remetia desde o início dessas homenagens anuais ocorridas a partir dos anos 80. A placa, portanto, é possivelmente a expressão máxima da monumentalização e da institucionalização da história operária rio-grandina ligada ao PC do B. E inclusive sua colocação é motivo de orgulho dos militantes do partido, em especial aqueles que remetem aos anos 80, período da refundação do PC do B enquanto partido legalizado.

A Placa não apenas sinaliza o local de morte aproximado das vítimas do Massacre, porém também dialoga com o próprio histórico das homenagens anuais. Anteriormente à colocação da placa, as homenagens já ocorriam nessa localidade, normalmente com a colocação de faixas, bandeiras e cartazes, segundo o que foi dito pelos membros do partido. Isto que em si já é ponto de diferenciação com o Parque do Trabalhador, no qual o elemento comunista é um dos muitos elementos colocados. A placa e sua fixação nesse ponto específico (um canteiro em plena Avenida Rheingantz) apresentam um processo de demarcação de um

local de memória e um processo de enquadramento dessa memória cristalizada sobre a placa e as homenagens.

Em termos da sociopolítica da cidade, as homenagens e a placa poderiam estar presentes no Parque do Trabalhador. De fato, seria um local com um espaço muito mais amplo (as homenagens acontecem num espaço minúsculo e com muita poluição sonora) e de maior circulação, além de também ser um local relacionado à história operária, e onde ocorreu o próprio Massacre, como foi visto no capítulo 1. Porém isso não interessa necessariamente ao PC do B, pois o local onde está a placa remete não apenas a 1950, e sim à reestruturação do partido na cidade, realizando um contraponto com as atividades do Parque do Trabalhador.

Há também uma questão de uma atitude “transgressora” que fortalece a base partidária: há um segundo contraponto, dessa vez não entre indivíduos de classes similares, e sim em uma representação simbólica de luta de classes, uma vez que as homenagens acontecem no início da Avenida Rheingantz, que é o sobrenome de uma família de famosos capitalistas da cidade, donos da Companhia União Fabril e onde trabalhava Angelina Gonçalves.

Sobre a placa em si, incumbe-se o destaque de dois elementos. O primeiro deles é a colocação das profissões de cada uma das vítimas, já numa tentativa de aproximar a história do partido a uma determinada classe de indivíduos, os trabalhadores fabris. O segundo ponto é a demarcação do nome do partido, trazendo uma intencionalidade do PC do B em se apresentar como o partido na qual é o “herdeiro”, pois seria a instituição partidária que usa de seu poder político para que o poder público homenageie as vítimas do Massacre. Ao se tratar da cidade de Rio Grande, talvez seja complicado não associar esse passado ao PC do B, visto que o PCB possui pouca representação na cidade, com apenas 12 filiados (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, b).

Não apenas a placa é um contrapeso na balança do debate entre “quem é o partido de 1922”, pelo menos no referente à cidade de Rio Grande, como, retornando a questão sobre o local, a existência do monumento também tenta consolidar na história política da cidade a homenagem em si. Afinal, a placa não foi colocada num espaço que talvez fosse de muito significado simbólico para a classe trabalhadora rio-grandina das décadas de 1940 e 1950, e sim foi instalada onde o sentido da localidade pertence à memória do PC do B.

Relacionando com os escritos de Pierre Nora (1993), o Partido criou um lugar de memória, utilizando da história como ferramenta dessa sacralização do lugar, pois a

“sociedade-memória” na qual os fatos foram vivenciados ou não existe mais, ou não participa desse movimento. Utilizando as noções de Nora, a presença do memorial talvez tenha consolidado uma preservação, contudo esvaziada em seu sentido de memória propriamente entendida como tal. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que a colocação da placa não é jogo político “frio”, tanto que ela demandou ao Partido uma exposição a ele próprio. Ao analisar o cenário político brasileiro atual, seria muito mais confortável ao partido no *mainstream* político a própria negação ou afastamento de um passado traumático ligado ao comunismo. O Partido, portanto, fez a placa, pois enxerga o Massacre da Linha do Parque como uma peça de sua identidade, mesmo que para o acontecimento não esteja diretamente ligado a suas próprias vidas, visto que boa parte dos membros que participação das homenagens nasceu posteriormente ao Massacre.

Apesar desse “domínio” por parte do Partido do Memorial, ela não se trata de um “domínio exclusivo”, ou de uma repulsa a qualquer ato que ingresse modifique seu lugar de memória. Eu fui informado pela militância do partido que é bastante comum durante atos políticos na cidade de Rio Grande, sobretudo suprapartidários, o qual movimentam-se pela Avenida Rheingantz, o Memorial seja um ponto de parada, um momento em que o partido “empresta” sua memória para outros militantes. Segundo as palavras de Julio Martins, seria “um momento de reflexão”. Mas quem carrega e dita o sentido daquele pequeno canteiro é o PC do B.

#### **4.1.1.3 TÚMULO DE ANGELINA GONÇALVES E EUCLIDES PINTO:**

**Figura 8:** Túmulo de Euclides Pinto.



Fonte: foto produzida pelo autor. Rio Grande, maio 2018.

Figura 9: Túmulo de Angelina Gonçalves.



Fonte: foto produzida pelo autor. Rio Grande, maio 2018.

O túmulo onde estão enterrados juntos Angelina Gonçalves e Euclides Pinto, possui uma história recente particularmente marcante para os militantes do PC do B. Segundo o relato fornecido, o túmulo acreditava estar perdido (havia relatos orais referentes de como as vítimas do Massacre haviam sido enterradas juntas, em um processo cerimonial comum, como vimos no capítulo 1) em meio a vários outros do setor destinado aos jazigos mais simples do Cemitério Católico de Rio Grande. Contudo, foi descoberto pelos militantes do PC do B que os velhos militantes do PCB mantinham sob segredo a localidade do “túmulo dos camaradas”. O túmulo inclusive, segundo a narrativa contada pelos militantes do partido responsáveis por sua manutenção, constava com outros nomes em seu registro, que possivelmente indicaria uma tentativa de proteger o local, devido à perseguição sofrida pelos familiares das vítimas.

Com essa descoberta do local do jazigo de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto, os militantes do PC do B assumiram a responsabilidade sobre o túmulo e realizaram reformas, retirando os antigos nomes falsos e colocando os nomes reais das vítimas e suas respectivas fotos. Apesar disso, os jazigos não foram ordenados com uma ornamentaria que fosse diretamente ligada à questão do partido ou a ideologia comunista, sendo mantidas mensagens familiares. Mesmo com essa omissão de uma referência a respeito do partido, os militantes dizem ter uma relação conturbada com as famílias das vítimas (trataremos deste tema mais adiante). Segundo eles, isso seria devido ao “medo” dos parentes de Angelina e Euclides por possíveis represálias de que fosse descoberto que os dois eram comunistas.

#### **4.1.2 LOCAIS DE MEMÓRIA NÃO-INSTITUCIONALIZADOS**

Para além daqueles espaços institucionalizados, revela-se na cidade também locais não-institucionalizados acerca da memória operária. E aqui o que rege esses locais é o trauma, e um trauma que não passou pelos processos de resignificação como outros lugares, um trauma que, portanto, não é um projeto. O que há sobre ele é aquilo que está no alcance das memórias de quem por ele se identifica, ou que perpassou para mim, mero espectador de suas mensagens, como sentidos subliminares da presença operária.

Nesses locais a serem apresentados a seguir, a marca da vida operária do passado está escrita em sua forma material mais bruta. E suas referências a respeito do movimento operário podem parecer oblíquas, ou até mesmo quase que imperceptíveis. Entretanto a negação de sua monumentalização, que ocorre por diversos motivos, é um ponto interessante de destaque.



Assim como é destacável a sua não-presença nas diversas homenagens à história operária rio-grandina.

Neste segmento há uma intenção bastante propositiva, e pouco fundamentada em questões bibliográficas, tanto porque trata-se de tema ainda pouco explorado da história local, como pelo fato que são locais onde se opera principalmente sob um ponto vista do emocional. Portanto, busca-se aqui perceber “rachaduras” nas paredes do enquadramento da memória operária rio-grandina.

#### 4.1.2.1 O “TERREIRO” DO CEMITÉRIO CATÓLICO DE RIO GRANDE

**Figura 10:** O “terreiro”



**Fonte:** Elaborada pelo autor. Rio Grande, maio 2018.

Talvez não seja comum conceber um cemitério como um local de memória não-institucionalizado, especialmente em uma cidade como Rio Grande, na qual o cemitério contém jazigos do início do século XIX. A primeira impressão seria concebê-lo de maneira contrária, como um local de memória institucionalizado. Afinal, há uma forma mais emoldurada de passado que entendê-lo como pertencente às pessoas que já morreram? E como visto anteriormente, ele também é um espaço institucionalizado ao movimento operário,

com o jazigo de Angelina e Euclides. Não obstante, quanto ao âmbito da memória operária, pode-se estabelecê-lo como um local de uma memória não-institucionalizada, pois ele comporta um vestígio simbólico da organização social da cidade no passado através, entre outros fatores, de sua organização espacial construída através dos anos.

O pesquisador Philippe Ariès (2014), ao discutir a respeito dos cemitérios católicos europeus ao logo da modernidade atesta para a condição da organização dos cemitérios. A partir do século XIII, o enterro de pessoas pobres ocorria em valas comuns, que na descrição do autor, não havia uma separação entre elas, sequer uma identificação pessoal entre os mortos. A justificativa seriam as doenças e epidemias comuns do período de urbanização europeia, que afetavam principalmente aqueles com condições de vida precárias. No entanto, Ariès atesta que tal hábito permanece presente posteriormente, tornando-se uma medida comum, que toma patamares culturais e não práticos. E junto a esse movimento, torna-se cada vez mais comum a presença de mausoléus para famílias ricas. Então, a morte toma cada vez mais um formato de divisão baseado na classe social dos sujeitos ali enterrados, tomando por consideração uma sociedade onde o *status* cultural-religioso se combine com questões de classe.

Adaptando a mesma simbologia proposta por Ariès ao Cemitério Católico de Rio Grande, vemos nele enormes mausoléus erguidos para famílias que detêm (ou detinham) o poder econômico e político na cidade, enquanto à população em geral está reservada as “gavetas” (prática mais recente), ou, no caso da população mais pobre de décadas anteriores, o “Terreiro”<sup>32</sup>, local descuidado e com tímidas ou nenhuma informação a respeito dos mortos ali enterrados. O descuido por parte do poder público ao “Terreiro” o transformou em quase que uma vala comum, uma mistura de jazigos num padrão pouco organizacional.

Em relação ao Massacre, o “Terreiro” também indica uma diferenciação clara entre o monumentalizado e o não-monumentalizado. O jazigo de Angelina e Euclides localizam-se próximos ao local, porém, todavia afastados, e, como pode ser observados nas fotografias, estão em melhores condições, além de possuir jazigos propriamente ditos. Contudo, há uma semelhança com os mortos do “Terreiro”, ambos não são organizados pela sua relação familiar, e no caso do “Terreiro”, esse aspecto não nem ao menos reconhecido, devido à falta

---

32 Essa expressão foi utilizada pelos funcionários no momento de minha visita na instituição em junho de 2018. Não sei se é propriamente uma nomenclatura oficial dada para esse espaço. Não foi encontrada uma bibliografia que confirmasse tal informação. O uso da expressão durante o trabalho partiu da noção do impacto e do contraste que ela possibilita na análise a respeito do Cemitério Católico de Rio Grande.



de jazigos. Estão, logo, todos “juntos” convergidas numa grande massa, onde nenhum possui uma posição muito destacada em relação às demais. Ou seja: para algumas famílias é concedido o direito a memória familiar e particular, para outras somente a memória como um grupo social por elas designado, ou seja, uma memória de classe.

Ao perguntar para uma funcionária do setor administrativo do cemitério se havia uma procura de pessoas sobre a localização dos locais de sepultamento de seus familiares, ela me respondeu que: “Isso é algo muito frequente, mas se os parentes estão no ‘Terreiro’, muito provavelmente não vamos encontrá-los”. A partir dessa situação do cemitério, designo esse lugar como um local de memória traumática, uma alegórica representação da desigualdade social do passado rio-grandino. Portanto, vejo aqui uma marca, quase imperceptível, dos operários, nas quais suas memórias não estão dispostas enquanto materialidade palpável de um lugar de memória, e sim como silenciosos gritos de um passado traumático exposto sobre o solo do Cemitério Católico em sua mais bruta forma.

#### 4.1.2.2 FÁBRICA RHEINGANTZ

**Figura 11:** Fachada da Fábrica Rheingantz



**Fonte:** foto produzida pelo autor. Rio Grande, maio 2018.

A Companhia União Fabril, ou Fábrica Rheingantz, como é mais conhecida entre os moradores da cidade, foi um polo importante da indústria têxtil da região sul brasileira.

Inaugurada em 1873, a fábrica era uma das principais fontes de emprego em Rio Grande, principalmente para as mulheres trabalhadoras. A presença da fábrica modificou radicalmente o aspecto e organização da cidade, devido à hierarquia “familiar” construída pela família Rheingantz na relação funcionário-patrão, sobretudo com a criação das “casas da fábrica”, pequenas habitações erguidas pelos donos, que ao mesmo tempo eram utilizadas como convite para o trabalhador “escolher” a Rheingantz como posto de trabalho, mas também uma forma de enraizar o trabalhador na fábrica. Ou seja, alienando do trabalhador inclusive seu local de moradia (FERREIRA, 2013).

Desde a desativação da fábrica, o local foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e leiloado para empresários do setor imobiliário em 2012. A Fábrica Rheingantz, porém é uma marca de um passado da cidade é carregado de significados contraditórios e em tensão entre si.

Em uma perspectiva, o espaço da fábrica representa a antiga pujança industrial da cidade, uma janela para os “bons tempos” (FERREIRA, 2013, p. 71) que hoje apenas está na memória daqueles que aproveitaram. Mesmo que esses “bons tempos”, revelam uma noção contraditória dessa expressão. Pois tanto apresentam a ideia de que a Fábrica Rheingantz se constitui enquanto um dos maiores polos industriais da região sul rio-grandense. Se contrasta com a organização dos trabalhadores da fábrica nas múltiplas greves ocorridas (LONER, 1996,), principalmente devido a predominância da organização sindical feminina<sup>33</sup>. Tal relação ocorre também para o Massacre da Linha do Parque, além da participação de funcionárias da fábrica no evento, a mais famosa delas sendo Angelina, e também sendo na frente da fábrica o local onde a marcha é interrompida pelos policiais militares.

Estabelece-se, portanto, a Fábrica Rheingantz como também um lugar da memória traumática. Firma-se, então, no diálogo da construção “grandiosa” e do ambiente de opressão pode-se apresentar a suposição que, com a baixa investidura do poder público no local em prevaecimento à investidura do mercado financeiro, há uma tendência do enquadramento da memória da Fábrica Rheingantz somente no aspecto da “grandiosidade”. Similar ao processo que aconteceu com o 4º Distrito na cidade de Porto Alegre, em que

---

33 Fato esse que levou, entre as funcionárias da Companhia, uma inserção das mesmas no movimento operário local, inclusive Angelina Gonçalves. A “mulher-monumento” do Massacre era uma tecelã da Companhia União Fabril. Essas mulheres se organizavam na União das Mulheres Rio-grandinas, órgão ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB) (SAN SEGUNDO, 2009).

“desde meados dos anos 2000, passa por um processo de especulação imobiliária, iniciado com a abertura do Shopping Total. Este grande empreendimento comercial, instalado no complexo arquitetônico da Cervejaria Brahma [mantendo uma parcela da estrutura original] (...), mudou o cenário do bairro Floresta (...). Houve uma verticalização do bairro (...). Os terrenos se valorizaram e a localidade passou a ser servida por melhores aparelhos urbanos. (RAPKIEWICZ, 2018, p. 81).

Portanto um processo demarcado, na qual bairros ou locais antes identificados pela sua presença operária, são apagados dessas influências, em contrapartida ao destaque de aspectos arquitetônicos. Pois, qual seria o interesse de empresários do setor imobiliário em ressaltar a memória operária? O que será enquadrado na narrativa da Companhia União Fabril?

#### **4.2 SEGUNDO MOMENTO: O GRUPO**

A minha participação nas homenagens realizadas pelo PC do B às vítimas do Massacre da Linha do Parque foi o fator determinante na definição de pautas da pesquisa, inclusive norteando as subseqüentes buscas por fontes e leituras da monografia. Em linhas gerais, a experiência colocou-me no centro da marca viva (ou “quente” segundo as ideias de Fernando Catroga) da memória operária rio-grandina do período anterior ao Golpe Civil-Militar. Para, além disso, também permitiu estabelecer contatos com os militantes do PC do B em Rio Grande que foram essenciais para a realização desse trabalho.

As homenagens do Primeiro de Maio de 2018 ocorreram sob um dia úmido e nublado na cidade de Rio Grande, um prenúncio de como se caracterizaria o inverno gaúcho naquele ano. Cheguei ao local por volta das 9 horas, não havia sinal dos membros do partido, contudo à medida que se aproximava das 9h30min, lentamente, grupos de pessoas identificadas pelas suas camisas e bandeiras vermelhas chegavam e dirigiam-se à placa fixada no canteiro central da Avenida Rheingantz.

Conversei rapidamente com os militantes do partido, explicando o motivo de minha presença, com o que eles diziam que eu não era a primeira pessoa que pesquisava a respeito do Massacre da Linha do Parque. Comecei a perguntar acerca de como as homenagens iniciaram. Alguns membros deram diferentes versões, às vezes contraditórias, outras corrigindo uns aos outros, até que um deles se dirigiu a mim com a seguinte frase: “Isso tu tem (sic) que perguntar para aquele gordinho ali”, apontando para Julio Martins, secretário de formação do partido, que chegava naquele momento para participar da homenagem, assim como fizera, segundo os membros do partido, há mais de 40 anos.

Com a chegada por volta das 10 horas do prefeito da cidade, Alexandre Lindenmeyer, do Partido dos Trabalhadores (PT) ( que, segundo Julio desde que foi eleito sempre participou do evento), tiveram início as homenagens. Logo no começo do discurso de Julio Martins (quem usualmente, segundo os militantes, dá início às falas), percebi a presença no local de dois grupos entre os aproximadamente 25 membros do PC do B no local. Um dos grupos estava posicionado próximo de Julio Martins, cujos membros aparentavam ter entre 40 e 60 anos, e tinham uma relação amistosa com Julio, algumas vezes interrompendo, realizando pequenas piadas durante o discurso do companheiro. Julio respondia às interrupções não com irritação, e sim com risadas e sorrisos, como se elas já estivessem embutidas na ritualística da homenagem do partido.

Houve, entretanto, um momento em que as piadas e interrupções cessaram. Foi no instante em que Julio começou a narrar os eventos ocorridos no Primeiro de Maio de 1950. O motivo do silêncio foi compreendido por mim naquele momento como um sinal de respeito às vítimas, porém ele tinha um sentido mais aprofundado, o qual apenas foi compreendido mais tarde, a partir de minha entrevista posterior com Julio Martins.

Após o discurso de Julio, ninguém desse primeiro grupo tomou a palavra. Parecia que tudo que tinha sido dito por Julio estava completo, pois suas palavras teriam sido a “voz” do partido, e não a sua própria voz.

O segundo grupo era composto por jovens, estudantes universitários, membros da União da Juventude Socialista (UJS), grupo político ligado ao PC do B. Dentre eles, falaram dois membros, um homem e uma mulher. O que teve destaque nas falas deles, especialmente na fala feminina, foi a personagem Angelina Gonçalves. Todas as outras vítimas foram reverenciadas e lembradas até certo ponto, porém em menor escala e de forma mais diluída em suas falas. Em contrapartida, Angelina era apropriada para o contexto político e social atual, sobretudo quando a pauta dos discursos dos jovens rumava para temas ligados à opressão sobre mulheres.

Sob isso detecto um conflito, um conflito silencioso não-dito em referência aos sentidos da homenagem. Entendo que há sobre essas homenagens um “sentimento ambivalente” (POLLAK, 1989, p. 12) entre elas. Para aqueles da geração de comunistas de Julio, as homenagens são um marco decisivo em sua formação identitária enquanto membros do partido. Revelam-se, então, laços quase familiares (e por vezes de fato familiares, como é o caso de Julio, veremos mais adiante), apresentando um processo de transformar “o luto em

luta”, ou como definido por Paul Ricoeur, da modificação da memória como trauma, para a memória como projeto (RICOEUR, 2014), no caso, um projeto político.

No tocante à UJS, vejo um distanciamento não somente dado pelo elemento temporal, porém também pelo sentindo da memorialização. Para esses membros mais novos<sup>34</sup> nos quadros partidários, a única experiência que tiveram foi da memória acerca do Massacre já em seu estado institucionalizado, portanto não foram participantes da “metamemória” (CATROGA, 2016), mesmo que suas múltiplas memórias individuais, “formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias” (CATROGA, 2015, p. 11), também circulem e constituem de forma ativa na memória coletiva do PC do B.

Esse sentindo ambivalente não se encontra presente simplesmente entre os quadros internos do partido. Parece haver também uma conflituosa relação entre a família das vítimas do Massacre e o PC do B. Após as homenagens, perguntei a Julio se algumas das pessoas presentes eram familiares dos homenageados. Ele prontamente respondeu que não e que “os únicos familiares que já participaram foi a filha de Angelina, no ano de 2010, e o neto de Oswaldino, no ano de 2017”. Julio atribui o afastamento ao medo. Contudo, argumento na possibilidade de uma “memória dividida” (PORTELLI, 2014) ou uma “memória envergonhada” (POLLAK, 1989) sobre o caso.

Analisemos primeiro os familiares que foram às homenagens, buscando compreender sua excepcionalidade em relação aos demais.

No caso da filha de Angelina, há alguns dados que devem ser estabelecidos de forma inicial. Primeiramente Shirley, nas narrativas associadas ao Massacre, tem sua imagem junto a mãe durante o protesto muito presente, mesmo que tais fatos não possam ser comprovados pela documentação da época (SAN SEGUNDO, 2009)<sup>35</sup>. Portanto a imagem de Shirley foi associada desde o início ao heroísmo de sua mãe. Shirley é uma das peças constituintes na noção de Angelina como a “Mulher-Monumento” (DELGADO, 2003).

Entretanto, não somente o aspecto da construção da imagem de Shirley agregada a de sua mãe explicaria sua participação, segundo os militantes. Teria havido também um

---

34 Não se pode deixar de mencionar que os processos de expansão da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e instalação do Polo Naval modificaram radicalmente a população rio-grandina nos últimos anos. Isso de certa forma estará pautado durante a entrevista com Julio Martins (3º Momento),

35 Entretanto na entrevista concedida ao jornal Diário Popular no dia 7 de março de 2010, Shirley é contundente a respeito de sua participação na marcha, apesar de San Segundo afirmar que “nenhum depoimento no processo é mencionado a presença da menina na manifestação” (SAN SEGUNDO, 2009, p. 131).

distanciamento geográfico de Rio Grande que teria sido determinante para sua visão do Massacre<sup>36</sup>. Agregado a isso, o fato da menina ter apenas 10 anos no momento do Massacre, acrescido a seu afastamento do contexto rio-grandino, certamente afetou a construção de sua memória.

Isso é bastante evidente na entrevista concedida pela mesma para o jornal *Diário Popular* do dia 7 de março de 2010, posteriormente agregado aos Arquivos da Comissão Nacional da Verdade:

“Era um desespero (*descrevendo o momento do massacre*). Eu disse para mamãe: ‘Eu vou embora’, ela me puxou do braço, mas eu saí correndo” (...) “Eu vi ela cair, mas pensei que pudesse ter se jogado, como muitos outros estavam fazendo.”

(...)

“Ela era braba. Geniosa, mas boa” (...) “Ela era revoltada. A vida era difícil e ela, coitada, também não dava sorte com ninguém”

(...)

“Naquele tempo, criança não tomava parte de nada. O mundo dos adultos não nos pertencia.” (...) “Só vim a saber depois que ela tomava a palavra em reuniões e que era uma mulher ativa” (DIÁRIO POPULAR, 2010, p. 3)

Shirley não desconectou sua memória daquela que seria a memória partidária. Mesmo que traga alguns outros aspectos, eles mais congregam com a memória construída pelo partido que aprestam alguma divergência. A partir disso, para ela a emergência dos movimentos do PC do B talvez seja observada de maneira positiva, pois funcionam concomitantemente com sua própria experiência. Para o partido, a fala de Shirley legitima suas ações, e para Shirley, o movimento do partido a permite explorar seu próprio passado.

Em relação às outras famílias, devido à magnitude do Massacre (4 mortos e dezenas de feridos) e seus enquadramentos na história do município, temos a tendência de observá-lo como um fato isolado, o que não verdade. Mario San Segundo (2009), pesquisando movimento operário rio-grandino do final da década de 40 e início dos anos 50, relata uma série de mortes de militantes comunistas em protestos durante essa época, e Lidiane Elizabete Friderichs (2013), em seu trabalho a respeito dos ferroviários da cidade, discute a instauração do Golpe Civil-Militar de 1964 em Rio Grande como um rompimento da via democrática, na

---

<sup>36</sup> Segundo os membros do partido, Shirley teria se mudado da cidade de Rio Grande pouco tempo depois do Massacre (alguns dizem que ainda criança, outros dizem que foi com 14-16 anos) e ido morar na cidade do Rio Janeiro (até hoje sua residência).

qual estava seguido pelo PCB com o apoio, parcial, na eleição municipal de Fraydo Salomão, membro do PTB.

Esse cenário rio-grandino nos impele a acreditar que o trauma das famílias das vítimas não esteve isolado ao Primeiro de Maio de 1950. O trauma foi um atordoamento constante para essas pessoas até os dias de hoje, e o Massacre enquadrado como o ponto central de suas angústias, portanto é um passado que deseja-se esquecer.

Mas por que o mesmo provavelmente não se observa na família de Oswaldino? Por que esse movimento é aparentemente, segundo o partido, mais concentrado nas famílias de Honório, Euclides e Rechia? Deve-se isso à construção da imagem de Oswaldino em relação ao Massacre. Há uma ambiguidade a respeito de que sua morte, em “a imprensa comercial afirmou que o ferroviário [Oswaldino] passava pelo local despreziosamente e que sua morte teria sido um acidente” (SAN SEGUNDO, 2009, p. 124), inclusive a imprensa construiu sua imagem como uma pessoa que não era militante do partido. Entre os comunistas, essa parece ser também a noção colocada para ele. Nas edições do jornal *Voz Operária*, o nome de Oswaldino aparece somente nas matérias do ano de 1950 que citam o Massacre e posteriormente seu nome é excluído, sendo citados Angelina e Antônio Rechia, e em menor escala Euclides Pinto (como foi explorado no capítulo 2).

Portanto, talvez pode-se compreender que a família de Oswaldino não tenha enfrentando esse suposto “medo”, relatado pelo PC do B, contudo é bastante complicado afirmar categoricamente tal questão, visto que as famílias não foram entrevistadas para realização dessa monografia. Reafirmo, então o caráter hipotético dessa afirmativa a respeito das famílias, pois diversos outros fatores podem entrar em questão, por exemplo, os membros das famílias que se dispuseram a participar da homenagem talvez o tenham feito devido a suas próprias convicções políticas, mesmo que eles tenham sido vítimas de perseguição tanto quanto as famílias que nunca participaram. Infelizmente, o curto tempo disponibilizado para a realização da pesquisa não permitiu que fosse feito um contato com os familiares, portanto a tentativa de entender a sua majoritária posição em não participar das homenagens partiu do ponto de vista de suposições, entrevistas (no caso de Shirley) e do Partido, logo são problemáticas do ponto de vista ético quaisquer conclusões definitivas a respeito.

Nesse tocante da ambivalência da memória do Massacre na relação partido-famílias, aplicam-se de novo as ideias de Paul Ricoeur, na qual, ao convergir à memória no sentido histórico com os estudos da área da psicanálise, conceitualiza a relação entre o trauma

individual e os traumatismos coletivos. Ao se apropriar de Freud, Ricoeur argumenta que, tratando-se de indivíduos, o progresso natural da lembrança vai a caminho da “alegria”, um ponto em que o trauma é superado. É nesse progresso da lembrança que nasce a ambivalência dos sentidos do Massacre, para as famílias essa lembrança foi ressignificada como vergonha, medo, portanto deve ser esquecida; para o partido, essa lembrança é a luta, o sacrifício, portanto ela deve ser celebrada. A meu ver, tal ambivalência produz uma “memória dividida” (PORTELLI, 2014, p. 2) entre a memória institucional do Partido, a qual transforma a tragédia em palco da sua construção identitária, e a memória familiar residual permanece enquanto trauma, vergonha e medo.

### **4.3 TERCEIRO MOMENTO: O INDIVÍDUO**

No dia 23 de julho de 2018, entrevistei Julio Martins em seu escritório na cidade de Rio Grande. O ambiente na qual a entrevista foi realizada era cheio de objetos, sobretudo livros e materiais referentes ao PC do B. Julio encontrava-se animado para realizar a entrevista, e também era óbvia (uma vez que já assumira várias vezes o mandato como vereador) a sua enorme experiência e habilidade frente a um entrevistador. Quem de fato estava nervoso era eu. Entretanto Julio, com o seu carisma político, logo propôs entre nós um diálogo bastante fluido, no qual as perguntas antes estabelecidas foram trabalhadas de diferentes formas do que tinha sido planejado. No entanto, cabe o destaque: enquanto respondia às perguntas, Julio operava de forma diferente do que dentro de seu círculo partidário. Como dito por Antonio Montenegro, ao se tratar de suas conversas com antigos militantes do PCB, a entrevista “não resulta de uma conversa entre parceiros de lutas, mas atende a um pesquisador, (...) alguém de outra classe” (2010, p. 40).

A respeito da vida do entrevistado, Julio Martins tem 58 anos, atualmente é Secretário de Formação na célula rio-grandina do PC do B, e diz já ter ocupado a posição de Secretário Geral da célula por diversas vezes. A sua formação política aconteceu primeiramente com o movimento estudantil secundarista na cidade de Rio Grande, todavia ainda não ligada ao PC do B, diretamente. Após isso, quando atuava no Exército Brasileiro, ingressa nos quadros do Partido. Entretanto, foi com o início da carreira como ferroviário, e através desta, a sua atuação sindical, que sua carreira política é impulsionada, e é eleito vereador pela cidade de Rio Grande. Então, entra na faculdade de direito, durante seu mandato como vereador, e hoje, além de sua carreira política, atua como advogado.



Com isso, a escolha por Julio não foi acidental dentre as outras possibilidades de entrevista que se apresentaram entre os membros do partido. Como foi visto no trecho anterior, Julio tem um papel de relativo destaque, tendo sido responsável, inclusive por narrar aos presentes à homenagem os fatos acerca do Massacre da Linha do Parque. Levando isso em consideração, Julio é uma referência partidária a respeito desses assuntos. No entanto, não deixa de ser apenas um indivíduo, e como tal “compreende e interpreta construindo uma representação particular do ocorrido, modificando muitas vezes, a tradição” (SILVEIRA, 2007, p. 37). Isso não representa um problema, já que Catroga afirma que “a memória individual é formada pela coexistência, tensional, nem sempre pacífica, de várias memórias” (2015, p.11), então sua participação no presente trabalho coube como forma de observamos essa tensão entre indivíduo e grupo. A partir dessa noção do uso da entrevista individual, destaca-se que a conversa com Julio não se limitou a ser uma coleta de dados, mesmo que ao fim e ao cabo, muitas informações trazidas por ele tenham sido posteriormente utilizadas por mim, entre elas o poema de Manuel Rechia (trabalhado no capítulo 2).

Ao iniciar a entrevista, a primeira pergunta que foi feita foi respeito da origem das homenagens do Primeiro de Maio, principal foco da entrevista, segundo Julio:

Começaram basicamente com a legalização do partido em 1985, nós tínhamos vereadores na Câmara. Já antes disso como a gente sempre procurava fazer, mas a partir de 85 a gente começou a fazer ela no dia 1º de maio ali na [Avenida] Presidente Vargas, em frente às capelas, procurando fazer uma reunião, Depois com a eleição pelo partido de um vereador em 88 a gente marcava fazer a sessão solene na Câmara (MARTINS, 2018)

Logo nessa primeira fala de Julio, surge uma questão importante referente a quem realiza essas homenagens. De certo modo, fica claro que a ideia de se homenagear as vítimas do Primeiro de Maio partiu de uma nova geração de comunistas egressos do partido nos anos 1980. Surgidos, principalmente, com a reconstrução partidária no período de transição democrática, que implicou um partido antes alinhado com uma história de negação em nível de discurso da democracia liberal na adoção de “uma estratégia política que estivesse em sintonia com as aspirações democráticas da década de 1980” (SALES, 2017, p. 304). Portanto, esses novos comunistas, ao se defrontarem com um partido comunista enrijecido, e não hegemônico entre estudantes e classe trabalhadora, iniciam suas carreiras políticas buscando se reaproximar a um PCB histórico.

Esse discurso é explícito na fala de Julio, no qual afirma que ingressou “no PC do B porque os velhos do PCB não nos convidavam” (MARTINS, 2018). Observamos, então, um desejo por uma diferenciação muito demarcada com outros movimentos de esquerda que

surgiam no período, contudo não necessariamente uma relação de afastamento. Quando perguntado a respeito das homenagens, e sua relação com o PC do B e o PT, Julio destaca que as homenagens têm um papel determinante em “marcar a diferença”.

Como apontado por Pollak (1989), a memória, a partir do “material fornecido pela história” (1989, p. 10), está presente na coesão dos grupos sociais, a partir daí definindo fronteiras. Justamente em meio ao retorno do PC do B ao meio sindical, o discurso do entrevistado defende que o movimento balizador que rege as pautas memorialísticas tomadas pelos comunistas rio-grandinos atua sobre o ponto de partida de suas realidades no presente. Trata-se de um processo de invenção de uma tradição, na qual através dela o partido se legitima enquanto instituição histórica na política brasileira. Sobretudo, Julio reivindica as homenagens sob uma visão crítica a respeito da negação do passado realizada pelos novos sindicalistas, segundo o entrevistado: “o Primeiro de Maio passou a ser os sindicatos fazerem churrasco, jogo de futebol, torneios, e a gente sempre procurava fazer uma versão política marcando o que tinha acontecido ali” (MARTINS, 2018).

E além dessas questões, essa nova geração de comunistas rio-grandinos, arregimentados no PC do B, busca seu contraponto perante os novos sindicalistas. Ao buscar se reaproximarem do passado do PCB histórico, esses militantes do PC do B também se apossam desta herança do Partido de 1922. Para o entrevistado, essa seria a principal força motivadora das ações memorialísticas, inclusive citando longas discussões teóricas sobre o tema, tal disputa pela memória do antigo PCB é chamada pelo entrevistado como “o Grande Debate” (MARTINS, 2018). No entanto, releva que seria uma discussão reservada aos círculos universitários, pois entre os velhos membros do PCB, os “novos” comunistas tinham respeito e admiração.

A questão geracional carrega, então, um significado especial aqui, pois somente entre aqueles de mesma relação horizontal com o tempo (novos membros do PCB) seria valioso a disputa. Entre aqueles anteriores era necessário exercer um processo de filiação a suas bases identitárias, já que são de utilidade na disputa da memória comunista. A partir dessa filiação aos velhos comunistas, Julio e seu grupo subvertem a disputa da herança partidária a seu favor. A atitude dos comunistas rio-grandinos dita por Julio, garante a eles, portanto, um relativo controle acerca de certos rumos da memória do Massacre da Linha do Parque, assim como a história do comunismo na cidade.

No centro dessas discussões, mesmo que Julio haja aqui em nome de um grupo, sua subjetividade enquanto indivíduo permanece, unindo sua própria experiência à memória coletiva numa sequência contínua e finalística. A partir disso vejo que uma junção da origem familiar aliada ao fato do retorno do PC do B ao sindicato. Tal característica é tomada pelo entrevistado como construtor de sua identidade política. Apesar de ter sua formação política centrada no movimento estudantil, pareceu-me que Julio valoriza mais o passado familiar e sua atuação sindical quando era ferroviário. Inclusive esses discursos de família e movimento operário são vistos como intercambiáveis e balizadores na identidade política:

O meu avô, por parte de pai era ferroviário, e a minha avó foi lavadeira de roupa por muito tempo. Meu pai era ferroviário e a minha mãe foi costureira. Pelo lado da minha mãe, o meu avô era estivador e a minha avó trabalhou na fábrica Rheingantz. A minha mãe, antes de casar também trabalhou na fábrica. Eu trabalhei sem carteira assinada como maquinista de cinema, depois fui soldado, cabo do exército e fui ferroviário por mais de 10 anos.

(...)

Eu trabalhava (na ferrovia) seis horas e folgava 12 e trabalhava 64 dias corridos, não tinha como estudar. Só quando eu fui me eleger vereador que eu consegui voltar a estudar eu fiz faculdade de direito. Era vereador e advogado, às vezes as pessoas acham “tu é advogado, tu não é da classe operária, não entende nada disso”, eu entendo, eu entendo bastante. (MARTINS, 2018)

Aqui no discurso de Julio, a família é ressignificada enquanto formação política, orgulho e legitimidade do uso da memória do passado operário da cidade. Para tal, a fala que “os filhos do pessoal do PCB, boa parte deles acabaram no PC do B”. É perceptível então, que a tônica familiar, presente sob forma de “vergonha” e “medo” para os casos das famílias das vítimas do Massacre da Linha do Parque, reflete-se num sentido inverso. A pauta familiar para Julio apresenta-se como um ponto origem, uma ligação entre o PC do B e o PCB histórico, principalmente devido a militância de seu avô e avó no PCB.

Por fim, Julio exerce um papel muito interessante aqui na entrevista, verbaliza suas conquistas sob o tom de um grupo social que ele pertence, sem que essas conquistas estejam de desacordo de sua subjetividade. Estabelecendo, logo, uma relação de complementaridade, na qual “mesmo antes de ser um *eu*, já está (...) imerso na placenta de uma memória” (CATROGA, 2015, p. 12). Indo além de Catroga, imagino que essa ação faça parte de uma noção consciente de memória, na qual a “placenta de uma memória” atua, mas não é necessariamente um fator determinante do rumo a ser seguido pela memória. O entrevistado pelo contrário, recria um cenário em que essa busca histórica, relacionada a sua subjetividade e memória particular, foi na realidade algo precisamente entendido num sentido de pautar uma disputa política de sua presente situação.

#### 4.4 O QUE FOGE DO ÂMBITO DOS COMUNISTAS RIO-GRANDINOS: A MULHER-MONUMENTO

Há algumas memórias do Massacre da Linha do Parque que fogem do âmbito partidário estabelecido na cidade de Rio Grande. Já foi mencionado relativamente à memória familiar, e já explicitado o motivo de sua ausência neste trabalho. Aqui, portanto, irei realizar uma breve listagem de outros momentos ou situações, nas quais questões memorialísticas do Massacre da Linha Parque tiveram presença, sem que houvesse um envolvimento explícito dos membros do PC do B de Rio Grande.

Primeiramente, o que tange essas homenagens fora do núcleo rio-grandino é a hegemonia da imagem de Angelina Gonçalves frente as demais vítimas do Massacre da Linha do Parque. Suponha-se que a construção imagética de sua morte mistura diversos elementos romantizados, assim como particularidades de sua vida (mãe solteira, operária e comunista), transforme-a nessa Angelina herói, a “mulher-monumento” do Massacre. Leticia Bauer (2015), ao analisar a respeito da imagem de Rodrigo de Melo no IPHAN, trabalha com ideia do sacrifício. No caso de Rodrigo, este sacrifício é metafórico, mas no caso de Angelina, concreto, o que valoriza ambas as personagens.

Toda essa criação imagética sobre Angelina faz com ela seja transportada para diversos lugares e temporalidades quando o seu nome é citado. Um desses exemplos é na publicação *Dicionário Mulheres do Brasil* (2001), em que o texto que descreve Angelina possui erros a respeito de sua história: “Foi assassinada em uma manifestação no Dia do Trabalho, em Porto Alegre (RS). Carregava um cartaz com os dizeres 'O Petróleo é Nosso' quando foi baleada pela polícia, juntamente com mais três companheiros. Caiu ao chão enrolada com a bandeira do sindicato.” (2001, p. 94). A fonte citada pela publicação é o livro *Ser ou Não ser Feminista*, de Ana Montenegro (1981). O livro, por sua vez, apenas cita o nome de Angelina em meio as suas discussões sobre as manifestações contra o envolvimento do Brasil na Guerra Coreana:

Naquele período (década de 1950), muitas mulheres deram sua vida, sua liberdade, seu tempo – como no passado as heroínas das lutas pela Independência - pela paz, pelas liberdades democráticas, pelos seus direitos de seus filhos a uma vida melhor. Em 1950, Angelina Gonçalves era assassinada em uma manifestação de 1º de maio no Rio Grande do Sul. (MONTENEGRO, 1981, p. 74)

A informação mais próxima da mencionada pelo Dicionário vem de uma fala da então deputada estadual pelo PC do B, Jussara Cony, proferida na Assembleia Legislativa do Rio

Grande do Sul no dia 16 de maio de 2000. A deputada iniciou sua fala a respeito da Petrobras, e sua importância como elemento da soberania nacional, até que em certo ponto, Cony fala a seguinte frase:

Destaco nesta homenagem aos funcionários da Petrobras e aos homens e às mulheres que lutaram, a imagem da tecelã Angelina Gonçalves, que, há 50 anos, num 1º de maio de 1950, na luta pelo O Petróleo é Nosso, tombou com uma bala no peito na cidade operária de Rio Grande, segurando com uma mão a sua filha e, com a outra, levantando alto a bandeira do Brasil. (CONY, 2000)

Resta agora a dúvida, onde tanto a deputada, quanto o Dicionário encontraram essa informação. Pesquisando, realmente não consegui encontrar nenhuma outra fonte que apontasse tal caminho. No entanto, é bastante interessante notar que se trata de uma fala de uma pessoa que é membro do PC do B, já nos demonstrando tanto uma diferença intrapartidária, quanto explicitando uma pauta geral dos comunistas acerca da memória.

Esse movimento da imagem de Angelina “extrapolar” a das outras vítimas do Massacre, acaba colocando ela numa posição um pouco complicada para os comunistas rio-grandinos. A própria fala de Julio Martins que “aqui em Rio Grande a gente sempre homenageou no mínimo os quatro”, já estabelece um patamar de diferença. Aponta, até mesmo uma ideia um pouco conflituosa, a respeito do que seria uma memória “correta” do Massacre, baseada nessa troca familiar de experiências, e outra estabelecida como uma imagem não necessariamente real, porém válida enquanto estratégia de discurso, que justamente encontra sua justificativa sob o ponto de vista da busca desse militante ideal, que se personificaria na imagem de Angelina. E isso ainda é alimentado até mesmo por uma institucionalidade estatal, visto que o caso de Angelina é o único que foi investigado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), e que é reconhecido pelo Estado brasileiro como uma morte de cunho político causada pelos órgãos de repressão estatal, solidificando ainda mais essa imagem de Angelina enquanto mulher-monumento do Massacre.

Aqui nesse capítulo examinou o trabalho da memória do Massacre da Linha do Parque constituído enquanto presente. Foi observado um gradiente de formas diferentes de expressão dessa memória. Houve no final uma relação demarcadamente geracional, e como a partir de certos afastamentos e aproximações, acabam promovendo ressignificações do acontecimento.

De fato, apesar de a memória se apresentar como majoritariamente ligada em uma noção institucional-partidária, é perceptível que o jogo familiar opera como catalizador e, no

caso de Julio, uma legitimidade na construção de uma identidade, na qual tem o operariado das décadas de 1940 e 1950 como objetivo. O jogo familiar que rege o Massacre, porém, também é contraditório, visto que, segundo os membros do partido, ele é visto como algo que expõe para algumas pessoas uma visão traumática do acontecimento, sem que seja ressignificado enquanto projeto político.

Por fim, a construção daquilo que eu chamo da segunda linha memorial do Massacre da Linha do Parque, apesar de uma aparente pretensão de continuidade, observado na discussão sobre quem seria o partido de 1922. Mostra-se mais ligada ao processo observado pelos movimentos de esquerda durante o período de transição. Primordialmente, numa tentativa de novos militantes comunistas na cidade de Rio Grande, que, cercados nesse contexto, viam como alternativa ao modelo aplicado pelo PT, a ideia de definir uma fronteira, está por sua vez se utilizando da história para transformar, sob ponto de vista de Pierre Nora (1993), uma sociedade-memória na qual tinham ou participação ou conhecimento, em um lugar de memória.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modo de finalizar essa monografia, vejo que há diversos pontos que precisam ser destacados a partir dessa pesquisa. Primeiramente, sobressaio que havia uma diferença bastante significativa durante o período da Quarta República entre as células do PCB espelhadas pelo país. Resumo esta em uma relação um pouco dicotômica entre a Direção Nacional do Partido e as organizações locais, que se estabelecia pela adoção de diferentes estratégias de atuação no cenário político.

No caso de Rio Grande, trabalhei com a noção de que os comunistas utilizaram de entidades representativas anteriores a própria fundação do Partido. Para além de observar essas escolhas dos militantes rio-grandinos como uma proteção frente a perseguição governamental, analiso tal estratégia enquanto uma questão identitária. Esses militantes entendem essas organizações, no caso a SUO, como algo que abrangesse seu entendimento do que é pertencer à classe operária. E isso fez com que diferentes visões acerca da construção da memória do Massacre da Linha do Parque emergissem. Essas diferenças foram, por sua vez, apresentadas a partir dos estudos das fontes selecionadas e, a princípio, demonstram que talvez a ideia de um partido comunista centralizado, como pretendido pelas lideranças nacionais, fosse algo ilusório em relação a uma construção identitária operária que era múltipla, variada e, especialmente, localizada.

Segundo, à medida que foi analisado a segunda linha memorial, que emergiu a partir dos anos 80. Atesto que sua formação parece estar sedimentada muito mais no presente nas quais esses novos militantes comunistas estavam inseridos do que propriamente no passado do massacre. Inclusive penso que posso afirmar que o passado era uma ferramenta para construção de suas identidades, porém não o objetivo de suas jornadas enquanto comunistas. Afinal, a própria ideologia comunista, fundamentada sob o princípio teleológico da história, não permite observar o passado na condição de rumo, como escrito por Manoel Rechia no poema: “Para frente é o caminho” (RECHIA, ANEXO A).

Portanto, as erupções, do ponto de vista institucional partidário, das memórias contemporâneas do Massacre, que estão afastadas dos traumatismos do imediato, baseiam-se seus ritos memorialísticos na qualidade de um projeto. Obviamente que não se caracterizam como as únicas memórias, porém são aquelas que se manifestam com o sentido de enxergar o fato para além de seus acontecimentos e consequências propriamente ditos. Ademais,

monumentalizam não apenas o fato, como também monumentalizam a noção de lembrá-lo em si.

A partir disso, respondendo à pergunta proposta na introdução, observo que nunca haverá um enquadramento que se colocará enquanto final. Visto que o enquadramento tanto da história, quanto da memória, estão correlacionados com o presente, uma instituição do tempo que sempre estará em constante modificação do seu contexto. No entanto, se colocarmos em pauta o problema de quem detém o poder de enquadrar tal memória, vejo, num primeiro momento, a necessidade de perguntar para quem o enquadramento é uma ferramenta. Ou seja, para quem o enquadramento da memória coloca-se em comunhão com a própria construção de uma identidade e a manutenção de uma coesão social? A respeito do Massacre da Linha do Parque, observo que o enquadramento da memória da SUO e do PCB, e por consequência de um aspecto da memória da classe operária rio-grandina da Quarta República, pertence aos e às militantes do PC do B da cidade de Rio Grande.

Por fim, gostaria de pautar sobre pontos que infelizmente não foram trabalhados aqui, nas quais, a meu ver, devem ser fatores a serem analisados em pesquisas futuras a respeito dessa temática. O primeiro ponto é em relação da memória do Massacre da Linha do Parque durante o período da Ditadura Civil-Militar. Esse trabalho delimitou-se temporalmente a fontes até o ano de 1957, devido que, somente foram encontrados registros até essa data que mencionassem o fato. Porém, imagino que uma memória do Massacre durante o período do Regime Militar está aí para ser encontrada, seja por meio de fontes escritas ou orais.

O segundo ponto é que, nessa pesquisa, o foco da memória operária ocorreu, sobretudo, sobre a perspectiva do partido político, mas esse é apenas um dos aspectos classe operária. Imagino que uma pesquisa que contraste isso com a perspectiva familiar, especialmente dos familiares das vítimas do Massacre, pode contribuir ainda mais em elucidar como as manifestações memorialísticas a respeito da morte de quatro operários num Primeiro de Maio de 1950 na cidade de Rio Grande ocorrem. E conseqüentemente, observo que podem ainda cooperar na expansão de pesquisas que primam pela análise da memória, e portanto da sua agência, de grupos sociais marginalizados.



## 6 LISTA DE FONTES PRIMÁRIAS

### A. Documento Oficial

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De19070.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19070.htm)>. Acesso em: 29 set. 2018.

### B. Entrevista

MARTINS, Julio. **Entrevista com Júlio Martins em Rio Grande 23 de julho de 2018** [jun. 2018]. Entrevistador: Ignacio Fornos Angues. Rio Grande, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no anexo desse trabalho.

### C. Fontes da Internet

ANARCHY ARQUIVES. **Haymarket History.** Disponível em: <[http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_Archives/haymarket/haymarkethistory.html](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/haymarket/haymarkethistory.html)>. Acesso em 14 nov. 2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Ato unificado de 1º de Maio celebra luta contra golpistas neste domingo no Parque da Redenção.** 2016. Disponível em: <<http://cutrs.org.br/ato-unificado-de-1o-de-maio-celebra-luta-contra-golpistas-neste-domingo-na-praca-da-redencao/>>. Acesso em: 17 set. 2018.

CONY, Jussara. **35ª Sessão Ordinária. 16 maio 2000.** Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/taquigrafia2003/transcricoes/sessoesplenarias/50/2000/000516.htm>>. Acesso em 12 nov. 2018.

DA SILVA, Luís Inácio Lula da Silva. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração do Centro de Referência do Trabalhador Leonel Brizola.** 18 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/18-11-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-inauguracao-do-centro-de-referencia-do-trabalhador-leonel-brizola/view>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

GT MUNDOS DO TRABALHO. **Histórico.** Disponível em: <https://gtmundosdotrabalho.org/historico/>. Acesso em: 29 nov. 2018.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO - RS. **Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul. 2018.** Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Repositório de dados eleitorais.** a. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em 12 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relação de filiados.** b. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/filiacao-partidaria>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

#### D. Jornais e Revistas

CORREIO DO POVO. **Ato homenageia mortos de 1950.** *Correio do Povo*. Porto Alegre, 2 maio 1998, p. 15. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/jornal/A103/N214/PDF/Fim15.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2018.

DIÁRIO POPULAR. **"Morre a mulher, fica o exemplo de luta"**. *Diário Popular*. Pelotas, 7 de mar. 2010, p. 2-3.

JORNAL DO DIA. **Agitada sessão da câmara municipal.** 8 abr. 1949, p. 1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Quatro pessoas mortas num conflito entre policiais e comunistas na cidade de Rio grande.** Porto Alegre, 3 maio 1950, p. 18. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

MOMENTO FEMININO. **SALVE Rio Grande!.** n. 113, ano IX, 1955, p. 22. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/118800/per118800\\_1955\\_00112.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/118800/per118800_1955_00112.pdf)>. Acesso em: 2 out. 2018.

VOZ OPERÁRIA. **Honremos os Heróis de Rio Grande.** n. 51, 13 maio 1950, p. 1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Grave o nome destes heróis que tombaram lutando.** 20 maio 1950, p. 5. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **O crime em Rio Grande.** n. 52, 20 maio 1950, p. 3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **O massacre foi covardemente premeditado.** n. 52, 20 maio 1950, p. 10. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Paz social.** n. 54, 20 maio 1950, p. 12. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nomes que jamais se apagarão da memória de nosso povo.** 12 jul. 1952, p. 5. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Corrigir nossas falhas e debilidade no trabalho do Partido entre as mulheres.** 9 jun. 1956, p. 5. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **A Vida Heroica de um Militante Revolucionário.** n. 423, 4 maio 1957, p. 15. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBUENO, Luciana Haesbaert. **A trajetória intelectual de Lila Ripoll**. Porto Alegre, 2005. 188 p. Tese (Doutorado em Letras - Literatura) - Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.

BAUER, Caroline. **Como Será o Passado: História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

BAUER, Leticia Brandt. **O Homem e o Monumento: Criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade**. Porto Alegre, 2015. 272 p. Tese (doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História - PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. *Novos estud. CEBRAP*, São Paulo, n. 96, p. 105-115, julho de 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 21 de set. de 2018.

BRITTO, Natalia Daniela Soares. **Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelota (RS)**. Rio Grande, 2011. 108 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG, Universidade Federal do Rio Grande, 2011.

CARONE, Edgard. **A Quarta República: 1945-1964**. Rio de Janeiro: Difel, v. 1, 1980.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHALHOUB, Sidney; DA SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cad. AEL*, v.14, n.26, 2009, p.12-47.

DA SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço. O mutualismo de fechamento étnico no Rio Grande do Sul (1854-1940). *MÉTIS: história & cultura*, v. 4, n. 8, jul./dez. 2005, p. 127-157.

FERREIRA, Jorge. A Redemocratização e o movimento quermista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **História do Brasil Republicano 3. O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15-46.

\_\_\_\_\_. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As Esquerdas no Brasil vol. 2 – Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 543-584.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Os fios da memória: Fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 39, jan./jun. 2013, p. 69-98.

FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; MAYER, David. Brazilian Labour History in Global Context: Some Introductory Notes. **International Review of Social History: Special Issue**, v. 62, n. 25, 2017, p. 1–22.

FRENCH, John. **O ABC dos operários - conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950**. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. **Saindo dos Trilhos: Os ferroviários durante a Ditadura Civil-Militar**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, 2013.

JURANDIR, Dalcídio. **Linha do parque : romance** . Rio de Janeiro: Vitória, 1958.

LONER, Beatriz Ana. **Operários e participação no início da República: o caso de Pelotas e Rio Grande**. Estudos Ibero-Americanos, v. 22, n. 2, dez. 1996, p. 71-89.

\_\_\_\_\_. **Construção de classe : operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas : UFPEL, 2001.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São paulo: Editora Expressão Popular Ltda., 2009.

MONTENEGRO, Ana. **Ser ou não ser feminista**. Recife: Guarapes, 1981.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte. **O sistema partidário do Rio Grande do Sul de 1835 a 2014**. VIII encontro de economia gaúcha. Porto Alegre: FEE; PUCRS, 2016.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. Imagens de um bairro afamado: Rio Grande/RS (1945-1975). **CardeNAU**, v. 4, n.1, 2010, p. 59-80.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e Companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PERES, Carlos Roberto Cardoso. **Linha do Parque, de Dalcídio Jurandir: romance histórico, social e proletário (a gênese do movimento operário no Extremo Sul do Brasil)**. Rio Grande, 2006. 161 p. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) - Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL, Universidade Federal do Rio Grande, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: RIOCELL, 1985.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **“Que a união operária seja nossa pátria” - História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Santa Maria/Porto Alegre: Editora da UFSM/Editora da UFRGS, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 1989, v. 2, n. 3, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

RAPKIEWICZ, Yuri Schönardie. **Cidades, patrimônios e etnocolectores: uma etnografia das reminiscências ferroviárias no sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 198. 2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RIPOLL, Lila. **Lila Ripoll: obra completa**. Porto Alegre : Movimento, 1998.

SALES, Jean Rodrigues. História do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): um balanço bibliográfico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 290 - 311. maio/ago. 2017.

SALES, Jean Rodrigues. História do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): um balanço bibliográfico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 290 - 311. maio/ago. 2017.

SAN SEGUNDO, Mário Augusto Correia. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 E 1952)**. Porto Alegre, 2009. 223p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História - PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SANTANA, Marco Aurélio. O "novo" e o "velho" sindicalismo: análise de um debate. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nov., 1998, p. 19-35.

\_\_\_\_\_. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41 out. 1999, p. 103-120.

\_\_\_\_\_. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.

SCHMIDT, Benito Bisso. A diretora dos espíritos da classe: a "Sociedade União Operária" de Rio Grande (1893-1911). **Cadernos AEL**, v.6, n.10/11, 1999, p. 148-170.

SCHUMACHER, Schuma (Org.);BRAZIL, Érico Vital (Org.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2. ed., 2001.

SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o "Partido da Classe operária" (PCB) na redemocratização. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As Esquerdas no Brasil vol. 2 - Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 101-140.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **Métis: História & Cultura**, 2007, jul./dez., v. 6, n. 12, p. 35-44.

VASCONCELOS, Pedro Paulo Lima; SILVA, Rogério Piva da. A importância do MERCOSUL na economia rio-grandina através da movimentação de cargas pelo porto do Rio Grande. **SINERGIA**, Rio Grande, 11(1): 49-56, 2007, p. 49-56.

XERRI, Eliana Gasparini. Uma incursão às fontes sobre o movimento operário de Rio Grande no início do século XX. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 22, n. 2, dez. 1996, p. 91-110.



## 8 ANEXOS

## ANEXO A - Poema de Manoel Rechia

Historia em versos da Tragédia  
de 1º de Maio de 1950  
Ocorrida na Cidade do R. Grande.

Atenção caro Leitor,  
Quero contar-vos uma historia  
Nestes versos que se seguem,  
Se não me falha a memoria.

Muitas serão as falhas  
Nos meus versos mal rimados  
Pois, sou um velho operario  
Já com cerebro caucado.

Mas com meu ser revoltado  
Ferido o meu sentimento  
Eu vou dizer o que sei  
Do triste acontecimento.

Manoel Juvenal Rechia



Dia 1º de Maio  
 De mil novecentos e cinquenta,  
 Na Cidade do Rio Grande  
 Houve Tragedia sangrenta.

As cinco e meia da tarde  
 Ainda guardo na mente  
 Deu-se a terrível Tragedia  
 Que abalou a toda gente

Sete brancos operarios  
 Nela foram victimados  
 Quatro gravemente feridos  
 E tres foram assassinados

Porque?...

Na cidade do Rio Grande  
 Lá no Parque Beira-Mar,  
 O povo comemorava  
 A data internacional



Mas como?..  
 Em defesa da paz  
 Pão, Terra e Liberdade  
 Contra a exploração e a guerra  
 Contra o bando de covardes

Assim o operariado  
 Festejou a grande data  
 E para dar mais brilhantismo  
 Processou uma passeata

Nelas ruas da cidade  
 Foi a massa proletária  
 Saudar o cinquentenário  
 Da velha União Operária

Dentro do direito e da ordem  
 Conforme a Constituição  
 Jamais pensaram ser vítimas  
 De uma covarde agressão



Dois Kilometros percorridos  
 Além do ponto de partida  
 frente ao cemitério novo  
 a passeata foi impedida

Por quem?...

Eualdo e Gousalino  
 Grevia mente em prontidão  
 se impunham diante da massa  
 com suas armas na mão

O portuario Antonio Rechia  
 Aquelle bravo vereador  
 assegurava o direito  
 do povo trabalhador

Dizendo: Isto tudo é licito  
 dentro da constituição,  
 Liberdade de consciencia  
 e livre manifestação.



Foi num dia como hoje  
 Numa data como esta  
 Contra os erros e desmandos  
 A classe operaria protesta

Diz Logo Eualdo Miranda  
 Num tom que o peito estala:  
 Vamos acabar com isso!  
 Senão acaba a bala!

Neste momento recebe  
 Uma murada no jucinho  
 E grita o manifestante,  
 Para frente é o caminho!

Foi quando Eualdo Miranda  
 Enardemente abocou  
 O vereador Antonio Lechia  
 Que Logo ao solo prostou



Amicus gravemente ferido,  
 Com sua fibra intemerata,  
 gritava esse erói do povo  
 Viva a classe operaria!

Quando ordena aos tiras  
 Que atirassem sem piedade  
 Contra os braços de ferrosos  
 De pão Terra e Liberdade.

Aquelles bravos operarios  
 Tendo sua classe agredida,  
 Lutaram como erois  
 Tombando muitos sem vida

A policia de bandidos  
 Que só esperava o momento  
 Serrou Logo o tirocio  
 Saciando seus intentos



A peleja era ardua  
 A luta de vida ou morte  
 Os operarios enfrentavam  
 Só dependia da sorte. \*

Este plano macabro  
 De anti-mão premeditado  
 Mas desta a puliccia  
 Saiu coro jurado.

A frente vinha Angelina  
 Com a bandeira Nacional  
 Foi cravada de balas  
 Pelo bando puliccial

Saiu ao solo enrobadada  
 No pavilhão Brasileiro  
 Este exemplo de Mulher  
 De Brasil e do mundo inteiro



Entre os fuzilheiros destacou-se  
 O tenente Gensalino  
 Que sorrindo ativava  
 Deliciando-se no crime.

Um dos manifestante  
 Lutador destemido  
 Atirou em Gensalino  
 Prostando ao solo ferido.

A confusão continuava  
 O fuzil e a correria  
 Enquanto o sangue operario  
 Pelo chão também corria.

Quanto o soldado Rui  
 Com sua arma encicida,  
 Mas recebendo uma bala  
 Tombou ao solo sem vida.



Avança, outro soldado  
 Com sua arma em ação  
 Tem balas sobre a testa  
 Que fez perder a visão

Sem armas, finto enfrentava  
 As balas da reação  
 Agonizando caiu  
 Ferido no coração

Suas últimas palavras  
 No instante derradeiro  
 "Morro pela classe operária  
 Que luta no mundo inteiro"

"Miseráveis e covardes  
 Exortia da humanidade  
 Com os: Vou morrer,  
 Mas morro pela liberdade"



Assim morreu o lutador  
 Defensor da liberdade,  
 Deixando esposa e nove filhos  
 No negro pó da orfanidade.

O assalto da rua Reingantz  
 De sangue ficou tiuto  
 Sem mortos, mortos sem vida,  
 Angelina e Euclides Piuto.

Angelina e Euclides Piuto  
 Filaram como assassinos  
 O delegado Eualdo Miranda  
 E o tenente Gouzalino.

Eualdo e Gouzalino  
 Que amam a religião  
 Fuzilaram os operários,  
 Sem ter do meu compaixão.



Mais um bravo comp.  
 No solo estoma morto.  
 Alim de Euclides e Angilina  
 O. portuario Honorio Ledeto.

Este eroico comp.  
 Lutou como um leão  
 Apenas a sóco brigava  
 Sem um canivete na mão

Antonio e Oswaldino  
 Os mais gravemente feridos  
 Oswald e Amabilho  
 Logo foram removidos

Receber pronto socorro  
 Nos hospitais da cidade  
 Pois os medicos ja esperavam  
 A hora com ansiedade.



Os comentários desse fato  
 Em todos os recantos se ouvia,  
 Em todos os bons sentimentos  
 A revolta se refletia.

Os níveos dos cães de filas  
 Se ouvia de céu a terra,  
 E a linda neve do mar  
 Guarnecida em fô de guerra.

Dia primeiro de maio  
 Sempre será lembrado  
 O morte daqueles martires  
 Seu dia será vingado.

Os mortos para o Nicroterio  
 Aqude foram velados  
 Sobre as mesas mortuarias  
 E o recinto interditado.



No octo dia seguinte,  
Era grande o movimento  
Do operariado em peso  
Para o acompanhamento.

As quatro horas da tarde  
Foi que saiu os caixões  
Nos braços foram levados  
Pela grande multidão

Apesar das ameaças  
Do grande fútilmente  
Foi nada disso impediu  
O grande acompanhamento.

Em cada esquina se via  
Um caminhão de brigada  
Com as metralhas apontando  
Para multidão que passava



O Natureza chorosa  
 com tanta Sanguina  
 Suas Lagrimas de nobilidade  
 Sobre a multidão caia

O sepultamento dos martires  
 foi um quadro doloroso  
 Chora mãe esposa e filhos  
 Chora o povo ferrososo.

Dia primeiro de Maio  
 Sempre será lembrado  
 O morte daqueles martires  
 Um dia será vingado

As dezessete e trinta horas  
 Deu-se a ordem chacina  
 Contra a classe operaria  
 Pela fúria assassina



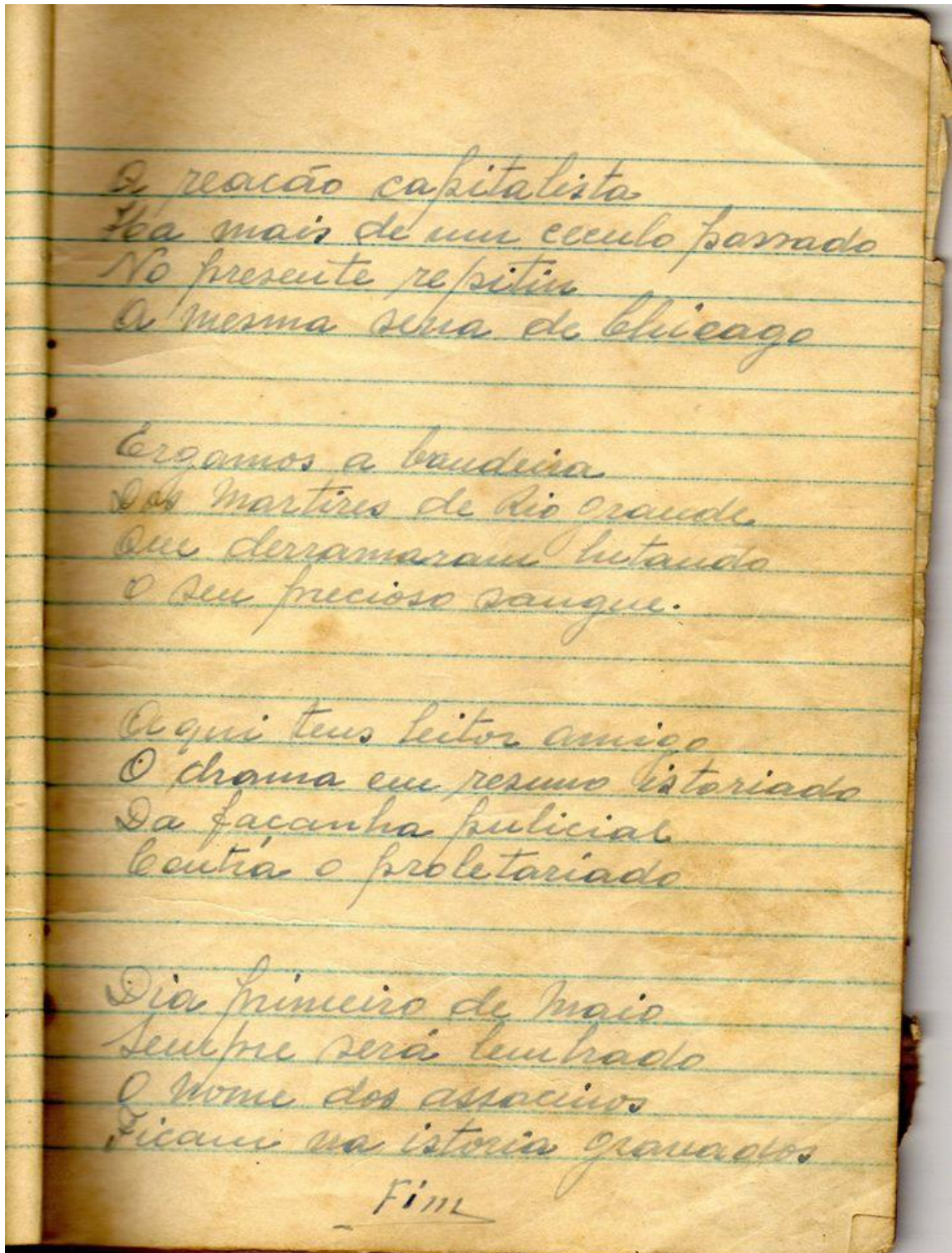
Pulicia de bandidos  
 covarde e traçoira  
 Com nra ordem severa  
 De Dutra Jobim e Memeira

Vendições de nossa patria  
 capachos do imperialismo  
 Chacinadores do povo  
 Por ordem do Triunvirato

É este o triunvirato  
 Pelo crime responsável  
 E a justiça sobre eles  
 Não que ser implacável

cedo ou tarde chegará  
 esta hora clareada  
 Que as contínuas sentas e contãos  
 ficarão bem ajustadas





## TRANSCRIÇÃO

História em versos da tragédia de 1º de maio de 1950 ocorrida na cidade de Rio Grande

Atenção caro leitor

Quero contar-vos uma história

Nestes versos que se seguem

Se não me falha a memória

Muitas serão as falhas  
Nos meus versos mal rimados  
Pois sou um velho operário  
Já com o cérebro cansado (sic)

Mas com o meu ser revoltado  
Ferido meu sentimento  
Eu vou dizer o que sei  
Do triste acontecimento

Dia 1º de Maio  
De mil novecentos e cinquenta  
Na cidade do Rio Grande  
Houve tragédia sangrenta

As (sic) cinco e meia da tarde  
Ainda guardo na mente  
Deu-se a terrível tragédia (sic)  
Que abalou a toda gente

Sete bravos operários  
Nela foram vitimados  
Quatro gravemente feridos  
E trez (sic) foram assassinados

Porque?... (sic)

Na cidade do Rio Grande  
Lá no Parque Beira-Mar  
O povo comemorava  
A data internacional

Mas como?...

Em defesa da paz  
Pão, terra e liberdade  
Contra a exploração e a guerra  
Contra o bando de covardes

Assim o operariado  
Festejava a grande data  
E para dar mais brilhantismo  
Processou uma passeata

Pelas ruas da cidade  
Foi a massa proletária  
Saudar o cinquentenário  
Da velha União Operária

Dentro do direito e da ordem  
Conforme a Constituição  
Jamais pensavam ser (sic) vítimas  
De uma covarde agressão

Dois kilometros percorridos  
Além do ponto de partida  
Frente ao cemitério novo  
A passeata foi impedida

Por quem?...

Ewaldo e Gonsalino  
Previamente em prontidão  
Se impunham diante da massa  
Com suas armas na mão



O portuário Antonio Rechia  
Aquele bravo vereador  
Assegurava o direito  
Do povo trabalhador

Dizendo: Isto é tudo é lícito  
Dentro da Constituição  
Liberdade de consciencia (sic)  
E livre manifestação

Pois num dia como hoje  
Numa data como esta  
Contra os erros e desmandos  
A classe operaria (sic) protesta

Diz logo Ewaldo Miranda  
Num tom que o peito estala  
Vamos acabar com isso!  
Senão acabo a bala!

Neste momento recebe  
Uma murrada no fucinho (sic)  
E grita o manifestante  
Para frente é o caminho

Foi quando Ewaldo Miranda  
Covardemente alvejou  
O vereador Antonio Rechia  
Que logo ao solo prostrou

Assim gravemente ferido  
Com sua fibra intermeraria (sic)  
Gritava esse erói (sic) do povo  
Viva a classe operária!

Ewaldo ordenava aos tiras  
Que atirassem sem piedade  
Contra os bravos defensores  
De pão, terra e liberdade

Aqueles bravos operários  
Vendo sua classe agredida  
Lutaram como erois (sic)  
Tombando muitos sem vida

A pulicia (sic) de bandidos  
Que só esperava o momento  
Serrou logo o tiroteio  
Saciando seus intentos

A peleja era árdua  
A luta de vida ou morte  
Os operários enfrentavam  
Só dependia da sorte

Este plano macabro  
De ante-mão (sic) premeditado  
Mas desta a pulicia (sic)  
Saiu coro [couro] furado

A frente vinha Angelina  
Com a bandeira nacional  
Foi cravejada de balas  
Pelo bando pulicial (sic)

Caiu ao solo enrolada (sic)  
No pavilhão brasileiro  
Este exemplo de mulher

Do Brasil e do mundo inteiro

Entre os puliciaes (sic) destacava-se

O tenente Gonsalino

Que sorrindo atirava

Deliciando-se no crime

Um dos manifestante (sic)

Lutador destemido

Atirou em Gonsalino

Prostando (sic) ao solo ferido

A confusão continuava

O panico (sic) e a correria

Enquanto o sangue operário

Pelo chão também corria

Avançou o soldado Reis

Com sua arma homicida (sic)

Mas recebendo uma bala

Tombou ao solo sem vida

Avança outro soldado

Com sua arma em ação

Um balaço sobre a testa

Lhe fez perder a visão

Sem armas, Pinto enfrentava

As balas da reação

Agonizando caiu

Ferido no coração

Suas últimas palavras

No instante derradeiro

"Morro pela classe operária  
Que luta no mundo inteiro"

"Miseráveis e covardes  
Escória da humanidade  
Companheiros: vou morrer,  
Mas morro pela liberdade"

Assim morreu o lutador  
Defensor da liberdade  
Deixando esposa e nove filhos  
No negro sol da orfandade

O asfalto da rua Reingantz (sic)  
De sangue ficou tinto  
Tombados mortos sem vida  
Angelina e Euclides Pinto

Angelina e Euclides Pinto  
Tiveram como assassinos  
O delegado Ewaldo Miranda  
E o tenente Gonsalino

Ewaldo e Gonsalino  
Que amam a religião  
Fuzilaram os operários  
Sem ter dó nem compaixão

Mais um bravo comp. [companheiro]  
No solo estava morto  
Além de Euclides e Angelina  
O portuário Honório Couto

Este eroico (sic) comp. [companheiro]

Lutou como um leão  
Apenas a soco brigava  
Sem um canivete na mão

Antonio e Oswaldino  
Os mais gravemente feridos  
Oswaldo e Amabilho  
Logo foram removidos

Receber pronto socorro  
Nos hospitais da cidade  
Pois os médicos já esperavam  
A hora com ansiedade (sic)

Os comentários desse fato  
Em todos os recintos se ouvia  
Em todos os sentimentos  
A revolta se refletia

Os uivos dos cães de fila  
Se ouvia de céu a terra  
E a linda Noiva do Mar  
Guarnecida em pé de guerra

Dia primeiro de maio  
Sempre será lembrado  
A morte daqueles mártires  
Um dia será vingado

Os mortos para o Necrotério  
Aonde foram velados  
Sobre as mesas mortuárias  
E o recinto interdito

No outro dia seguinte  
Era grande o movimento  
Do operariado em peso  
Para o acompanhamento

As quatro horas da tarde  
Foi que saiu os caixões (sic)  
Nos braços foram levados  
Pela grande multidão

Apesar das ameaças  
Do grande pulciamento (sic)  
Pois nada disso impediu  
O grande acompanhamento

Em cada esquina se via  
Um caminhão da brigada  
Com as metralhas apontando  
Pra multidão que passava

A natureza chorosa  
Com tanta selvageria  
Suas lágrimas de neblina  
Sobre a multidão caía

O sepultamento dos Mártires  
Foi um quadro doloroso  
Chora mãe esposa e filhos  
Chora o povo pesaroso.

Dia primeiro de Maio  
Sempre será lembrado  
A morte daqueles Martires (sic)  
Um dia será vingado

As dezessete e trinta horas  
Deu-se a covarde chacina  
Contra a classe operária  
Pela pulícia (sic) assassina (sic)

Pulícia (sic) de bandidos  
Covarde e traiçoeira  
Cumprida ordem severa  
De Dutra, Jobim e Moureira

Vendilhões de nossa pátria  
Capachos do imperialismo  
Chacinadores do povo  
Por ordem do “Trumanismo”

É este o triunvirato  
Pelo crime responsável  
E a justiça sobre eles  
Terá que ser implacável

Cedo ou tarde chegará  
Esta hora desejada  
Que as continhas, contas e contãos  
Ficarão bem ajustadas

A reação capitalista  
Há mais de um século passado  
No presente repetiu  
A mesma sena [cena] de Chicago

Ergamos a bandeira

Dos Mártires de Rio Grande  
Que derramaram lutando  
O seu precioso sangue.

Aqui tens leitor amigo  
O chama em resumo istoriado (sic)  
Da façanha pulicial (sic)  
Contra o proletariado

Dia primeiro de Maio  
Sempre será lembrado  
O Nome dos assassinos (sic)  
Ficaram na istoria (sic) gravados

Fim





## **ANEXO C - ENTREVISTA COM JÚLIO MARTINS EM RIO GRANDE 23 DE JULHO DE 2018**

**Primeiramente boa tarde. A Primeira ideia que eu queria perguntar era como se deu início essas homenagens do Primeiro de Maio? (O ano mais ou menos que ocorreu mais ou menos essas homenagens do Primeiro de Maio)**

Começaram basicamente com a legalização do partido em 1985, nós tínhamos vereadores na Câmara. Já antes disso como a gente sempre procurava fazer, mas a partir de 85 a gente começou a fazer ela no dia primeiro de maio ali na Presidente Vargas frente às capelas procurando fazer uma reunião depois com a eleição de partido de vereadora em 88 a gente marcava fazer a sessão solene na Câmara. A gente sempre fazia no dia primeiro de maio uma pequena homenagem ali do PC do B, independente das outras homenagens. Porque o Primeiro de Maio passou a ser os sindicatos fazer em churrasco jogo de futebol, torneios, e a gente sempre procurava fazer uma versão política marcando o que tinha acontecido ali. Sempre foi nossa vontade colocar um Marco naquele local, mas naquela época não era possível não tinha permissão uma série de coisas e com o tempo a gente conseguiu fazer isso

**Mas chegou até um período na cidade que houve uma Prefeitura do PC do B no final dos anos 90, mas foi um caso específico não é?**

Não, nós tivemos junto com PT em 88 e 89. Nós elegemos em 88 Paulo Vidal, Prefeito que era do PT e o vice era o Ademir Casarltelli, que era do PC do B, mesmo assim nós naquela época porque não tinha condição política na câmara de aprovar. Então Prefeito, embora fosse do PT, ele não era prefeito de esquerda na verdade foi um caso de oportunismo. O Prefeito se filiou no PT, tanto que seis meses depois ele saiu do PT, um processo é complicadíssimo.

**E por que nesse ano 85, mas que tu fala que existiam homenagens antes, vocês viram como importante lembrar este fato específico?**

Na verdade, assim ó essa questão o pessoal que era do partido era dessa época 85, parte do partido que dirigiu o partido que era eu o Vladimir Guimarães e alguns outros camaradas, nós éramos oriundos de familiares do PCB.

Então o pai do Vladimir Guimarães era o Valter Guimarães que tinha sido preso político e uma série de coisas e era dirigente estadual e foi dirigente Nacional do PCB. Os meus avós, foi por onde eu tomei conhecimento dessa questão do Primeiro de Maio da passeata e tudo, eram do PCB. O vô Arlindo a vó Isabel, então a gente sempre teve ligação, eu e outros camaradas do PC do B, e identidade com essa luta.

Por exemplo, a questão da Lila Ripoll, a Jussara Cony já ser vereador em Porto Alegre desde 82 e fazer manifestação na Câmara de Vereadores com relação ao Primeiro de Maio aqui de Rio Grande, da Angelina Gonçalves. Então na época assim a principal homenageada geralmente, a nível Estadual, era a Angelina Gonçalves. E aí nós aqui em Rio Grande a gente sempre homenageou no mínimo os quatro que estavam ali, o Rechia, que ficou paraplégico, todo aquele pessoal à gente sempre procurava fazer homenagem. Então é isso, então a homenagem era para lembrar e para manter viva a história, porque Rio Grande não foi só em 50 que gente morreu aqui. Em 48 depois em 51 teve outras manifestações que mataram mais quatro ou cinco aqui na Duque de Caxias em frente à Delegacia de polícia. Inclusive era um estudante na época, então a ideia disso é manter a história da luta Operária viva e não deixar as pessoas esquecerem.

**O Rechia tinha uma importância Regional muito forte pelo que eu estava pesquisando o Antônio Rechia em cima dos jornais Do PCB que era o Voz Operária e seguidamente o nome do Rechia aparece muitas vezes como a liderança gaúcha dos comunistas**

O Rechia tem sim uma importância enorme, porque a Estiva de Rio Grande, o Rechia era estivador, [ele] foi um dos fundadores do sindicato dos estivadores. Ele tinha um apoio muito forte, tanto que ele se elegeu Vereador várias vezes, e tinha uma luta forte mesmo. O PCB na época na década de 50 na década de quarenta e poucos era muito enraizado aqui em Rio Grande. A partir da década de 30 que começaram, o PCB começa em Rio Grande na época de 30. Já tinha alguns lá em 20 e Poucos, mas na década de 30 começa através da União Operária.

Então esse pessoal era muito respeitado. Então se tu colocas para qualquer pesquisa se tu vai pesquisar Carlos Aveline, por exemplo, o dirigente estadual do PCB ele foi presidente do partido aqui em Rio Grande e a militância política era a partir de Rio Grande.

Então pega esse pessoal Carlos Aveline, Ant3nio Rechia, Walter Guimar3es, ent3o tem v3rios que se tu pesquisar no Google se colocar t3 l3. Nem que seja tem o Minist3rio P3blico estadual tem um trabalho sobre isso que 3 a pesquisa da justi3a militar os inqu3ritos da Justi3a militar l3 na abertura eles at3 fazem um alerta. Olha esses depoimentos que tem aqui grande parte deles foram obtidos sob tortura. Ent3o tem que ter quem l3, por exemplo, pensa “Pou, o cara t3 entregando” s3 n3o esque3a que o cara est3 sendo torturado, para falar aquilo quando foi feito e foram escritos aqueles depoimentos e l3 tem todos esses depoimentos tem v3rios desses depoimentos. Tem v3rias coisas ent3o, por exemplo, o Ant3nio Rechia s3 n3o foi morto em 64 porque ele j3 estava parapl3gico mesmo assim ele foi preso, foi constrangido, a fam3lia dele foi muito constrangida. Ent3o tem toda coisa assim Angelina Gon3alves, por exemplo, era uma lideran3a, eles chamavam ela de Polaca l3 em 1940 na f3brica da Rheingantz que ela era Oper3ria da Rheingantz, mas era uma lideran3a tamb3m. Ent3o pessoal daqui, por exemplo, os Ferrovi3rios o Manoel Rechia, Antonio Rechia tamb3m, a cidade tem uma hist3ria muito forte da luta pela quest3o do socialismo pela luta contra o capitalismo.

**E da3 justamente quando se tem essa possibilidade de Resistir o Partido Comunista voc3s tem que n3o vamos buscar...**

A gente tem obriga3o com isso, 3 gente tem obriga3o com a hist3ria. Na 3poca que a gente come3ou a fazer isso tinha ainda aqui em Rio Grande tinha o PCB, tinha figuras hist3ricas ainda do PCB, que era o seu Ant3nio Rodrigues e v3rios outros. A gente sempre inclusive conversava com eles, convidava eles para os atos. Eles n3o iam por causa da rivalidade aqui, assim 3 essa quest3o do PC do B e PCB foi uma quest3o muito forte l3 na d3cada de 60. Esse pessoal mais antigo vivenciou isso, se tu pegar assim, por exemplo, Jo3o Amazonas, o Jo3o Amazonas na 3poca do rompimento ele era o dirigente aqui do Rio Grande do Sul em 62. E ele era conhecido aqui em Rio Grande j3 tinha vindo por aqui essa coisa toda.

Ent3o tem todo um hist3rico a3 tanto que assim 3, o pessoal novo o pessoal mexer porque assim 3, os filhos do pessoal Do PCB boa parte deles acabaram do PC do B. E pega assim dos dirigentes maiores que continuaram que os filhos continuaram defendendo a quest3o do socialismo, continuaram defendendo o partido nenhum deles ficou no PCB. Aqui em Rio Grande todos acabaram no PC do B, grande parte saiu da pol3tica, por exemplo, se tu pegar a

família do Manuel Rechia do Antônio Rechia, que eram grandes militantes políticos, os filhos deles os netos deles até hoje não se apresentam na luta política.

Porque, por causa da repressão, ainda moram aqui na cidade tem filhos coisa, depois eu vou te dar um texto que foi publicado há pouco na Internet que é um poema do Antonio Rechia escreveu sobre o Primeiro de Maio, ele que escreveu e assim ter imagina um documento que o camarada escreveu lá em 1951 ou 52 paraplégico e que foi publicado pela internet agora a coisa de 6 meses menos de 6 meses até que um dos filhos deu para uma pessoa que é um site que tem fatos de históricos e Ele publicou, mas tu imagina que assim, ficou 50 anos escondido, isso porque a família tem medo. Eles têm medo da repressão tinham ainda uma coisa que as pessoas não se dão conta. Por isso é que não é mais vivenciado, lembrada essas coisas porque há motivo de dor muito forte para muita gente. Essa questão do Primeiro de Maio, não é só os que morreram ali, é toda uma população que participava e uma repressão que recebeu muito forte de um golpe militar de 64 então foi enorme isso

**É impressionante o quanto isso foi impactante, porque a justamente um dos pontos de pesquisa é pesquisar nos jornais do Voz Operária. E ali é muito comum o nome da Angelina Gonçalves aparecer diversas vezes principalmente referenciado na luta das mulheres (óbvio), mas também na luta dos jovens porque acho que ela tinha 30 ou 29 anos. Vários manifestos da UJC, que na época era a juventude comunista, falam**

E a UJC hoje aqui em Rio Grande se organiza basicamente na universidade. Hoje é um debate forte entre a UJS na universidade UJC. Mas assim ó 90% do pessoal da UJC é pessoal de fora de Rio Grande que veio para estudar na universidade. Se pegar o pessoal aqui de Rio Grande mesmo tem essa tem essa ligação com PC do B grande

**Então tu diz que esse novo PCB que vem que obviamente não tem uma relação forte com partido não necessariamente é um partido que tu ver como externo a cidade de Rio Grande e o PC do B como mais enraizado**

Porque até pela questão da sequência histórica, por exemplo, se pegar ali na década de 70, quando o partido começa a se organizar. Aqui o PC do B é tão justo assim ó o PC do B se começa a se organizar aqui em torno de 75-76.

E aí é o seguinte o próprio PCB em função da repressão do golpe militar ele vivia na clandestinidade absoluta, eu digo isso até por conhecer porque a minha avó Isabel é a que fazia a arrecadação financeira do partido boa parte dela era ela que fazia minha avó era semianalfabeta lavadora de roupa. Então como ela entregava roupa ela visitava muita gente ela que juntava o jornal o voz Operária ela que pegava aquele jornal dobrado que vinha de Porto Alegre deixava lá em casa e levava e distribuir vendia o jornal e levava a arrecadação financeira porque uma outra coisa que o PCB eles nunca deixaram o pessoal que era militante do partido que era perseguido eles faziam o que podiam pra não deixar a família mal financeiramente então assim quase todos eram operários né

-----Corte da gravação-----

O entrevistado falou a respeito de histórias da avó tentando esconder da polícia a localidade dos camaradas do partido.

**Tu já até falou um pouco que existia tanto uma herança familiar que vem de vocês ao mesmo tempo que tem uma herança familiar ela também é conflitante, porque ao mesmo tempo que ela implica a vontade de participar, mas ela também implica a vontade de não participar, como é o caso dos Rechia**

Se tu pegar assim, por exemplo, Vladimir, o pai dele foi militante do PCB. Eu já não, os militantes do PCB foram meus avós porque, se pegaram os meus pais que deveria ser o pai dele que era do partido. O meu pai o meu tio nem falar em política, e eram muito atrasados assim no ponto de vista político. Eu que acabei me liberando mais até por questão de do colégio, aquela coisa toda e da convivência na casa dos meus avós, mas assim ó o medo existia esse medo até hoje nos mais antigos tá presente

**Tu vê que essas homenagens ao começar em naquele período de Redemocratização elas tinham uma maior relação com o contexto político da época ou com uma tradição anterior que já vinha ou talvez uma mistura das duas coisas**

Qual é o nosso objetivo é aquilo que eu tava dizendo: render uma homenagem ao pessoal do passado à luta para que não fosse esquecida e ao mesmo tempo trazer essa memória de luta para o presente.

Essas homenagens têm esse papel, nós do PC do B aproveitamos e isso, até para firmar a identidade do partido junto à questão dos trabalhadores, essa é uma realidade. O que se conseguiu fazer esse conseguiu firmar, mas isso até porque talvez por isso e outras coisas o PC do B tenha conseguido se firmar eleger vereadores e o PCB que existia na época e que o pessoal fazia parte acabou basicamente se extinguindo aqui em Rio Grande. O PCB hoje aqui em Rio Grande o último militante deles morreu a uns 4 ou 5 anos, o seu Harrison, um senhor com histórico de luta de vontade de participar de muitos anos vinha. Um camarada que estava sempre na rua com a bandeira, mas assim ó não conseguiu mais atrair o pessoal para participar.

**Eu imagino também uma questão de demarcar uma certa história anterior porque nesse período tá surgindo o PT também é muito importante um partido também chegar e falar nós somos outros partidos**

Claro, porque o PT ali na década de 80 surgiu com força. Quando a gente chama esses fatos históricos e faz as homenagens isso também marca diferença também, tem essa questão também.

**Se já houve relações conflituosas referentes as nossas homenagens por exemplo relação de velhos membros com novos membros sobre como fazer essas homenagens? Digamos brigas entre PCB e PCdoB sobre como fazer essas homenagens ou diferentes visões sobre o massacre?**

Não, aqui em Rio Grande sobre isso, por exemplo, a gente sempre convidou o pessoal de todos os partidos de esquerda, por exemplo, PCB, PT, PSB, e PDT a gente sempre convidou o pessoal para vir. .

Teve inclusive uma época que o pessoal do PDT ia também, e a um ou dois representando PDT. Essas homenagens nunca foi uma coisa assim de juntar 500, 600 pessoas, é sempre uma coisa mais fechada do partido.

Por exemplo, assim, o PT sempre foi representante do PT, o prefeito Alexandre desde que foi eleito todo ano ele vai lá independente da gente convidar ou não. Ele sabe que a gente faz a homenagem e ele vai assim como outros o Cláudio Costa outros militantes do PT vão também.

Do PCB nunca foi ninguém, mas a gente sempre convidou. Até porque assim, é uma convivência de respeito até pelo nosso histórico do partido todos nossos mais antigos a gente tinha um contexto de respeito com pessoal mais velho do perceber que era pessoal da década de 70 60, o seu Harrison, o seu Ávila. Então, eram pessoas que a gente tinha respeito por eles então a gente nunca teve discussões, brigas. Nós tínhamos discussões, brigas mais fortes, por exemplo, alguns debates maiores quando tinha alguns militantes mais jovens do PCB lá da nossa idade na década de 80 quando fazemos movimento estudantil.

Tinha alguns militantes, tinha o Cláudio que trabalha na Rádio Globo em São Paulo, posso te pegar o nome dele aqui te passar que a gente finíssima, se tu entrar em contato com ele daqui a pouco te conta alguma coisa o Cláudio era daqui de Rio Grande. Até hoje ele é do PCB dirigente Nacional do PCB, mas aqui eles não conseguiram fazer enfrentamento tinha um pessoal a gente se deu bem tinha aquela discussão do panfleto “o PCB ou o PC do B”, tinha esse debate, mas esse debate era muito maior dentro da Universidade. Porque a universidade tinha um viés mais intelectual, mais politizado, no movimento fora da universidade nos movimentos nenhum dos dois partidos tinha grandes movimentos de massa.

Os grandes movimentos Operários aí tem sido do PT, por exemplo, no movimento sindical nós temos vários sindicatos ligados ao PC do B, nunca chegou a ter esse enfrentamento porque o PCB não conseguiu voltar para os sindicatos e para a luta operária. Eles não conseguiram fazer esse retorno, tanto que hoje aqui em Rio Grande estão extintos, não sei nem se o pessoal da UJC da FURG.

### **Eles devem ser ligados ao PCB de Porto Alegre ou Pelotas**

Talvez com Pelotas, que lá também é forte, mas é isso, não tem.

### **Sim, ao longo desses anos o PC do B acabou se tornando maior em termos de números quantidade de vereadores**

É que as discussões maiores são com os trotskistas, os debates maiores que tem dentro da esquerda no geral. Principalmente nós do PC do B, são com as correntes trotskistas que é mais



complicado. Como nós sempre defendemos a busca de unidade maior a ampliação de forças, nós não temos dificuldade com PCB, por exemplo, nós não temos dificuldade com algumas correntes do PT. Mas no geral a gente sempre procura ampliar, a gente demarca o objetivo, para fazer sozinho não vamos fazer. Tem que juntar, tem que juntar, sempre que a gente junta a gente tem que engolir algum sapo. As opiniões que não são iguais às nossas senão a gente tava tudo no partido só.

### **Talvez uma dificuldade de se unir PSOL, o PSOL tem uma formação parecida**

É, o PSOL também, mas aqui assim o próprio PSOL, PSTU quando eles tinham aqui organizados. O PSOL ainda tem alguma coisa. O PSTU não tem mais nada, eles tinham os Correios, mas acho que se liquidaram agora então quando eles ainda tinham alguma coisa tu tinha alguma dificuldade. Mas na hora de juntar e organizar a Frente Brasil Popular geralmente tava todo mundo junto, no debate numa discussão com aquelas tiradas de gozação um com os outros, de pegação, de provocação

**Agora vou entrar numa outra questão que eu tava ao pesquisar essas questões do próprio PC do B e do próprio partido.**

**Eu acabei encontrando uma série de políticas do próprio partido nessa questão da memória do PCB antigo. Um exemplo bem recente seria a postagem que a Manuela (D'Ávila) fez a respeito respondendo o Pedro Bial que tinha dito que “o PC do B quer esquecer a sua história”. E a Manuela lista uma série de coisas, por exemplo, o fato de muitos vereadores terem a tradição mencionar o Araguaia como um dos primeiros discursos na Câmara de Vereadores, uma série de nomes de mudanças de rua de praças de coisas com pessoas ligadas ao PCB, uma emenda para que as pessoas que foram cassadas em 48 do PCB voltem a constar no livro da câmara. Então ela vai soltando uma série de coisas, a partir daí eu te pergunto se realmente há essa política deliberada do PC do B?**

E que assim qual é o Grande Debate? Qual é o partido que surgiu 1922. Volta para isso, o partido de 1922 é o Partido Comunista do Brasil, sigla PCB, é isso, é o partido que veio lá.

Nós do PC do B, do Partido Comunista do Brasil, a gente diz que segue essa tradição, se tu pegar a documentação toda lá de 47 da legislação eleitoral. Os Camaradas foram eleitos pelo

Partido Comunista do Brasil, sigla PCB, Sessão da Internacional Comunista na década de 30, esse é o partido.

O Prestes, com revisionismo de 52 lá na União Soviética deram todo aquele congresso em 52, o Prestes participou aquela coisa toda, toda uma grande discussão sobre a questão do Stalin. Instala-se o revisionismo do Khrushchov na União Soviética, e o Prestes quando vem para o Brasil começam debate aqui, vem cá “é o revisionismo ou segue nas linhas do marxismo-leninismo”, “o Stalin tava totalmente errado de 22 até a morte dele tudo que aconteceu foi errado na União Soviética e o Khrushchov agora que tá certo”. Isso também a gente tem que contextualizar que em plena guerra fria, esse debate aconteceu no Brasil, só que em 56, quando teve congresso aqui no Brasil as teses do Prestes foram derrotadas da questão no novo partido, da questão de criar um novo partido com características brasileiras, foram mantidas as teses do marxismo-leninismo e foi reafirmado a questão até do próprio Stalin e na defesa do Stalin.

Só que em 62, o Prestes com uma maioria ocasional na direção Nacional do partido, ele faz um novo estatuto. E cria na verdade o Partido Comunista Brasileiro e continua com a sigla PCB. João Amazonas, Mauricio Grabois, aquela turma toda, não concordaram e reorganizaram o Partido Comunista do Brasil. Retomando toda documentação do congresso de 56 da história do partido de 56, trocou a sigla ficou o PC do B, Partido Comunista do Brasil, mas o estatuto programa tudo é o que tinha sido aprovado no Congresso de 56.

**Então esse Grande Debate 22 ou 56, 62 é um dos motivos pelo qual o PC do B sempre implica nessas políticas recordação?**

O partido, por exemplo, quem foi eleito em 50? O Antônio Rechia era do Partido Comunista do Brasil. Claro que aí a gente entra hoje esse debate já não está mais tão aceso, é um debate muito menor. O chamado PCB, Partido Comunista Brasileiro, no Brasil todo ele é muito fraco, nós somos pequenos, não somos um grande partido, somos um partido pequeno.

Mas o PCB ele praticamente se desintegrou, a tempo não elege no Brasil, tem muitos poucos, então tem toda uma situação que é uma questão é um processo histórico. Nós continuamos dizendo que a nossa história vem de lá 1922. E aí assim ó, todas essas lutas que tiveram em volta de 35, toda essa coisa, tudo isso é do PC do B, o próprio Prestes era do Partido Comunista do Brasil, até criar o outro partido que acabaram tirando ele e ele acabou no PDT no fim da vida.

Eu conheci ele quando ele veio no Joana D'Arc, aqui na década de 80 que ele era do PDT já. Mas ele tem toda uma história de luta toda uma trajetória, e aí tu pega todo esse pessoal tem uma trajetória com divergências nós internamente no PC do B nós temos divergências às vezes enormes, mas não é por isso que, por exemplo, o Aldo Rebelo, nós não vamos pegar o Aldo Rebelo e jogar ele no lixo só porque ele saiu do partido. E por que tem um debate tem uma visão contrária e mudou de opinião, mas ele tem todo um histórico uma trajetória dentro do partido que contribuiu na luta e não tem é isso. A Guerrilha do Araguaia mais do que a gente lembra é impossível a gente vive falando nela tem homenagens especiais do partido nacional e a gente não nega isso

**Eu até achei muito boa aquela carta aberta. Foi muito bom para mim, porque eu estava pesquisando, é isso aqui que eu vou seguir. Ela deu assim um rumo assim.**

Tem um livrinho que é o itinerário de lutas do Haroldo Lima e depois do partido fez um também é que o Haroldo Lima fez esse livrinho itinerário de lutas antes da legalização do partido lá em 83 ele era deputado federal e ele fez e depois o partido fez em 90 atualizou então pega todas as lutas do partido desde 1922 e vem vindo.

**Agora atualmente, onde o partido se insere na administração Municipal juntamente com a Coligação Frente Popular.**

Assim é tanto partido que é difícil, é PT, PSB tem PC do b ... desde 2016. Porque em 2012 quando houver eleição eu concorri para prefeito, o PC do B teve candidato próprio. Aí nós não entramos no governo nós se tivemos no governo no período aí não deu certo aí nós saímos da administração e ficamos aí. Em 2014 aí nós entramos no governo E aí participamos da administração de 2014 a 2016 teve eleição a gente concorreu junto coligado.

**Tu veria uma diferença numa homenagem antigamente quando o partido estava recém começando recém se reestruturando depois da ditadura militar e agora que digamos ele integra a administração municipal, tu acha que tem uma diferença?**

Tem sido uma coisa muito do partido, tem sido uma coisa muito do PC do B. Tem a participação de alguns outros companheiros de alguns outros partidos na mesma proporção. Não aumentou, é um ato que participam poucas pessoas e uma lembrança permanente. Teve

sim, por exemplo, é isso que acontece por exemplo primeiro de maio acontece isso por exemplo em 2013 ou 2014 teve grandes manifestações, não foi 2015 na Dilma quando tava pessoal da Dilma um dos marcos onde houve as paradas foi ali onde tem aquele marco. Hoje aí passa a ser utilizado aquilo ali como símbolo de luta, quando ocorre uma grande manifestação que é feita pela Presidente Vargas, geralmente sai lá do Parque dos Trabalhadores ali é sempre o ponto de parada onde o pessoal para relembra vai discurso relembra então tem sido um marco para isso.

**A própria Angelina Gonçalves na luta feminista na cidade de Rio Grande é uma coisa de vários partidos.**

Sim, por exemplo vários partidos hoje reconhecem a Angelina como símbolo de luta. Da luta da mulher, por exemplo, ela era mãe solteira então tu imagina assim ó, década de 40 tem uma filha, como é que era tratada ser uma liderança partidária ainda política

**Agora vem a pergunta que eu acho que vai ser um pouco longa de responder por que vai sobre tua: você se sente um membro da classe operária?**

Primeiramente que o Camarada pra ser parte da luta da classe operária não necessariamente ele não precisa ter origem operária, só para fazer um parênteses com isso, no meu caso não, a minha origem é operária.

O meu avô, por parte de pai era Ferroviário, e a minha avó foi lavadeira de roupa por muito tempo. Meu pai era Ferroviário e a minha mãe foi costureira. Pelo lado da minha mãe, o meu avô era estivador e a minha avó trabalhou na fábrica Rheingantz. A minha mãe, antes de casar também trabalhou na fábrica. Eu trabalhei sem carteira assinada como maquinista de cinema, depois fui soldado cabo do exército e fui ferroviário por mais de 10 anos. Trabalhei como Ferroviário, no controle de trem serviço de controle de trem dos Ferroviários depois disso me elegi Vereador. E aí me formei fiz faculdade de direito e me formei. Essa é a minha formação, mas assim ó, sempre na luta.

**Tu ingressou no partido quando Ferroviário?**

Não, eu ingressei no partido quando era Milico (risos). Eu faço política desde os 12 anos de idade, eu tô no grêmio estudantil lado Marcele de Moraes desde os 12 anos de idade. Vivia com meu avô e via, por exemplo, com 12 anos aí 71/72, na casa dos meus avós costumava passar o pessoal do partido que vinha de Porto Alegre e de outras cidades costumava ficar lá de forma clandestina.

O vô tava na frente de casa chegava alguém conversava com ele o camarada dizia uma senha, tinha uma senha que eles tinham, e aquele cara era primo do meu avô. Então essas coisas, “a pessoa que está aqui visitando ele é primo do teu avô, se alguém perguntar tu diz que é primo do teu avô”, e as conversas que acontecem não podia passar por que às vezes as conversas eram na casa e assim por isso que eu conheço seu Antônio seu Manoel a Velha Guarda toda eu conhecia por causa das reuniões às vezes eram na casa do meu avô. Porque como ele não era da direção do partido era afastado então eles conseguiram fazer a reunião ali sem levantar suspeitas da polícia.

Então eu venho dessa formação, na questão do partido. Quando eu entrei no PC do B eu tinha 20/ 19, eu entrei no PC do B porque os velhos do PCB não nos convidavam, porque essa era outra coisa, como vinha do regime militar, eles tinham medo de envolver a gurizada diretamente. Eles não convidavam.

Então assim, quando eu fui presidente da URES (União Riogradina de Estudantes) o pessoal do DCE, porque o PC do B tava primeiro na universidade, esse pessoal novo, então a mantinha contato com eles e sabia que eles eram do PC do B. Nesse meio tempo, quando eu fui para o DCE, eu era soldado do exército, no ano seguinte eu com 18 anos fui para exército quase 19, com 19 para 20 eu me filiei no PC do B. Sábado agora tava conversando no calçadão, a gente tava panfletando, estavam pessoal contando história, que o pessoal gosta de juntar e contar história, ele era do PDT e a namorada dele era do PC do B e ele contando que:

“vocês passavam na minha casa para me levar eu não ia”

“tu, não ia porque era do PDT, mas a Janice, que era namorada tua na época, ia”

Eu era Milico e mexeu muito com um cara, e tava um Capitão do exército da Marinha tava junto conversando

“ele ia fardado para pichar muro”

Eu disse :“não, fardado nunca fui, mas eu tinha que colocar uma touca na cabeça porque meu cabelo era cortado de Milico porque de longe tu enxerga que é Milico só uma coisinha em cima”

E aí eu ia, eu, Vladimir, a Janice e mais uma série de pessoal. Eu tinha um Fusquinha que era com ligação direta, porque não tinha chave, então a gente cheio de elemento dentro do fusquinha. Aí a gente ia pichar muro “abaixo a ditadura”, e eu era Milico e claro que no exército eles não sabiam. Eu fui responsável do material bélico da bateria. Eu era de comunicação eu trabalhei na terceira Seção que era pessoal das operações setor de informação do exército.

E aí nesse meio tempo que eu fui ao exército eu fiz concurso para ferrovia. E aí é o seguinte eu não podia sair do exército, porque não tinha emprego e não me chamavam na ferrovia eu tinha feito concurso, acabei ficando quase 4 anos no exército 3 anos 10 meses e 19 dias.

E depois fui para ferrovias e nesse meio tempo aí depois em 92 eu me elegi vereador. E aí fiz vestibular passei e fiz faculdade de direito, aí quando eu trabalhava na ferrovia eu não conseguia estudar quando eu entrei para ferrovia. Quando eu estava no exército eu estava fazendo o curso de História na faculdade, eu ia fazer faculdade de história, aí quando foi para ferrovia eu não conseguia fazer mais porque eu trabalhava numa escala de 6 horas. Eu trabalhava 6 horas folgava 12 e trabalhava 64 dias corridos cada dia, não tinha como estudar. Só quando eu fui me eleger vereador que eu consegui voltar a estudar eu fiz faculdade de direito. Era vereador e advogado, às vezes as pessoas acham “tu é advogado, tu não é da classe operária, não entende nada disso”, eu entendo, eu entendo bastante.

### **Eu penso que é um dos modos de trabalhar deverá ser ideia da identidade**

É que tu tem que ter identidade ideológica no caso principalmente. Quem vem de classe operária mesmo e adquire identidade ideológica esse camarada é muito mais firme, porque eles sabe a dificuldade do trabalhador as lutas do Trabalhador, as greves. Todos esses 10 anos que eu fiquei na ferrovia, a Ferrovia voltou a fazer a primeira greve que nós fizemos desde 64 que tinha sido em 64 foi em 87. E aí eu participei de vários comandos nacionais de greve representando os Ferroviários. Eu nunca fui da direção do sindicato, aí quando eu resolver ser da situação a situação perdeu. Perdeu sobre para quem? Para o PSTU. Liquidou com sindicato, os caras são muito estreitos e aí liquidaram.